Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Joseane Pereira Paes Landim



Serra Branca dos maniçobeiros: um conjunto habitacional sob rocha que (sobre)vive na memória

Rio de Janeiro

2014

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Joseane Pereira Paes Landim

Serra Branca dos maniçobeiros: um conjunto habitacional sob rocha que (sobre)vive na memória

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientador: Prof. Ms. Luciano dos Santos Teixeira
Coorientadora: Prof.ª Dr.ª Ana Stela de Negreiros Oliveira

Rio de Janeiro

2014

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional do Escritório Técnico do IPHAN em São Raimundo Nonato – Piauí.

L257s Landim, Joseane Pereira Paes.
Serra Branca dos maniçobeiros: um conjunto habitacional sob rocha que (sobre)vive na memória / Joseane Pereira Paes Landim – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

148 f.: il.

Orientador: Luciano dos Santos Teixeira

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

1. Memória. 2. Patrimônio Cultural. 3. Maniçobeiros. I. Teixeira, Luciano dos Santos. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.69

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Joseane Pereira Paes Landim

Serra Branca dos maniçobeiros: um conjunto habitacional sob rocha que (sobre)vive na memória

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2014.

Banca examinadora

Professor Me. Luciano dos Santos Teixeira (orientador)

Professora Dra. Joseane Paiva Macedo Brandão – PEP/MP/IPHAN

Professora Dra. Cristiane de Andrade Buco – Superintendência do IPHAN no Ceará

À família de Bié e Anadir (*in memória*)

Agradecimentos

Sou grata aos maniçobeiros que, com muito carinho, se disponibilizaram para dividir comigo suas histórias de vida. Abriram as portas de suas casas e me receberam com hospitalidade. Muito obrigada pelos ensinamentos, pelas conversas cheias de emoção e pela convivência nesse último ano. Sem vocês esta pesquisa não seria possível.

À minha mãe Cida, meu irmão Lucas e meu namorado Marcos Diones por apoiarem minhas decisões e, especialmente nessa conquista, por me acompanharem nas entrevistas e nas visitas técnicas ao parque.

Aos meus tios, Régis, Lêda, Gabriel e Mariêta, e meus primos, Zezinho, Jaime, Matheus e Davi, pelo apoio e carinho de sempre. É muito bom saber que sempre posso contar com vocês.

À minha supervisora e coorientadora, Ana Stela de Negreiros Oliveira, pela confiança, pelos ensinamentos e pelo imenso apoio desde o ingresso na graduação até os últimos detalhes da dissertação.

Ao meu orientador Luciano Teixeira pelas contribuições que enriqueceram o texto, suas sugestões foram valiosas.

À equipe da superintendência do IPHAN – PI pelas contribuições nos seminários internos.

À equipe do Escritório Técnico do IPHAN em São Raimundo Nonato, Renata, Roberto e Valfran pela amizade.

Aos funcionários da FUMDHAM pela valiosa contribuição em disponibilizar documentos, fotos e mapas quando precisei.

À Nívia Paula Assis, Rosa Maria Gonçalves e Cristiane Buco pelo apoio desde a primeira reunião sobre o tema da dissertação até as últimas correções e escolhas dos títulos. Sou muito grata pela amizade de vocês.

À Washington Ramos, Deolinda Macêdo e Cleonice Moraes pela amizade e apoio durante todo período do mestrado.

À minha segunda família, Gisele, Júlia e Sofia muito obrigada pela amizade e carinho de todos esses anos. Não tenho palavras para agradecer ao valioso apoio nessa reta final. Ter vocês em minha vida é uma alegria infinita.

Sou imensamente grata às amizades incríveis que adquiri nesses dois anos, em especial à Ana Betânia, Lilian, Michelle, Tamyres, Lorraine, Mônica e Simone, minhas irmãs de outras mães. Muito obrigada por fazer de minha vida muito mais feliz! Essa reta final foi bem mais fácil sabendo que, mesmo longe geograficamente, estávamos próximas pela amizade e carinho.

À toda equipe da COPEDOC pela dedicação ao mestrado e pelos módulos de aula enriquecedores e importante para nosso crescimento. Obrigada pelos lanches e por, no final, nos permitir queimar todas as calorias do mês numa única visita técnica.

Memória

Amar o perdido
deixa confundido
este coração.

Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.

As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão

Mas as coisas findas
muito mais que lindas,
essas ficarão.

(Carlos Drummond de Andrade)

Resumo

Os maniçobeiros são trabalhadores que extraiam látex da maniçoba, matéria prima para fabricação da borracha. Esta fonte de economia foi utilizada pelo governo piauiense, e por outros governos do nordeste, como solução para crise econômica e demográfica do período da Primeira República. Um dos principais núcleos de maniçobeiros no Sudeste do Piauí estava na região da Serra Branca, atualmente localizada dentro da área do Parque Nacional Serra da Capivara. O presente trabalho analisa o patrimônio cultural maniçobeiro a partir de duas óticas: a primeira é a visão dos próprios maniçobeiros sobre sua cultura e a segunda é a perspectiva das instituições gestoras do Parque. Pretendeu-se compreender como a relação dos maniçobeiros com o próprio grupo e com a Serra Branca – enquanto lugar preenchido de simbolismo – influenciou na formação de sua identidade. E, a partir do exame dos processos de criação e tombamento do Parque e de projetos institucionais, verificou-se como os órgãos gestores do Parque enxergaram o patrimônio cultural maniçobeiro e quais valores foram atribuídos a sua história ao longo do tempo.

Palavras chaves: Maniçobeiros; Patrimônio Cultural; Serra Branca; Memória

Abstract

The maniçobeiros are workers who extract the latex maniçoba, raw material for rubber manufacturing. This economical source was used by the Piauí government, and other governments northeast, as a solution to economic and demographic crisis of the period of the First Republic. One of the main maniçobeiros cores in southeastern Piauí was in the Serra Branca area, currently located within the area of Serra da Capivara National Park. This research analyzes the cultural heritage of the maniçobeiro from two points of view: the first is the view of maniçobeiros themselves about their culture and the second is the prospect of managing institutions of the Park. The intention was to understand how the relationship of maniçobeiros with the group itself and the Serra Branca - as a place filled with symbolism - influenced the formation of their identity. And, by examining the processes of creation and registration as safekeeping area of the Park and institutional projects, it was analyzed how the National Park management understand cultural heritage of the maniçobeiro group and what kind of values were imputed to them during the history.

Keywords: Maniçobeiros; Cultural Heritage; Serra Branca; Memory

Lista de Imagens

CAPA: Senhor Pedro de Alcântara, conhecido como S. Nôca (2014). FOTO: Israel Henrique Waligora

Imagem 1: Toca do Juazeiro da Serra Branca (1978). FOTO – ACERVO FUMDHAM.....26

Imagem 2: Árvore da maniçoba – Março/0214. FOTO – Joseane Pereira.....32

Imagem 3: Vista parcial do Vale da Serra Branca, região do Vento e do Inácio. FOTO – BUCO, 2012, p. 34.....36

Imagem 4: Vista da Toca do João Sabino (2014). FOTO – Joseane Pereira.....36

Imagem 5: Toca do João Sabino (2000). FOTO – ACERVO FUMDHAM.....37

Imagem 6: Toca do Salustiano (2011). FOTO – ACERVO FUMDHAM.....38

Imagem 7: Centro de São Raimundo Nonato em 1912. FOTO – ACERVO OSVALDO CRUZ.....40

Imagem 8: Açude Aldeia em São Raimundo Nonato. FOTO – ACERVO IPHAN.....41

Imagem 9: Lega era utilizada para cavar um buraco próximo à raiz e fazer uma incisão na mesma para escorrer o látex. FOTO – OLIVEIRA, 2014, p. 85.....44

Imagem 10: Quadro de São João com o qual iniciaram a promessa (2014). FOTO: Joseane Pereira.....53

Imagem 11: Devido ao desgaste do primeiro quadro um novo foi providenciado para a continuidade da promessa (2014). FOTO: Joseane Pereira.....53

Imagem 12: Área do Olho d'água da Serra Branca. Local onde realizavam o piquenique (2014). FOTO: Joseane Pereira.....57

Imagem 13: Jogo A onça e os cachorros gravados na Toca da Pedra Solta (2012). FOTO: ACERVO FUMDHAM.....60

Imagem 14: Toca do Olho d'água da Serra Branca. Antiga moradia da maniçobeira Laura da Silva (2014). FOTO: Lucas Pereira.....61

Imagem 15: Toca da Velha Mulata. Antiga moradia do casal de maniçobeiros, Raimunda e Salustiano, filha e genro da Velha Mulata (2007). FOTO: ACERVO FUMDHAM.....62

Imagem 16: Típica casa do sertão nordestino (2009). FOTO: Imagem retirada do site https://www.flickr.com/photos/fredjordao/3492954038/. Acesso em 07/11/2014 às 23:14h.....63

Imagem 17: Frente da Toca do João Sabino (2013). FOTO: ACERVO IPHAN.....64

Imagem 18: Olho d'água da Serra Branca (2014). FOTO: Joseane Pereira.....65

Imagem 19: Túmulo da maniçobeira Ana Rosa da Conceição (2014). FOTO: ACERVO IPHAN.....70

Imagem 20: Toca da Igrejinha – Detalhe da parede com barro e pedra (2014). FOTO: Lucas Pereira.....78

Imagem 21: Toca do João Sabino – Detalhe da parede com madeira, barro e pedra (2001). FOTO: Ana Stela de Negreiros.....79

Imagem 22: Toca da Casa de Barro – Detalhe da parede com barro e madeira. Em 2004 a estrutura foi retirada para realização de uma escavação. FOTO: ACERVO FUMDHAM.....79

Imagem 23: Vista geral da Toca do Vento (2012). FOTO: ACERVO FUMDHAM.....95

Imagem 24: Pintura rupestre na Toca do Vento (2012). FOTO: ACERVO FUMDHAM.....96

Imagem 25: Pintura rupestre na Toca do Vento (2012). FOTO: Joseane Pereira.....96

Imagem 26: Ficha do sítio arqueológico Toca do Vento no início da década de 1990. FONTE: Processo de Tombamento 1322 – T – 92, folha 280.....97

Imagem 27: pilão para pisar tabatinga, encontrado na Toca do Vento (2002). FOTO: ACERVO FUMDHAM.....98

Imagem 28: Toca do Firmino (2014). FOTO: ACERVO IPHAN.....103

Sumário

Introdução 13

Capítulo I – A maniçoba na região Sudeste do Piauí 25

1.1 – Antecedentes econômicos 27

1.2 – Modificação da paisagem 34

1.3 – Maniçoba na região de São Raimundo Nonato 39

1.4 – Cotidiano do maniçobeiro 42

Capítulo 2 – Reminiscências do tempo da maniçoba 49

2.1 – Um lugar, vários espaços 50

2.1.1 – Toca do João Sabino 52

2.1.2 – Olho D'água da Serra Branca 55

2.1.3 – Lugares e valores individuais 58

2.2 – Narrativas e Livosias 65

2.3 – Memória e Identidade 73

2.4 – Planto, coleto, vaquejo e festejo: sou maniçobeiro 75

Capítulo III – Olhares e valores institucionais sobre o Patrimônio Cultural dos Maniçobeiros . 83

3.1 – Fim da maniçoba e criação do Parque Nacional Serra da Capivara 84

3.2 – Novos olhares sobre o patrimônio cultural dos maniçobeiros 93

3.3 – Projeto: Trilha Caminho dos Maniçobeiros 99

Conclusão 105

Referências 110

Anexos 117

Introdução

A pesquisa a seguir surgiu a partir da experiência adquirida nas atividades do mestrado no Escritório Técnico do IPHAN em São Raimundo Nonato no Piauí, no período entre 2012 e 2014. Mesmo ajudando em trabalhos de cunho arqueológico e administrativo, a principal atividade das práticas supervisionadas estava voltada para ações de educação patrimonial em escolas e comunidades do entorno do Parque Nacional Serra da Capivara. Apesar de dois anos aparentar muito tempo, quando colocamos as atividades semanais, leituras dirigidas, produtos e o desenvolvimento da dissertação eles passam mais rápido do que imaginamos. Assim, tínhamos que escolher uma comunidade onde pudéssemos realizar um trabalho durante esse tempo.

O Parque Nacional Serra da Capivara foi criado através do Decreto Federal n° 83.548, de 05/06/1979 a pedido do grupo de pesquisadores da Missão Franco-Brasileira[1] com o objetivo de preservar os sítios arqueológicos com registros rupestres e a caatinga, "um meio ambiente específico e de um dos mais importantes patrimônios culturais atualmente conhecidos no país" (RODRIGUES, 2009, p. 17). Ele possui uma área de 129.140ha e ocupa os municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Coronel José Dias e Brejo do Piauí. Em 1991 o parque entrou na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO e dois anos depois ele foi tombado como Patrimônio Nacional pelo IPHAN.

Dentro da área que seria protegida havia várias comunidades que moravam e/ou trabalhavam no local e a legislação da época não permitia que comunidades humanas ocupassem ou trabalhassem em áreas de parques nacionais. Assim, deu-se início ao processo de indenização e as famílias foram retiradas de suas terras, mudaram para cidades vizinhas, principalmente, São Raimundo Nonato e Coronel José Dias ou residem em assentamentos[2] solicitados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

A única comunidade totalmente localizada dentro da área preservada era o Zabelê. Segundo Rodrigues (2009) nessa comunidade:

[1] Equipe de pesquisadores de uma cooperação científica bi-nacional (França-Brasil), responsável pelas pesquisas realizadas no Parque Nacional Serra da Capivara, tais pesquisadores criaram a Fundação Museu do Homem Americano, uma entidade cientifica, filantrópica, social civil (OSCIP), sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, estadual e federal e cadastrada no Conselho Nacional de Assistência Social. Fonte: www.fumdham.org.br. Acesso no dia 15 de Agosto de 2014.

[2] A expressão "assentamento" é utilizada para identificar não apenas uma área de terra no âmbito dos processos de Reforma Agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista. É também um espaço heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias camponesas, que ganham vida depois de desapropriado ou adquirido pelos governos federal ou estadual, com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária (RODRIGUES, 2009).

> a mão de obra era predominante familiar, havendo troca de dia de trabalho entre os camponeses do próprio povoado, dificilmente havia pagamento em dinheiro, geralmente havia troca de favores ou objetos. A agricultura de subsistência era a principal atividade econômica com poucos rendimentos, sendo a mamona o único produto destinado à comercialização. Os camponeses relatavam diversas dificuldades de sobrevivência do grupo naquele local: o isolamento, a seca, a fome, a má qualidade das estradas, o único transporte utilizados eram jumentos que passavam por pequenas trilhas. (p. 19 e 20)

No intuito de reassentar as famílias oriundas desse povoado, em 1997 o INCRA à, pedido do IBAMA, criou o Novo Zabelê que fica localizado à 12 km do centro de São Raimundo Nonato. Outras duas comunidades foram criadas nas proximidades: Nova Jerusalém e Sítio Novo da Serra Branca.

Com o tempo o assentamento foi se estruturando a partir de iniciativas governamentais como "projeto de moradia rural; energia elétrica; água encanada; sistema telefônico comunitário; casa de farinha comunitária; uma unidade escolar de ensino regular; posto de saúde com atendimento médico e odontológico" (RODRIGUES, 2009, p. 21).

Mas, passados 27 anos[3] da desapropriação dessas famílias, ainda há feridas abertas, muitos ainda não receberam a indenização, outros, mesmo tendo recebido o pagamento guardam lembranças do tempo que moravam no Antigo Zabelê e lamentam sua saída. Essa mágoa dificulta a relação das pessoas da comunidade com o parque e com seus órgãos gestores.

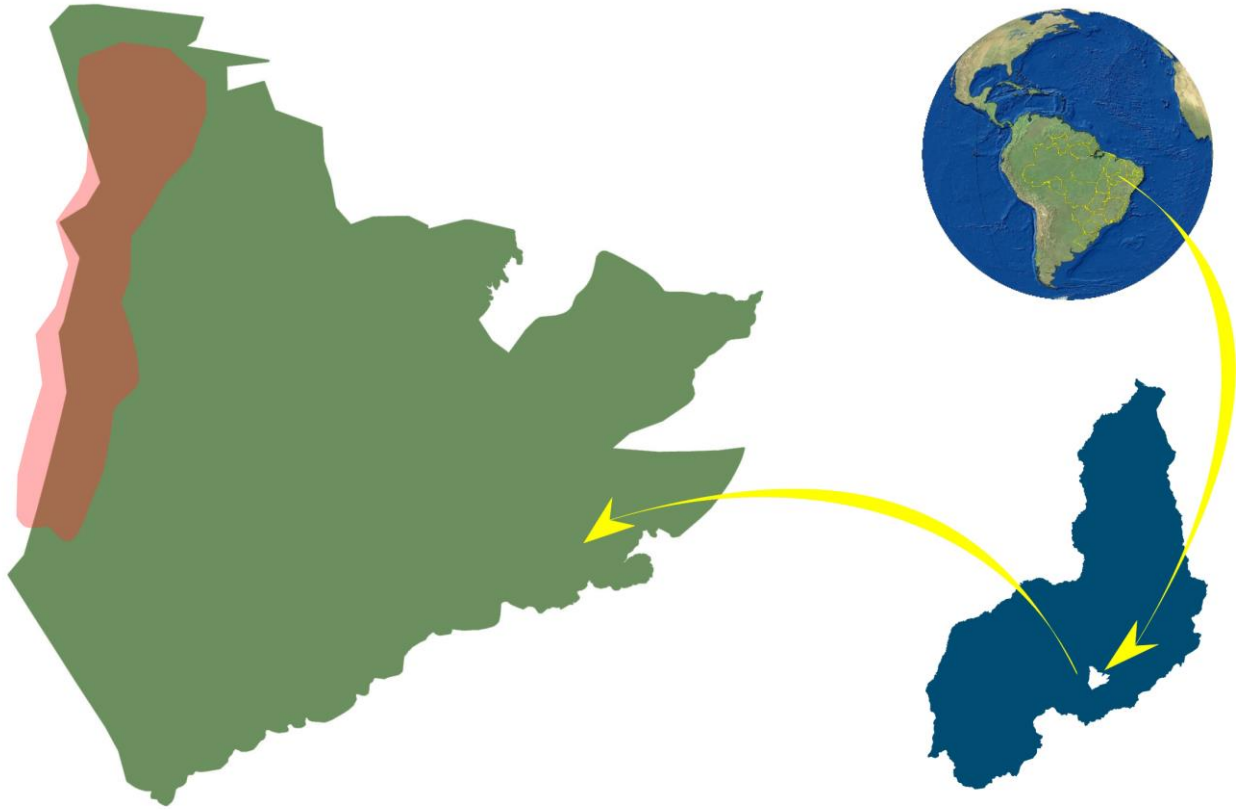
Alguns trabalhos já foram feitos sobre a situação do Novo Zabelê[4] enquanto uma comunidade retirada de seu local de moradia. Para as atividades desenvolvidas e para pesquisa decidiu-se pensar nas referências culturais[5] dos trabalhadores ocupantes da Serra Branca, área localizada à noroeste do Parque. Dirigir o olhar para as representações da identidade dessas pessoas que estão vinculadas às paisagens, aos objetos, às lendas, aos saberes, às técnicas e aos seus hábitos. Assim, é uma pesquisa sobre a preservação do

[3] O Parque Nacional Serra da Capivara foi criado em junho de 1979, mas, o processo de desapropriação teve seu fim em 1986.

[4] CASTRO, Sádia Gonçalves de. **Elogio do cotidiano: educação ambiental e a pedagogia silenciosa da caatinga no sertão piauiense**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará. 2009.
SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **O povo do Zabelê e o Parque Nacional Serra da Capivara no Estado do Piauí: tensões e riscos da gestão principiológica da complexidade constitucional**. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, 2009.

[5] De acordo com Fonseca (2001), compreender as referências culturais faz parte de uma etapa importante para história da preservação cultural no Brasil pois, não significa apenas captar representações simbólicas, é uma elaboração de relações entre elas e a construção do sistema que fala no contexto cultural de representá-lo.

patrimônio cultural dos trabalhadores que extraíam látex da maniçoba, conhecido como maniçobeiros.



Mapa de localização da Serra Branca (2014). FONTE: Laboratório de Geoprocessamento da FUMDHAM

Durante os primeiros anos da República brasileira o país passou por um processo de grandes mudanças de ordem política, econômica, social e demográfica. Foi comum nesse período os novos estados passarem por dificuldades financeiras devido às difíceis adaptações ao novo regime e começaram a procurar novas opções que gerassem uma melhora econômica. No Piauí, esses problemas econômicos foram gerados, segundo Queiroz (1994), por três problemas: escassez de mão de obra; escassez de capital; e inexistência de suporte adequado para transporte e comunicação.

O desenvolvimento das indústrias automobilística e elétrica no início do século XX, gerou assim uma nova atividade econômica: a extração do látex da maniçoba para fabricação de borracha. O governo piauiense percebeu nessa atividade uma forma possível de

desenvolver a economia local. No Piauí, a maior concentração de árvores se encontravam em terras devolutas no Estado correspondente aos atuais municípios de São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Caracol e Canto do Buriti. O extrativismo da maniçoba durou até a década de 1960. Entre 1913 e 1940 os preços decaem, mas a atividade persiste em menos escala (OLIVEIRA, 2014).

No período do *boom* da maniçoba, famílias inteiras se deslocaram de diversas regiões do país para São Raimundo Nonato na intenção de trabalhar com o extrativismo da maniçoba. A área maniçobeira é extensa, como já vimos, ocupando vários municípios. Nessa dissertação iremos trabalhar com o grupo de maniçobeiros que trabalhou na Serra Branca.

Segundo Queiroz (1994), a propaganda demasiadamente otimista sobre o extrativismo da maniçoba contribuiu de forma negativa, pois descreviam o trabalho melhor que a realidade e os maniçobeiros descobriam isso na prática, depois que já estavam trabalhando:

> Descrita geralmente como uma atividade de custos insignificantes, com necessidades de tratos mínimos, retorno de capital muito rápido e de lucratividade fabulosa, criava expectativas que não confirmavam na prática (QUEIROZ, 1994, p.32).

Toda essa área foi testemunho de ocupações pré-históricas e históricas. Como resultado de ocupações mais antigas existem pinturas e gravuras rupestres, fragmentos de material lítico e cerâmico; de períodos mais recentes foi frequentado pelos maniçobeiros e observa-se estruturas edificadas (fornos de farinha e moradias), bem como restos da cultura material dos seus construtores.

O desejo por melhores condições acabou em meados da década de 1960 com a decadência da borracha da maniçoba no mercado internacional. Muitos trabalhadores não conseguiram mudar de vida, pois não juntaram dinheiro suficiente para mudar de ocupação ou voltar para suas cidades. Foi um período curto de prosperidade, por que dinamizou a vida nas cidades interioranas do Estado (OLIVEIRA, 2001).

Quando houve a criação do parque a economia maniçobeira já havia findado e só uma família habitava a Serra Branca, as outras mudaram para o Zabelê ou para outras comunidades da região. Para as pessoas que trabalharam na maniçoba a memória desses tempos está viva em suas mentes, os mais velhos e os adultos que quando crianças faziam piquenique lembram com saudosismo dessa época. Foram dessas situações que forjamos os objetivos da pesquisa.

Investigou-se as concepções de memória, identidade e lugar baseado nas entrevistas de homens e mulheres que trabalharam com a extração do látex da maniçoba, conhecidos como maniçobeiros, entre as décadas de 1940 a 1960 (segunda fase do extrativismo), na região da Serra Branca localizada a oeste do Parque Nacional Serra da Capivara.

Homens, mulheres e crianças envolvidas com a atividade de extração da borracha da maniçoba durante mais de 50 anos viveram no sudeste do Piauí. Toda essa experiência estabelecida desde o plantio até a comercialização da maniçoba constituiu uma forma de vida única, uma organização – cultural, social e econômica – estabelecida apenas nessa região, gerando um patrimônio cultural material e imaterial singular (OLIVEIRA, 2001).

Sua rotina era bem puxada: acordava de madrugada, comia um beiju e saia de casa para furar a raiz da maniçoba, de onde sai o látex, só voltava quatro horas da tarde e era nesse momento que ele ia preparar alguma coisa para comer novamente, cuidar da casa e dos filhos. Quem tinha uma moradia na Serra Branca, conseguia voltar para casa todos os dias, quem morava no Zabelê ia para Serra Branca, ficava na toca de algum familiar ou do seu patrão, passava de 15 a 20 dias e só depois conseguia voltar para sua casa. Localizada no sertão piauiense a área da Serra Branca passa por problemas naturais como a falta de água, para amenizar o problema os maniçobeiros contavam com alho d'água e caldeirões construídos por eles e com os serviços do aguador.

Para fabricar os instrumentos de trabalho, moradias, calçados e utensílios domésticos, os maniçobeiros se apropriavam do que a natureza lhes oferecia, transformando e adaptando os materiais de que dispunham no seu dia-a-dia.

As moradias que passavam a semana vazia, pois seus habitantes estavam na mata trabalhando, voltavam a se movimentar nos finais de semana, com entretenimentos coletivos que eram fundamentais para a reposição de energias e para a confraternização entre as famílias. Eram momentos de reuniões, festas, batizados, missas e casamentos. Uma das tocas que ficou conhecida por suas festas foi a Toca do João Sabino, que reunia grande número de maniçobeiros, principalmente no mês de Junho quando comemoravam a festa de São João (OLIVEIRA, 2014).

Analisando a historiografia sobre o período da extração da maniçoba e observando as mudanças ocorridas na vida dos maniçobeiros surgiu a problemática da pesquisa: mesmo com

o afastamento de seu local de moradia e de trabalho ainda há sentimento de pertencimento entre os maniçobeiros e a Serra Branca?

Com base nas pesquisas anteriores, na análise de dados encontrados na FUMDHAM (Fundação Museu do Homem Americano) e na busca de informações obtidas nas entrevistas com as famílias do assentamento escolhido surgiram algumas indagações sobre aspectos de sua memória coletiva. Assim formaram-se o objetivo geral e os específicos desta pesquisa.

O objetivo principal que norteou a pesquisa foi analisar as múltiplas e, por vezes contraditórias, camadas de memória presentes nas relações dos maniçobeiros com a região da Serra Branca, dentro do Parque Nacional Serra da Capivara.

Dentro dessa questão norteadora há desdobramentos de outras questões que irão direcionar a formação dos capítulos: contextualizar a importância do cultivo da maniçoba no Piauí e na região do Parque Nacional Serra da Capivara, em particular, destacando seu impacto econômico, demográfico e social na região de São Raimundo Nonato; discutir as relações de pertencimento dos maniçobeiros da Serra Branca com essa região, com a prática do extrativismo da maniçoba e suas apropriações simbólicas do lugar, marcado pelos vestígios arqueológicos e registros rupestres; investigar os valores atribuídos pelos órgãos gestores ao Parque ao longo do tempo, desde sua criação, em 1979, identificando as transformações das óticas institucionais diante dos maniçobeiros.

A pesquisa andou de mãos dadas com as atividades de educação patrimonial realizadas na comunidade Novo Zabelê. O projeto estava voltado para o patrimônio cultural local, principalmente para a memória dos maniçobeiros e para a organização de uma nova trilha turística dentro do Parque. As ações foram realizadas com apoio da escola da comunidade, Unidade Escolar Elzair Rodrigues de Castro e em parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), FUMDHAM e a Associação de Condutores de Eco-turismo do PARNA Serra da Capivara (ACOVESC). Conseguiu-se realizar oficinas, palestras e visitas ao Parque. A experiência das ações e a aproximação com a comunidade foram de suma importância para conseguir responder aos questionamentos levantados.

A estrutura dos capítulos segue a ordem dos objetivos específicos. O primeiro capítulo traz uma apresentação e contextualização do ciclo da maniçoba. Partiu dos dados encontrados na bibliografia existente, parte já apresentada nessa introdução, sobre o período do extrativismo da maniçoba no Piauí, principalmente na região de São Raimundo Nonato.

Através da historiografia piauiense, analisou-se a formação das cidades que participaram da economia maniçobeira e falou-se de forma geral sobre o extrativismo da maniçoba com suas técnicas e importância socioeconômica. Assim, apresentou-se a relevância da maniçoba para o crescimento populacional e econômico na região de São Raimundo Nonato, identificando os momentos importantes na história da região e seu impacto social na população local. Nesse capítulo, também, apresentam-se os conceitos trabalhados durante a pesquisa para a familiarização do leitor e compreender como foi a modificação da paisagem da Serra Branca para formar uma comunidade extrativista.

As entrevistas se farão presentes em todo o corpo do trabalho mas no segundo capítulo foram utilizadas com maior frequência para problematizar e discutir o pertencimento existente entre os maniçobeiros e seu antigo lugar de morada ou de trabalho, a Serra Branca. Nesse capítulo abordaram-se as lembranças dos trabalhadores sobre o período de extração do látex da maniçoba e sua apropriação dos locais que antes ocupados por povos indígenas. Além do conceito de lugar, utilizou-se os "lugares de memória" de Nora (1993) para compreender o vínculo ainda existente entre os maniçobeiros e as lendas, as narrativas, as tocas, enfim, com seu passado.

O terceiro capítulo está voltado para a problematização da forma como o IPHAN e os outros órgãos gestores do Parque vêm atuando desde seu tombamento. Investigou-se os valores atribuídos e as políticas desenvolvidas pelas instituições à Serra da Capivara ao longo do tempo, identificou-se as mudanças na ótica institucional diante dos maniçobeiros, principalmente no âmbito da Educação Patrimonial, e discutiu-se o que ainda pode ser feito para ampliar o diálogo entre maniçobeiros e órgãos gestores.

Para melhor organização da pesquisa ela foi dividida em três partes: primeiramente o estudo da historiografia existente sobre o tema buscando compreender o período e por que ocorreu o interesse pelo látex da maniçoba no Brasil; como foi o modo de vida dos maniçobeiros e qual a importância econômica da borracha da maniçoba na economia estadual e nacional. São obras multidisciplinares que trataram da maniçoba em vertentes diferentes e juntas elas trazem um amplo conhecimento desse período.

A obra pioneira de Queiroz (1994), *A Importância da Borracha de Maniçoba na Economia do Piauí: 1900 – 1920*, aborda toda a dinâmica da produção de borracha feita do látex da maniçoba no Piauí e sua relação com a economia internacional. Este trabalho é de

fundamental importância para compreender a formação dos municípios no Piauí e a economia da maniçoba no contexto nacional.

Em, *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*, (GODOI, 1993) a questão principal é a ocupação e reprodução camponesa em povoados como Rua Velha, Barreiro Grande, Barreirinho e Zabelê, localizados do sertão do Piauí, *"*num momento em que os camponeses, sentindo a pressão sobre seu território, ativaram sua memória coletiva *(p. 15)".*

Em 2001, Ana Stela Negreiros de Oliveira elaborou uma dissertação sobre o patrimônio cultural dos maniçobeiros na região de Sudeste do Piauí. Em 2014 a pesquisa virou livro. Na pesquisa Oliveira abordou questões como:

> até que ponto a exploração da borracha de maniçoba no sudeste do Piauí incorporou novas áreas ao processo econômico da região; em que medida as áreas que não tinham sido ainda ocupadas eram consideradas ruins para a agricultura; até que ponto a economia extrativa trouxe à região um contingente de mão-de-obra ociosa de outros estados, especialmente dos estados limítrofes; qual a natureza das relações sociais desenvolvidas nas áreas de extração da maniçoba (OLIVEIRA,2001, p. 8).

Alcântara (2009), em *Ocupação maniçobeira dos abrigos sob rocha no Parque Nacional Serra da Capivara*: *uma abordagem arqueológica* faz uma abordagem quantitativa sobre a localização dos sítios históricos em várias partes do parque, relacionando principalmente com os pontos de água da região. A autora usou o banco de dados da FUMDHAM como fonte, selecionando os sítios cadastrados como históricos ou que possuíam vestígios que pudessem ser relacionados com moradias antigas - como fornos de farinha.

O trabalho de Buco (2012) tem como objeto de estudo provar a tese de que *"*a narratividade da arte complementada pelo contexto arqueológico e ambiental, permite propor a estrutura do modo de vida das culturas pré-históricas que ocuparam o Vale da Serra Branca*"*. Apesar de não trabalhar diretamente com os maniçobeiros, Buco pesquisa os vários tipos de vestígios históricos e seu local de pesquisa, a Serra Branca, é o local onde houve maior concentração de famílias que trabalharam com a maniçoba.

A segunda fase de leituras se baseou em obras de áreas variadas visando uma discussão ampla dos principais conceitos abordados: identidade, lugar e memória.

Para a discussão do conceito de cultura – e seus múltiplos significados na vida dos maniçobeiros – recorreremos ao estudo clássico de Clifford Geertz (2008) sobre *A Interpretação das Culturas*. Para o autor "todo complexo que inclui conhecimentos, crenças,

arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade*"* (TYLOR *apud* LARAIA, 2004, p.25). Para Geertz o conceito de cultura deve ser mais limitado, mais especializado e transformado num instrumento mais poderoso teoricamente. Assim é formulado um novo conceito, onde a cultura é formada por uma *teia de significados* tecidos pelo homem. É algo externo ao homem produzido por ele e que precisa ser interpretado.

Cabe aos pesquisadores interpretar essa teia simbólica, descrevendo os comportamentos, processos sociais e ações culturais de forma densa, ou seja, não podemos apenas anotar e não conseguimos nos sentir natural do local. Não é nosso dever, enquanto pesquisador, julgar ou transformar isso em atração. Devemos registrar o fato e interpretar os motivos que levaram à peculiar escolha dessas habitações para que outras pessoas também compreendam.

Para trabalhar com a temática da memória as obras de Halbwachs (2006) e Le Goff (2003) foram utilizadas. O livro *História e Memória*, de Le Goff, ajuda a compreender como devemos analisar e elaborar críticas aos documentos, principalmente com fontes tão variadas. E permite, diante das abordagens sobre memória coletiva, entender o processo de evolução da memória das ciências humanas, como ela é necessária para manter a união dos grupos e os cuidados que devemos tomar ao trabalhar com a memória coletiva. Na obra *A memória coletiva,* Halbwachs afirma que as lembranças são produtos de um processo coletivo e estão ligadas à afetividade do grupo. Segundo o autor, a memória, que ultrapassa os limites individuais, é determinada pelo grupo, é ele que determina o que é memorável e o lugar onde a memória será preservada. Sendo um processo de constituição coletiva, a memória pode estar sujeita à modificações que ocorrem com o tempo e as mudanças do meio.

Para Michael Pollak (1992) a identidade é construída em referência aos outros, é mutável, negociável e pode ser transformar em função do outro e do tempo. Sendo assim, ainda segundo o autor, tanto a memória quanto a identidade não podem ser compreendidas como essência de uma pessoa ou de grupo. Essas ideias vão de encontro à teoria da *fragmentação da identidade,* de Stuart Hall (2004), que afirma a mutabilidade da identidade da pessoa com tempo e com as mudanças externas, como o meio em que vive ou o grupo aos qual se insere. Os dois autores afirmam que essa transformação não significa falta de coerência e sim uma adaptação para convivência com o meio. Essas informações são pertinentes à situação atual dos maniçobeiros, pois, houve muitas alterações em suas vidas,

saíram de seu espaço, mudaram de ofício e tiveram que lidar com muitas situações novas e difíceis, mudanças em seu pensar e agir são normais e compreensíveis. O que temos que pensar é o que ficou dessa experiência como maniçobeiro e de sua convivência enquanto comunidade na Serra Branca.

Uma vez que a principal questão aqui é a relação de pertencimento entre os maniçobeiros e a Serra Branca, houve pesquisa sobre o conceito de lugar na Geografia Humanista[6] para entender como trabalhar essa relação entre uma comunidade e o espaço. Nessa área da geografia um local onde há uma relação de pertencimento e aplica-se valor afetivo é considerado um lugar. Segundo Ribeiro (2011) "o conceito de lugar está ligado à vivência e ao pertencimento. Há construção de um elo entre indivíduo e espaço". Seguindo essa premissa observou-se como esse vínculo com o lugar contribuiu para a formação da identidade do grupo.

A próxima fase foi a realização das entrevistas formais, foram 13 entrevistados entre maniçobeiros e representantes dos órgãos gestores. Todos os maniçobeiros fizeram parte da segunda fase do ciclo da maniçoba, a maioria trabalhou e/ou morou nas áreas do parque nacional. Como representantes dos órgãos gestores entrevistou-se a Drª Niède Guidon, presidente da FUMDHAM, Diva Maria Figueiredo ex superintendente do IPHAN-PI e Drª Cristiane Buco, ex chefe do Escritório Técnico de São Raimundo Nonato.

Mesmo se tratando de um assunto íntimo e delicado as entrevistas foram tranquilas e esclarecedoras. Ao mesmo tempo, realizar as entrevistas no mesmo período das ações educativas foi uma faca de dois gumes, pois, formou-se um laço afetivo com essas pessoas que em alguns momentos dificultou na análise dos dados – chegou um período que foi necessário dar um tempo nas atividades para analisar o material já obtido e averiguar a necessidade de mais informações. Mas, também foi de suma importância para compreender várias informações dadas nas entrevistas: sem participar das ações e reações dessas pessoas durante as visitas na Serra Branca, talvez não fosse possível atingir os objetivos propostos.

Outra dificuldade diante das entrevistas foi perceber quando o entrevistado falava de acontecimentos vividos pessoalmente e quando falava de acontecimentos "vividos por tabela"[7]. Para Eclea Bosi (1987) esse processo não é consciente, as lembranças e ideias não

[6] Rafael Winter Ribeiro, Luiz Felipe Ferreira, Yi-Fu Tuan, e Werther Holzer.

[7] Segundo Pollak (1992) isso ocorre quando a pessoa se refere a acontecimentos vividos por outro ou pelo grupo ao qual ele pertence como se ele tivesse vivido.

são originais, podem ser inspiradas em conversas do entrevistado com outro indivíduo e com o decorrer do tempo ele se apropria da história como se fosse dele. E foi isso que aconteceu em muitos casos, foi necessária cautela para conseguir compreender e diferenciar o tempo das falas.

Enfim, a pesquisa objetivou não apenas registrar as diversas expressões culturais dos maniçobeiros, mas, analisar a visão do próprio grupo sobre sua cultura e a ótica institucional sobre a valorização desse patrimônio, além disso, discutir como projetos sociais contínuos podem ajudar no diálogo entre órgãos gestores do Parque e maniçobeiros.

Capítulo I – A maniçoba na região Sudeste do Piauí

No estado do Piauí comarca de Teresina
Os homem são muito magro, tem as pernas muito fina
Uns atrás da maniçoba outros atrás da resina (2x)

Os fii que deixa seus pais, padrin, parente e irmão
Sair da sua terra pra ir morrer no barracão
Vai morrer no barracão sem levar vela na mão
Partir para a eternidade devendo no barracão

Os diabo leva maniçoba com o dono do barracão

Firmino Cirino Rodrigues

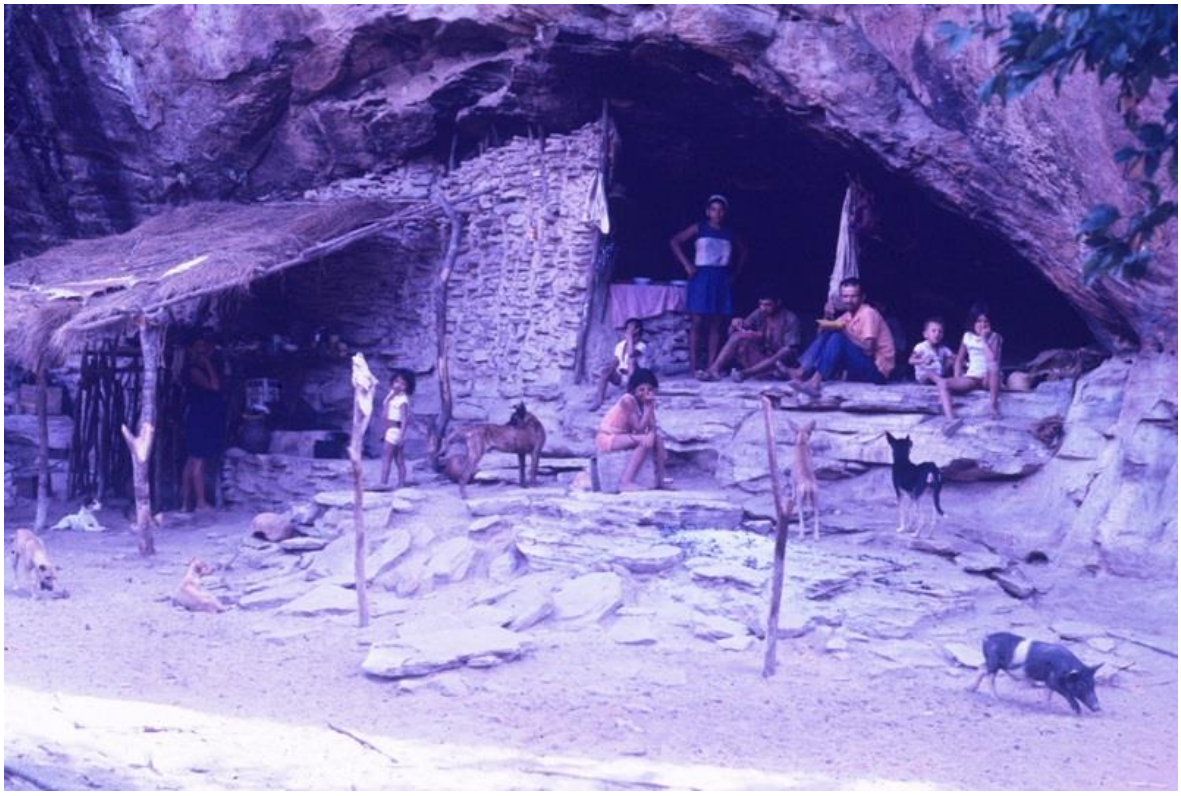


Imagem 1 - Toca do Juazeiro da Serra Branca (1978). FOTO: ACERVO FUMDHAM

Essa imagem apresenta o cotidiano da família de Osvaldo Sabino da Silva. Ele, sua esposa Delmira Paes e os 13 filhos moravam nessa toca[8] durante o período que trabalharam na extração do látex da maniçoba. O registro foi feito em 1978 quando Drª Niède Guidon e outros pesquisadores da Missão Franco-Brasileira chegaram à Serra Branca para realização de pesquisas sobre registros rupestres. É um dos poucos registros iconográfico da forma peculiar de vida dessas pessoas.

Assim como a família do Senhor Osvaldo, muitas outras famílias viveram em áreas que hoje formam o Parque Nacional Serra da Capivara, principalmente na Serra Branca, localizada à noroeste do parque, entre a segunda metade do século XIX e a década de 1970.

Com o fim da economia da borracha, aos poucos as famílias começaram a se mudar da Serra Branca para um povoado distante 30 km, chamado Zabelê. A comunidade foi diminuindo e o lugar se tornou um "suporte" para as plantações de mandioca e feijão.

Durante esse período a Missão Franco-Brasileira iniciou suas pesquisas na região e, devido à importância das descobertas dos registros rupestres, das datações antigas sobre a ocupação das Américas e a proteção da fauna e flora criou-se, através do Decreto Federal n°

[8] Nome popular para abrigo sob rocha quando no mesmo há uma concavidade.

83.548, de 05/06/1979 o Parque Nacional Serra da Capivara. Tanto a Serra Branca como o Zabelê e outros povoados faziam parte do território protegido[9].

As famílias que moravam no parque foram indenizadas e removidas da área de proteção integral. Alguns mudaram de cidade e outros moraram na casa de parentes ou em casas alugadas em São Raimundo Nonato, até que em 1997, o INCRA a pedido do IBAMA criou o assentamento que ficou conhecido como Novo Zabelê que fica localizado à 12 km do centro de São Raimundo Nonato e reassentou os antigos moradores do Zabelê. Outras duas comunidades foram criadas nas proximidades: Nova Jerusalém e Sítio Novo da Serra Branca.

É, principalmente, nesse assentamento que os maniçobeiros da Serra Branca vivem atualmente. Houve muitas mudanças em suas vidas, tiveram que se adaptar aos trabalhos e à vida na cidade. A saudade dos tempos da maniçoba se faz presente no cotidiano de homens e mulheres que viram seu ofício se findar e passaram pela mudança de ver o lugar onde trabalhavam e moravam se transformar num Parque Nacional e suas casas se tornarem sítios arqueológicos. Mesmo assim, sempre que falam sobre o passado expressam sua saudade e seu orgulho.

> Eu sou maniçobeiro! Se eu pegar a lega e a capanga e o tonico e a chilepa[10] eu faço meu serviço! Rapaz eu fazia 50 quilo de maniçoba, se eu for agora, veinho, ainda pego 30 quilo.. 15 quilo eu panho! (Francisco Alves, 14/02/2014).[11]

1.1 – Antecedentes econômicos

A Capitania do Piauí foi moldada pelos caminhos que homens, livres e cativos, percorreram levando o gado para longe do litoral, onde se cultivava a cana de açúcar. A coexistência dessas duas atividades econômicas no mesmo espaço gerava conflito entre produtores rurais e pecuaristas. No intuito de pôr fim aos desentendimentos, o governo português, através da Carta Régia de 1701, ordenou que os criadores do gado recuassem dez léguas da costa marítima dando espaço à produção do açúcar (LANDIM, 2010). A partir dessa ordem do governo luso, deu-se início ao desbravamento do sertão. Os animais eram

[9] De acordo com o Código Florestal de 1965 e a Lei de Regulamentação dos Parques Nacionais Brasileiros de 1979, nas Unidades de Conservação Integral *"nenhuma comunidade humana podia continuar habitando ou trabalhando dentro do Parque*" (RODRIGUES, 2009, p. 20).

[10] Tonico e Chilepa são peças do vestuário do maniçobeiro. Tonico é a bermuda feita, geralmente, de algodão e Chilepa é um calçado, igual ao chinelo, feito com couro de tamanduá (*Myrmecophaga tridactyla*), conhecido pelos maniçobeiros como lapixe.

[11] As entrevistas utilizadas nessa pesquisa foram realizadas e transcritas pela autora. Em anexo há fichas técnica com o resumo de cada uma.

transportados e vigiados por homens que buscavam maiores territórios para melhorar e aumentar a reprodução do rebanho. Os latifúndios foram formados pelas posses de terras que os donos dos rebanhos recebiam e iam formando grandes riquezas (LIMA, 2005).

O território piauiense teve seu povoamento relacionado à expansão das terras conquistadas pela Casa da Torre dos Dias D'Ávila, da Bahia, onde seu principal objetivo era financiar pessoas interessadas em aprisionar indígenas e conquistar terras para a pecuária. Esses trabalhos levaram ao desbravamento do Sertão de dentro. Domingos Afonso Mafrense, também conhecido como Domingos Afonso Sertão, liderou diversas expedições à procura de indígenas. Como fruto de suas conquistas ganhou cerca de 30 fazendas de gado localizadas às margens dos rios Canindé e Piauí (MOTT, 1985).

Durante os séculos XVII e XVIII o Piauí teve sua economia baseada na pecuária extensiva de gados vacum e cavalar. Durante esse período "a economia do Estado foi impulsionada pelo comércio de gado para o Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e até para Lisboa. Ao final do século XVIII eram exportados cerca de 120 a 180 mil bois por ano" (TAJRA, TAJRA FILHO, *apud* SANTANA, 1995, p. 137).

As fazendas cresciam desordenadamente em proporção maior que os rebanhos demonstrando, segundo Mott (1985), apenas o avanço territorial sem aumentar a quantidade de gado. Mafrense morreu em 1711 e deixou, através de testamento, suas fazendas para os Jesuítas. Quando a ordem foi expulsa do país as terras se tornaram fazendas nacionais, sob administração do governo.

A má administração das fazendas e a desvalorização do gado gerou desgaste na economia, principalmente na transição entre Império e República. Segundo Lima (2005), no início do período republicano, nas fazendas só restavam as terras; "o gado fora todo vendido".

Segundo Luiz Mott (1985) a agricultura foi tratada com desprezo durante o período colonial. A comida e as mercadorias produzidas no Piauí eram produzidas nas vilas ou fazendas, não havia comércio sobre os produtos agrícolas. Esse descaso com a prática agrícola tinha duas razões:

> [...] a primeira de ordem ecológica, ou seja, as más condições climáticas, a ausência de chuvas regulares, a constância das secas, a pobreza dos cursos d'água, a natureza arenosa e lageada da grande parte do território. [...] A segunda explicação pelo descaso com que tratavam a agricultura está na vantagem econômica e na excelência que os piauienses atribuíram à pecuária. (MOTT, 1985, p. 54 e 55)

Para Tajra (1995), a agricultura veio a ter um período de crescimento apenas após a Proclamação da Independência quando houve uma diversificação da atividade agrícola. Assim, surgiram, "alguns produtos como fonte alternativa de renda monetária aos produtos da pecuária bovina, destacando-se o algodão" (TAJRA, TAJRA FILHO, *In* SANTANA, 1995, p. 137).

A primeira década do período republicano teve como principal característica a transição entre o poder centralizado do Império para a organização do governo em moldes federativos. Segundo Queiroz (1994) havia grande discussão sobre a divisão de deveres entre Estado e a União, faltava uma definição mais rigorosa dos atos políticos de cada uma. De acordo com a autora, as discussões aumentavam devido à falta de estrutura e às crises financeiras que ocorriam no mesmo período.

No caso do Piauí, quando houve mudança na situação financeira e a medida que a administração do Estado se organizava, as preocupações em torno do assunto diminuíam. "Firmada em bases mais seguras a arrecadação da receita pública, já no final da década e sobretudo no início da seguinte, a autonomia do Estado era considerada consolidada" (QUEIROZ, 1994, p. 40). Definido os deveres de cada governo o Piauí precisava se organizar melhor para adaptação ao novo regime político.

O governador do Piauí, Coriolando de Carvalho e Silva[12] realizou uma avaliação da situação econômica do Estado e fez uma síntese dos problemas econômicos:

> Reduzida população em termos de extensão territorial, vias de comunicação e transporte reduzidas ao trecho navegável do rio Parnaíba; fontes de rendas limitadas a uma pecuária em decadência; agricultura em crise com a escassez de mão-de-obra, em virtude da liberação dos escravos; ausência de instrução pública que possibilitasse ao povo a compreensão de seus direitos e deveres (QUEIROZ, 1994, p. 44).

Além dos problemas descritos há a migração de mão de obra para a Amazônia, na região onde extraiam látex das seringueiras para fabricação de borracha. Esses problemas eram vistos como herança do período imperial e o Piauí precisava sanar todos para obter o crescimento econômico.

Segundo Queiroz (1994), o governo do Piauí, assim como o restante do Brasil atribuía o retrocesso econômico, principalmente, à abolição da escravatura "cuja solução apontada era

[12] General do exército foi governador do Piauí entre 11/02/1892 e 01/07/1896. Foi o responsável pela organização constitucional do Estado.

a imigração de europeus", repetindo a fórmula usada na região do café: contratar trabalhadores europeus, considerados superiores, que serviriam de exemplo aos trabalhadores nacionais. Porém, a emigração de trabalhadores para a Amazônia seria um agravante maior que a libertação dos escravos para a falta de mão de obra no estado e para a decadência da agricultura piauiense, uma vez que a população escrava no Piauí não teve grande expressividade.

Para sanar o problema da escassez de trabalhadores a União fazia o repasse da verba *Colonização* que deveria ser aplicada na fundação de colônias agrícolas destinadas aos emigrantes europeus. Por algum tempo o governo piauiense pôs em prática o plano de uma nova "colonização" feita por essa mão de obra. Algumas famílias italianas vieram trabalhar na agricultura, mas, segundo relatório feito pelo delegado do Tesouro Federal no Piauí, a experiência foi total fracasso, devido à pouca produção agrícola que o Piauí dispunha. De acordo com o delegado, isso resultou na transferência das famílias italianas para Amarante e Teresina à procura de trabalhos com melhores condições e que lhes proporcionassem alimentação.

Outra tentativa ocorreu no governo de Raimundo Artur de Vasconcellos (1896 – 1900): construíram um prédio destinado à Hospedaria Central de Imigrantes, porém a tentativa não obteve sucesso e os planos foram abandonados, principalmente devido à natureza econômica piauiense, "cuja decadência e falta de perspectiva de expansão não caracterizaram o Piauí como área de atração e fixação de mão de obra daquela origem" (QUEIROZ, 1994, p. 49).

Vasconcellos, mesmo tendo investido na vinda de europeus, não acreditava que essa seria a solução para a escassez de mão de obra no Piauí. Defendia a "ideia de que o mais conveniente para o Estado era a fundação de colônias agrícolas de trabalhadores nacionais" e pensava em projetos direcionados à contenção da emigração de piauienses para a Amazônia. Assim, após o insucesso dos projetos para mão de obra europeia o governo decidiu investir na utilização de trabalhadores nacionais (QUEIROZ, 1994).

Rebello (1913) discorda do pensamento da época que não via a agricultura como uma solução econômica, afirmando que o solo piauiense, "dentro da epocha apropriada, presta-se a qualquer cultivo". Em seu relatório sobre a indústria da borracha no Piauí, ele cita que a fauna e a flora regionais são ricas e podem ser facilmente exportadas, porém, há pouco aproveitamento dessa riqueza.

> Na flora, além da riqueza prodigiosa de fibras inaproveitadas, madeiras de construção, artigos medicinais, etc, há o cultivo das árvores pomiferas e a riqueza excepcional da carnahuba (REBELLO, 1913, p. 13).

Mas, a agricultura não influenciou no crescimento econômico piauiense. Nessa época, apenas o algodão teve significado na exportação comercial. Outros bens, como rapadura, fumo, arroz e farinha de mandioca eram insignificantes comparados ao gado em seu período de alta.

Qual alternativa oferecer à população piauiense para diminuir a emigração de trabalhadores para a Amazônia? A resposta para essa inquietação surgiu no final da década de 1890 com o comércio e exportação da borracha.

Foi então que o comércio internacional interferiu na situação: houve o crescimento das indústrias automobilísticas e elétricas durante o século XIX e início do século XX, e isso fez aumentar a procura de matérias primas para fabricação da borracha. A região da Amazônia possuindo as seringueiras atraía trabalhadores de todo país à procura de trabalho na extração do látex. Percebendo o crescimento econômico no norte do Brasil através desse empreendimento, outros estados passaram a procurar plantas que também fornecessem matéria prima para a fabricação da borracha. Piauí, Ceará e Bahia tinham a maniçoba ou mandioca brava.

Sua distribuição estava restrita, principalmente, ao sertão do nordeste brasileiro, agreste e norte de Minas Gerais, na divisa com a Bahia. São árvores resistentes à seca e guardam reservas nas raízes e nos caules. Ela produzia látex de qualidade inferior ao da seringueira, porém, contribuiu para inserir o Nordeste no mercado internacional.

A maniçoba pertence ao gênero *Manihot*, da família das Euforbiáceas, e produz um látex utilizado na fabricação de borracha. Segundo Oliveira (2014), sua produção ficava atrás apenas da seringueira (*Hevea brasiliensis*) na região amazônica. Muitas são as lembranças carregadas pelos maniçobeiros, que explicam em detalhes como trabalhavam.

> (...) borracha é uma árvore dessa grossura, da altura de 3 metros, forma uma copa e tem até mais grosso assim e a gente fura no tronco e apara o leite num é em vasilha, apara no chão, só que tem que forrar o buraco depois que tira ..que dá o corte ..o corte é de meia lua que pra o leite sair e também escorrer por ali, e também depois de fazer aquele trabalho, limpa direitin e coloca a argila que leva no bornal, a gente tem que andar com bornal (Inácio Ribeiro, 23/04/2013).



Imagem 2: Árvore da maniçoba – Março/2014. FOTO: Joseane Pereira

A exploração da maniçoba na região Nordeste está divida em duas fases: a primeira tem início em 1897 e vai até 1913 - é o auge da economia, "chegando a corresponder a 62% das exportações piauienses, quando era exportado principalmente para os Estados Unidos, Inglaterra e França" (OLIVEIRA, 2014, p. 9). A partir de 1911 há uma depreciação dos preços sem desativar totalmente a produção. A segunda fase tem início a partir de 1940 com a Segunda Guerra Mundial e perdura até a década de 1960.

> A exploração da borracha de maniçoba no Nordeste, ainda como reflexo da conjuntura externa, volta a ser exercida em maior escala durante a Segunda Guerra Mundial, quando os japoneses controlam as áreas de produção do sudeste asiático. Os Estados Unidos da América, em busca de produtores substitutos incrementaram a atividade no Brasil (QUEIROZ, 1994, p. 31).

O solo piauiense tinha aptidão para o cultivo da maniçoba. Na região Sudeste do Piauí, a árvore, em sua forma nativa, estava localizada principalmente nas serras e chapadas, com preferência por partes planas. A produção ocorria de forma extensiva e realizada predatoriamente, porém, em alguns locais havia fazendas de cultivo (OLIVEIRA, 2014).

Diante dessa nova alternativa econômica, grupos saem de outros estados da região Nordeste como, Pernambuco, Bahia e Ceará, e de outras cidades piauienses vislumbrando conquistar melhorias socioeconômicas na região de São Raimundo Nonato ficando conhecidos como maniçobeiros. Tratam-se de homens, mulheres e crianças que adentraram na mata sertaneja e iniciaram um trabalho árduo que deixou muitas lembranças.

> Com dez anos de idade minha mãe me levou pra furar maniçoba. Num tinha nem força pra arrancar a casca. Aí fiquemos trabalho com a maniçoba toda vida aqui. Aí eles foram morrendo e eu fiquei, trabalhando na maniçoba pra criar os outros, os mais novo (Francisco Alves, 14/02/2014).

Ao estudar os camponeses do Sudeste do Piauí, Godoi (1998), faz referência à ocupação da área de chapada, área onde predominavam os maniçobais. Até o final do século XIX, a maioria das terras na região em estudo, era utilizada na atividade pecuária e na agricultura de subsistência. A exploração da região de chapada somente aconteceria com a atividade extrativista da maniçoba. Para os camponeses da região, as terras de chapada eram consideradas terras de ausentes, portanto, terras de uso comum, onde se coletava madeira e mel, faziam-se as caçadas, não sendo terras utilizadas para agricultura. Ainda segundo Godoi (1998), a Serra Branca antes do período da exploração da maniçoba era utilizada como refúgio das secas, na falta de chuvas as famílias saíam de suas casas para ficarem mais próximas dos olhos d'água.

Com o incentivo governamental e suas propostas tentadoras, famílias inteiras se deslocaram para a Serra Branca atrás dessa nova fonte de renda. Aos poucos eles foram transformando a paisagem em prol do melhor uso do espaço, com a construção de moradias, formando uma comunidade com suas regras e unidas pelos laços familiares consanguíneos e espirituais, como apadrinhamento.

1.2 – Modificação da paisagem

A Serra Branca está localizada no noroeste do parque, uma área de aproximadamente 40km de extensão no sentido Sul – Norte, dentro do território dos municípios de Brejo do Piauí e João Costa.

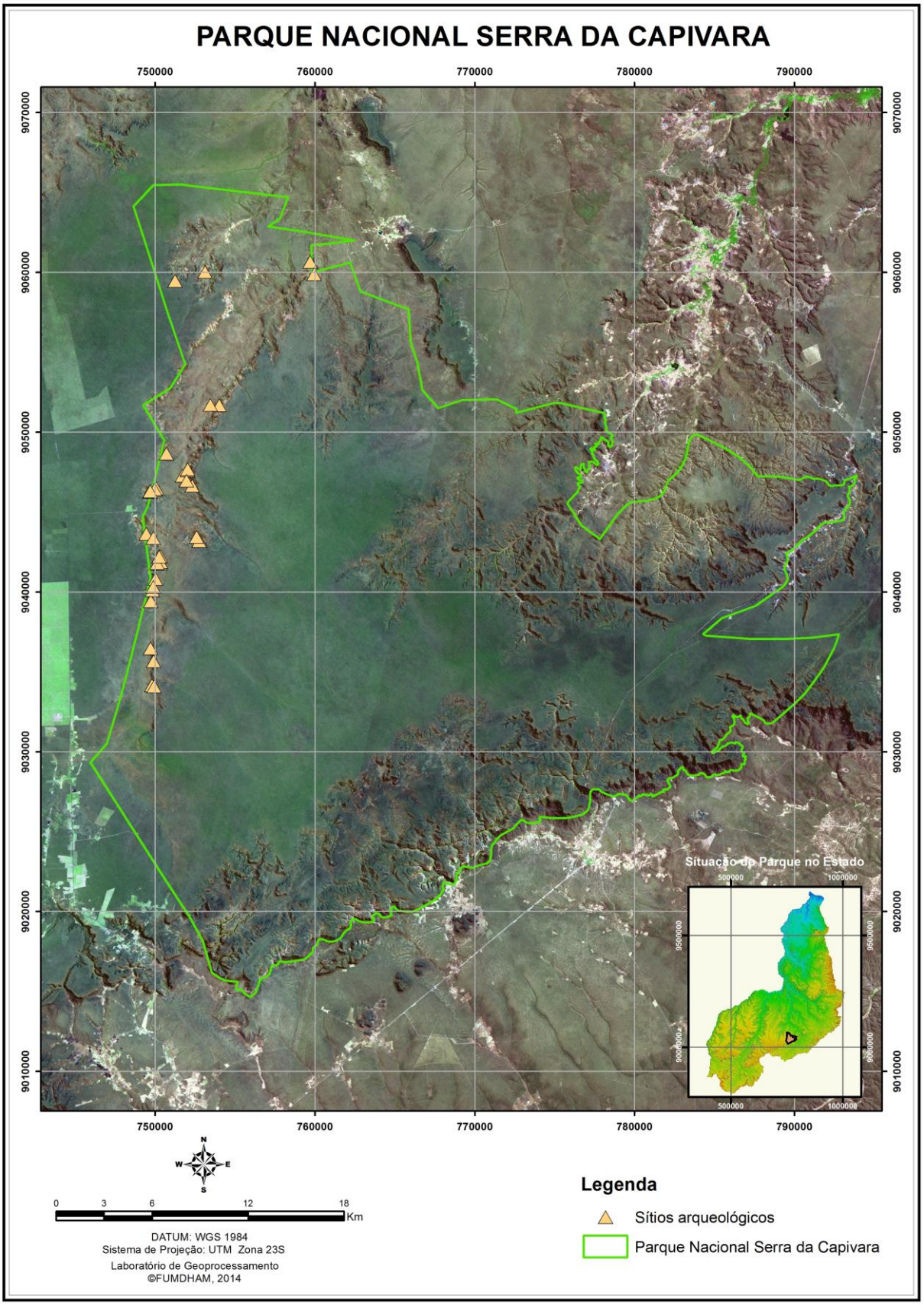
A vegetação é do bioma Caatinga[13] (único bioma exclusivamente brasileiro). Sua principal característica é perder as folhas durante a estação de seca, deixando uma paisagem cinza, com aparência de plantas mortas, mas, que na realidade estão apenas adormecidas, se guardando por meses escassos de água, para voltar a florescer nos períodos de chuva, entre outubro e final de abril.

Os maniçobeiros aproveitavam a riqueza das plantas da caatinga para complementar a alimentação, para a fabricação de remédios e de utensílios domésticos. Eles desenvolviam a "capacidade de adaptação e resistência aos problemas que apareciam no seu cotidiano, utilizando os recursos disponíveis, transformando-os ou adaptando-os à realidade da situação vivida" (OLIVEIRA, 2014, p. 56).

Antes das atividades de extração da maniçoba a Serra Branca era terra do governo onde as famílias que habitavam o Zabelê e outros povoados usavam para pegar madeira, mel e caçar. Durante o período de seca se viam obrigados a recorrer às tocas – "lugar de índio" – para ficar mais próximo do olho d'água e aguardar o período de chuva (GODOI, 1998).

Com a propaganda e o incentivo do governo ao extrativismo do látex da maniçoba, pessoas do país inteiro se dirigiram a locais onde havia maniçobais e a Serra Branca foi um desses locais. Homens, mulheres e crianças saíram de suas cidades de origem e iniciaram uma peregrinação em busca de uma nova fonte de renda e começaram a ocupação do lugar como moradia e local de trabalho. Assim, a comunidade da Serra Branca foi formada a partir desse momento econômico com a chegada de pessoas de outros estados ou de localidades vizinhas e da união dessas culturas a partir de casamentos e do compadrio.

[13] Palavra vinda do Tupi: caa (mata) + tinga (branca) = mata branca.



Mapa de Localização dos sítios arqueológicos com vestígios de ocupação maniçobeira (2014). FONTE: Laboratório de Geoprocessamento da FUMDHAM.

Segundo Oliveira (2014), os trabalhadores iam ocupando os carreiros de maniçoba de acordo com sua chegada ao local. Aqueles que chegassem primeiro conseguiam melhores maniçobais e melhores locais de morada. As pessoas organizaram suas moradias nos lugares antes vistos como “locais de selvagens”, as tocas. Segundo Buco (2012), esses abrigos são característicos da formação arenítica do local conhecida como Formação Cabeças do Grupo Canindé. “Os arenitos maciços são cortados por vales e canyons com vertentes abruptas ou com paredes verticais formando tetos” (BUCO, 2012, p. 32).



Imagem 3: Vista parcial do Vale da Serra Branca, na região do Vento e Inácio. FOTO: BUCO, 2012, p. 34.



Imagem 4: Vista da Toca do João Sabino (2014). FOTO: Joseane Pereira

Esses abrigos foram adaptados pelos maniçobeiros com a construção de paredes, formando cômodos. Os principais materiais utilizados para isso eram retirados da natureza como o barro, pedras e madeira fazendo da taipa[14] de mão para construção das paredes.

> Morava tudo nas toca, tinha a Toca do Zé Ferreira, tinha a Toca do João Sabino que era a toca que dançava forró até o dia amanhecer. Tinha a Toca do Zé de Amorim (Juazeiro da Serra Branca), subia e tinha a Toca da Laura, Toca da Véia Mulata e a Toca do Joãozinho que lá pro fim... tinha uma láááá em outro lugarzinho que eu esqueço ...tudo ali tinha toca (...) (Francisco Alves, 14/02/2014).

As tocas utilizadas como moradia dos maniçobeiros foram usadas no período anterior ao contato com o colonizador. Através de escavações encontraram-se vestígios das duas ocupações como: registros rupestres, material lítico, cerâmica e restos de construções.

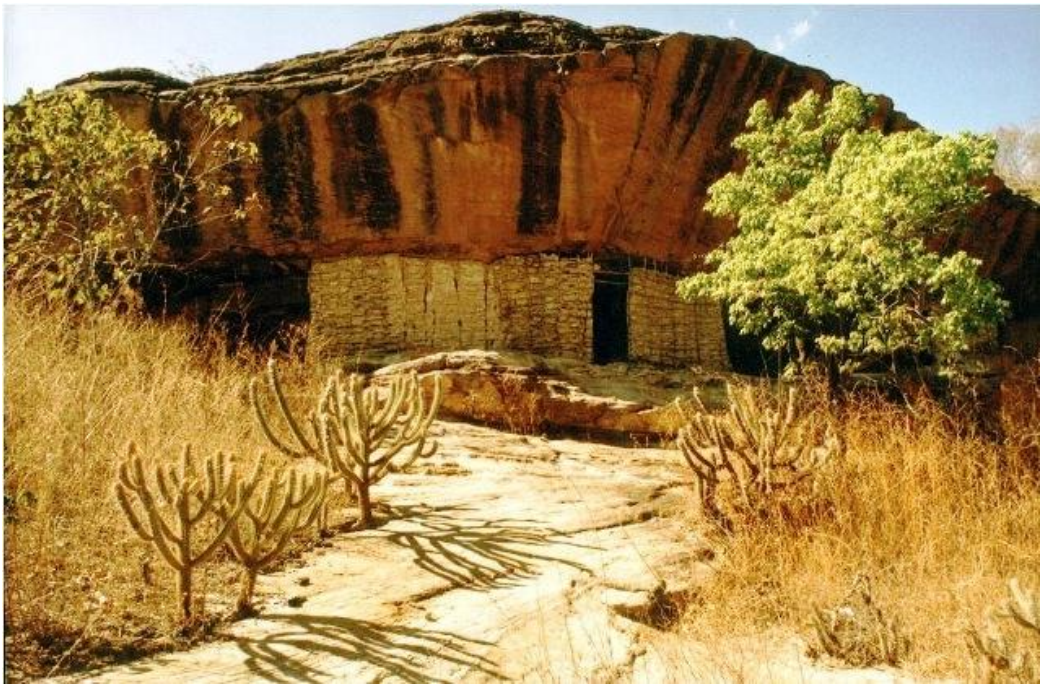


Imagem 5: Toca do João Sabino (2000) – FOTO: ACERVO FUMDHAM

Os maniçobeiros que habitaram os abrigos conviveram com essas pinturas, reocupando a mesma área e construindo um novo espaço, com novos simbolismos e adaptações culturais (ALCÂNTARA, 2009, p. 32).

[14] Sua estrutura é baseada na confecção de uma armação e o arremesso de uma pasta de barro sobre a mesma, utilizando as mãos para moldar e compactar a parede, tanto pelo lado interno, quanto externo.



Imagem 6: Toca do Salustiano (2011). FOTO: ACERVO FUMDHAM

A Serra Branca se tornou um local povoado com muitas famílias e grupos de trabalhadores. Segundo os entrevistados, além de ser o local de trabalho, era um lugar bem movimentado e divertido, onde eles tinham uma relação familiar e fraternal com o grupo. Uma vez que o acesso era difícil, as regras de convivência eram organizadas por seus componentes. Segundo Godoi (1998), as pessoas que já moravam nas regiões da Serra Branca presavam pela continuidade do grupo, uma das formas de fazer isso era com os casamentos entre pessoas da mesma família, com a inserção da "gente de fora" no período da maniçoba houve, de início, uma resistência, mas depois – principalmente no período aqui estudado – ocorreu a aceitação das pessoas que "pegaram o sistema do lugar".

No período entre as duas fases a produção continuou, porém em menor escala. Mesmo com a diminuição da demanda econômica a Serra Branca não ficou desabitada. Segundo o senhor Júlio Macêdo, após a queda dos preços, alguns moradores permaneceram no local e quando o valor subiu os carreiros se encheram novamente.

> Que essas toca era assim, na época de 15, por aí assim, disse que teve umas maniçoba por aí assim e veio o pessoal do Pernambuco e do Ceará trabalhar nas maniçoba e aí acabou o preço, aí voltaram, foram embora. Mas, ficou o véi Pio-Honório, que é avô desse Nilson bem aqui, o véi Joãzin, meu pai já tinha vindo do Pernambuco atrás dessa maniçoba e ficou nesse João Costa, furando maniçoba praquele lado. Aí quando a maniçoba acabaram os preços ficaram essas pessoas, num foram embora, ficaram aí morano. O Mariano Pereira (Toca da Igrejinha) ... só

> esses é que eu sei ... o João Sabino também morava lá. Era os morador que tinha nessas tocas (...), Quando ela começou de novo aí encheu de gente (Júlio Macêdo, 24/03/2014).

Percebe-se que, do início até o fim das atividades de extração do látex da maniçoba, a Serra Branca não ficou vazia. Era um lugar com uma comunidade ativa. Na segunda fase, os laços familiares se estreitaram mesmo com o "povo de fora". A partir de 1940, as tocas foram preenchidas por famílias novamente, os carreiros conviveram com o "piseiro" dos maniçobeiros, os barracões continuaram com sua função de comprar maniçoba e fornecer mantimentos, enfim, o lugar se encheu de vida novamente.

Todas essas adaptações do ambiente, os laços afetivos construídos e a interação entre os trabalhadores terão uma análise mais detalhada à frente, pois, são essas peculiaridades que formam a identidade desse povo e faz com que até hoje o grupo atribua valor à Serra Branca e esta se encontra intimamente ligada à memória dessas pessoas.

1.3 – Maniçoba na região de São Raimundo Nonato

Segundo Oliveira (2014), o desenvolvimento da região Sudeste do Piauí, tanto na emancipação das cidades, como no crescimento econômico e populacional, está intimamente ligado ao extrativismo da maniçoba. Cidades como São Raimundo Nonato, Canto do Buriti, Caracol e São João do Piauí têm a história de suas emancipações e de seu desenvolvimento ligada ao comércio da borracha.

No século XIX, poucas eram as vilas e cidades na província de São José do Piauí, principalmente no sudeste e sul do território. Com o objetivo de diminuir os problemas de transporte e comunicação, frequente entre as cidades de grande extensão territorial, o governo elevou algumas localidades com potencial de crescimento à categoria de freguesia eclesiástica e vila. Foi o caso da Freguesia Eclesiástica de São Raimundo Nonato, desmembrada dos municípios de Jaicós e Jerumenha. Em 1832, o lugar escolhido para a Freguesia foi Confusões, porém, após quatro anos transferiram a sede para a localidade Jenipapo que, "na época, era um próspero núcleo populacional com ruas alinhadas, feira semanal e igreja matriz em edificação" (IPHAN, 2007, p. 9). Em 1850, pela Lei Provincial nº 257, a freguesia foi elevada à vila e em 1912, elevada à cidade. Nesse mesmo ano médicos do Instituto Oswaldo Cruz, Belisário Pena e Artur Neiva, estiveram na cidade e registraram sua impressão do local.

> São Raimundo Nonato é uma vila de casas térreas, construídas com adobes, pavimentadas de tijolos, caiadas, cobertas de telhas, sem forros. Há duas ruas extensas, estreitas, sem calçamento, duas praças, e casas esparsas sem ordem. População de 2.000 almas mais ou menos. Uma igreja de arquitetura banal, pequeno mercado muito pobre, algumas casas comerciais com pouco sortimento e caríssimo. Duas escolas públicas, mal frequentadas. É cabeça de comarca. A municipalidade rende 10 contos por ano. A água é detestável, salobra, extraída de poços do riacho cortado depois do inverno, e de cacimbas nas secas... Não há esgotos, nem se usam fossas para fezes (PENA; NEIVA, 1916, p. 191).



Imagem 7: Centro de São Raimundo Nonato em 1912 – FOTO: ACERVO OSWALDO CRUZ

O registro desses médicos é de suma importância para compreender a composição da cidade assim que fora emancipada. Eles mostram sua visão da região Sudeste do Piauí no apogeu da maniçoba, período em que todas as cidades maniçobeiras da região tiveram um crescimento econômico e populacional considerável.

Para São Raimundo Nonato o ciclo econômico da maniçoba fez com que o governo investisse em algumas melhorias para a região: entre elas a construção do açude Aldeia, obra da Inspetoria de Obras Contra a Seca, o desenvolvimento do comércio, com o surgimento e crescimento de lojas de artigos sortidos e o aumento considerável da população, em 1890 tinha 5.997 habitantes e em 1920 passou para 19.851 habitantes (OLIVEIRA, 2014, p. 24).

A Companhia Serra, responsável por uma plantação de maniçobais, construiu uma estrada São Raimundo – Remanso para melhorar o transporte da maniçoba. Segundo Oliveira (2014), o governo não investiu na melhoria das estradas, houve alguns projetos, mas, não saíram do papel. No geral a maniçoba era transportada por carreiros feitos muitas vezes pelos próprios maniçobeiros.



Imagem 8: Açude Aldeia em São Raimundo Nonato – ACERVO IPHAN

Nas outras localidades que também foram afetadas pelo surto da maniçoba houve uma demanda de pedidos de emancipação política, em sua maioria alegando desenvolvimento econômico. É o caso de Canto do Buriti[15] e Caracol[16]. A primeira tem um detalhe especial, pois foi a população que solicitou ao governo, através de um abaixo assinado, a emancipação da localidade e, no documento, uma das justificativas para isso é o desenvolvimento do comércio a partir da extração de látex da maniçoba: "Além da maniçoba nativa, está se desenvolvendo amplamente o plantio das maniçobeiras nas roças, já extraindo o leite".[17]

[15] Localizada na região Sudeste do Piauí, microrregião de São Raimundo Nonato, está localizado à 405km da capital Teresina.
[16] Localizada na região Sudeste do Piauí, microrregião de São Raimundo Nonato, está localizado à 608km da capital Teresina. Faz divisa com o estado da Bahia.
[17] Abaixo assinado enviado ao governador do Piauí pelos moradores do povoado Guaribas solicitando a criação da Vila de Canto do Buriti. (OLIVEIRA, 2014, p. 19 – 20)

São João do Piauí obteve sua emancipação, primeiramente em 1871. Foi reintegrado à São Raimundo Nonato em 1896, por questões políticas e em 1906 reconquistou sua emancipação.

Percebe-se que toda a região sudeste do Piauí foi afetada pela economia maniçobeira. O comércio da borracha trouxe grandes contribuições para a formação sociocultural, econômica e política da região.

1.4 – Cotidiano do maniçobeiro

Os maniçobeiros que participaram da segunda fase da maniçoba começaram a trabalhar nos carreiros muito cedo, "a partir de seis ou oito anos de idade já ajudavam os pais, principalmente nos maniçobais mais próximos" (OLIVEIRA, 2001, p. 83). O ingresso ao ramo da borracha se dava de diversas formas: as crianças iam com seus pais e avós que já estavam no ramo para ajudar na renda familiar, quando órfãos tinham que trabalhar para conseguir sustento próprio e, geralmente, dos irmãos, ou se filhos de mãe solteira, a criança precisava trabalhar para ajudar a mãe à "colocar comida na mesa".

> Comecei com 12 ano de idade. Foi, fui seguindo meu pai, trabalhando, furando borracha, depois quando ele morreu a gente já tava deixando a maniçoba, a maniçoba já tinha acabado. (...) Que era o apelo de todo mundo, era uma fonte de renda. Ta endentendo? (...) Criei 10 filhos. Nós era 15 irmãos. Meu pai morreu com 52 anos de idade. Aí eu fiquei, o mais véi. Ah rapaz! Tinha casado, só tinha uma fia caminhano assim e a mulher já tava esperando outro. Aí minha mãe tinha ganhado que é o mais novo, com um mês e três dias [depois] meu pai morreu. Aí eu fui rebolar sozinho pra criar esses 15 irmão. Ai eu lutei! Enfrentei a barra! (...) Eu trabalhava por 16 pessoas nesse tempo. Toquei pra frente, até que criei meus irmão tudinho. Esse Pedinho que é meu irmão [mais novo] me chama de pai. Foi a primeira coisa que ele chamou de pai foi eu. Sou irmão e pai. Cuidei deles todinho (Firmino Rodrigues, 14/02/2014).

Observando a história de vida do senhor Firmino Cirino Rodrigues pode-se ter uma noção dessa responsabilidade, mesmo começando "tarde" para os parâmetros da época ele teve que, através da maniçoba e da agricultura de subsistência cuidar de quinze irmãos e dos seus próprios filhos, hoje ele conta isso com muita emoção, mas, com um gostinho de vitória por conseguir terminar o trabalho do seu pai.

Histórias assim estão constantemente presentes na memória dos maniçobeiros, muitas vezes recordadas com a sensação de vitória e sempre ressaltando que faziam isso por que era

o apelo que existia na época, assim era comum trabalhar nos maniçobais. Homens e mulheres que tiveram infância e adolescência ligadas a um ofício que exige força e persistência se recordam das dificuldades não com tristeza e sim como um passado que deixou lembranças e ensinamentos.

O dia do maniçobeiro começava antes mesmo do sol nascer no horizonte, às 4:00h da madrugada ele já estava rente ao fogão preparando um beiju ou feijão para poder se alimentar, deixar comida para os filhos, preparar a tabatinga[18], pegar sua lega e sair para seu trabalho. O fim de um dia de serviço depende do próprio maniçobeiro, geralmente era por volta das 16:00h.

> A fura é curiosa. De manhã, após moer e peneirar o barro, o maniçobeiro enche um embornal ou cumbuco, pega de uma lega e, trajando uma "quitoca" de calça (farrapo), entra carreiro a dentro. Recipiente de barro preso ao cabo lega e posto ao ombro, o seringueiro chega ao pé de maniçoba, abaixa, desce a vasilha com barro e, usando o cavador, perfura um buraco escostadinho ao tronco da árvore, descobre-lhe a "batata", e aplica-lhe a lega, desenhando um semicírculo ou uma meia-lua. Limpa imediatamente o barreirinho, aplica um punhado de barro, que "forra" o buraco. Ao instante em que acaba de forrar, já o leite, esguichado, derrama-se dentro dele. Tal leite, uma vez ali empoçado, permanece líquido durante 10,15,18 horas, calculadamente, tornando-se, em seguida, coalho sólido e elástico, a tradicional e conhecida lapa. Varia ela consideravelmente de tamanho e, consequentemente, de peso, oscilando entre 50 e 1200 gramas cada uma, fenômeno esse que depende da potência da árvore. O mesmo processo de fura se repete diariamente, completando-se dois e três "leite". Ao processo de repetição, chama-se "dobrar borracha" ou "passar leite". Mas, para dobrar já não necessita de cavar. Basta remover a lapa para fora do buraco, golpear novamente e mais abaixo a "batata" da maniçobeira, forrar e pronto (RIBEIRO, s/d, p. 49).

A léga era o principal instrumento do maniçobeiro, era confeccionada por eles mesmos com madeira e arcos de barril. Um lado servia para cavar o chão, formando um buraco próximo à planta e com o outro lado faziam a incisão na raiz da maniçoba.

> Era uma arma pra gente se defender na hora de aparecer uma cobra em cima demais. Tando com uma lega na mão e tendo disposição, ela era uma arma. Servia pra furar e pra ajeitar um buraco. Aqui e acolá aparecia um buraco p ajeitar (Inácio Ribeiro, 23/04/13).

[18] Barro utilizado para impermeabilizar a terra, impedindo sua mistura com o látex.



Imagem 9: Lega era utilizada para cavar um buraco próximo à raiz e fazer a incisão na mesma para escorrer o látex. FOTO: OLIVEIRA, 2014, p. 85

> Deixava os mininin véi em casa, ia deixar de comer pronto pros bixin comer e tocava no mundo. Quando a gente chegava ia fazer mais de comer pra comer. Pra furar maniçoba a gente tinha que fazer um beijuzin, botava numa capanguinha, uma cabacinha d'água e levava pros mato. Enquanto a gente tivesse guentando tava furando, quando num guentava mais comia aquele beijuzin e era outra tarefada que nós ia furar.. furava a maniçoba. Eu achava bom num era nem furar, achava bom era no dia de panhar, furava com espeto, ia pegando as lapas e botando a tira a colo, ate que panhava tudo. Eu achava bom demais (Delmira da Silva, 17/03/2014)!

A família de Delmira Paes da Silva é de Remanso - BA, mas, ela nasceu em Várzea Grande, atual município de Coronel José Dias e foi morar na Serra Branca depois que se casou. Menina na idade, apenas 15 anos, mas, já com a responsabilidade de um adulto: cuidar do lar e ajudar ao marido no serviço da maniçoba. Sua família faz parte do grupo de maniçobeiros que moravam na Serra Branca e possuíam seus próprios carreiros[19]. A família do marido de dona Delmira, Osvaldo Sabino, chegou à chapada na primeira fase da maniçoba, entre o final de século XIX e início do XX, eles se "arrancharam" por lá e tomaram posse de algumas terras.

Nesse caso o maniçobeiro fica o dia fora de casa furando, mas sempre regressa para toca no fim da tarde. No caso da família de dona Delmira eles moraram na Toca do João Sabino e na Toca do Juazeiro da Serra Branca.

[19] Caminho estreito feito entre as fileiras dos pés de maniçobas.

Na segunda fase da maniçoba já não havia muitas pessoas de fora, a maioria já tinha criado raízes no sertão piauiense, mas, nem todos conseguiam ter seu próprio carreiro. Nesse caso ele podia morar em outro lugar e ir trabalhar na Serra Branca. Quando isso acontecia sua forma de vida era um pouco diferente.

Nos casos de maniçobeiros como Nilson Alves Parente e Pedro de Alcântara eles tinham casas no Zabelê e trabalhavam na Serra Branca. Eles passavam de quinze a vinte dias no barracão trabalhando sem voltar em casa, o cotidiano era o mesmo já descrito, porém não tinham moradia própria, ficavam arranchados na toca que o barraquista disponibilizava, em acampamentos com outros maniçobeiros ou com os parentes.

Ter seus próprios carreiros também significava ter mais autonomia no comércio na hora da venda da lapa[20]. "As transações com a maniçoba envolviam o comerciante local, o barraquista e o maniçobeiro" (OLIVEIRA, 2014, p. 105). O dono do barracão ou barraquista tinha a função de comprar maniçoba e fornecer mantimentos. De acordo com Oliveira (2014) era uma pessoa com certo poder econômico que possuía carreiros de maniçoba e contratava maniçobeiros para trabalhar para ele, o pagamento era parte em dinheiro, geralmente com preço reduzido, e parte em mantimentos.

> Vendia por lá [Serra Branca] mermo. Vendia pro meu avô [ou] pro Inácio que era filho dele, que era comprador de maniçoba. Eu trabalhava nos barracão dele, que eu num tinha maniçoba, panhava pro barracão dele. Eu trabalhava pra eles. Eu tinha que vender pra eles (Nilson Parente, 21/03/2014).

> A maniçoba era 2000reis, 500 era dele (barraquista). Já chegou até um 5000reis o quilo. Aí a gente já sabia, 5 quilo o dono da maniçoba já tinha 5000reis (Júlio Macêdo, 24/03/2014).

Quando o maniçobeiro era autônomo, tinha seus próprios carreiros, havia liberdade para escolher a quem vender seu produto e, quando possível, ele ia para a cidade procurar os comerciantes locais. Após a transação, "o comerciante era responsável pelo transporte da borracha até a cidade de Remanso ou até Juazeiro, na Bahia, de onde seguia para os portos exportadores" (OLIVEIRA, 2014, p. 48).

O dono do barracão ganhava uma percentagem em cima da produção do maniçobeiro contratado. Essa forma de contrato trazia prejuízos para o maniçobeiro que só faturava o que conseguia extrair. Podia ser que a árvore não fosse boa de leite, podia ter maniçobeiro que trabalhasse menos tempo e em épocas de chuva não era possível realizar as tarefas. Porém, a

[20] Látex da maniçoba coalhado.

alimentação era sempre necessária, mesmo que de forma precária, o trabalhador precisava de alimento, roupas e ferramentas isso tudo ele buscava no barracão e, dessa forma sua dívida aumentava.

Para ajudar nos gastos era necessário que o maniçobeiro possuísse uma plantação de subsistência, como da mandioca e do algodão e que tivesse o costume de caçar. Assim ele conseguiria diminuir as compras no barracão. O senhor Firmino Rodrigues relatou que para conseguir uma renda melhor ele trabalhava três dias nos maniçobais e três dias na roça, o senhor Osvaldo trabalhava na maniçoba, mas, tinhas alguns dias na semana que se dedicava a plantação de mandioca. As caçadas geralmente são noturnas, tudo para conseguir aumentar a renda do trabalho.

Quando ele queria aumentar o valor do produto, a lapa passava pelo processo de secagem: após recolher o látex e lavar ele era colocado ao sol, quanto mais seco o látex ficasse, mais alto era o seu valor.

> Naquele tempo era o tempo dos "mirréis" (...) Um quilo de maniçoba fresca, quando era pingando água, lavava e pesava era dois mirréis (2000 réis), quando botava num solzim era dois e quinhentos ... a seca já passava pra, mais ou menos, três, quatro ou cinco mirréis (Nilson Parente, 21/03/2014).

Outra forma de subsistência durante este período era trabalhar com a "profissão" do aguador. Numa região como o semiárido piauiense onde a carência de água se faz presente na vida do sertanejo, o aguador era de grande valia para o maniçobeiro. Nem todos os maniçobeiros possuíam carreiros ou suas tocas próximas de pontos de água, principalmente os trabalhadores que moravam em locais distantes do ponto de trabalho. Havia também a dificuldade de carregar água consigo, era um peso para carregar sozinho e nem todos tinham um jumento para ajudar no deslocamento. Segundo Oliveira (2014, p. 52), o "aguador trabalhava para o dono do barracão; em outros casos, eram comerciantes da cidade que faziam o comércio da água". O pagamento era feito geralmente em maniçoba, mas, também poderia ser feito em dinheiro. Nas entrevistas, observa-se duas formas de trabalho relacionadas a função do aguador: segundo senhor Francisco Ferreira Alves, conhecido como Francisquinho, ele colocava água a semana toda e ganhava um quilo de maniçoba de cada maniçobeiro; na declaração do senhor Inácio, para cada lata de água colocada ganhava-se um quilo de maniçoba.

> Eu mesmo levava água nos barraco, cada maniçobeiro dava um quilo de maniçoba pra gente, um quilo de maniçoba valia um dinheiro bom né? Uma carga d'água que você colocar... trabalha a semana toda por um quilo! Botava duas.. três carga d'água

> por semana pra eles beber. Cada maniçobeiro dava um quilo, se fosse três maniçobeiro, dava 3 quilo. A gente tinha que aguar a semana toda, eles passava 15 dias no mato pra vir entregar a maniçoba, chegava todos sujin [sujos] (Francisco Alves, 14/02/2014).

> O meu pai foi aguador em 44, meu pai foi aguador de barracão e, justamente, com o "menino do mato". Era o companheiro mais dele era o "menino do mato". Levar água pro barracão: "panha" água, uma carga d'água e troca uma lata d'água por um quilo de maniçoba. (...) Quem tinha um menino grande e um animal levava a carga d'água e lá botava num pote, aqueles pode grande de barro. Levava a carga d'água, o menino voltava com o jumento e depois voltava com o jumento. Durava uma semana o pote d'água, pra comer e beber, lavar nem as mãos num tinha direito. O leite da maniçoba era grudento, com terra mas, num tinha o direito de lavar (Firmino Rodrigues, 23/04/2013).

O "menino do mato" ao qual o senhor Inácio se refere é seu irmão Manoel Ribeiro. Ele escreveu um livro com esse nome contando sua história de vida[21], dos diferentes trabalhos que ele fez durante sua infância e adolescência, a função de aguador está incluída nessas atividades. Ele trabalhava juntamente com o pai a serviço de um dono de barracão.

> De madrugada, iam à roça, de onde traziam os animais, punham-lhes as cangalhas, tomavam dos barris e alçavam acima, indo enche-los d'água na Lagoa dos Padres, já a caminho das serras. Dali partiam carregados juntos aos barracões, que distam 2, 4, 6 léguas. Seguiam, hora montados, hora a pé, tangendo a tropinha, uma meia dúzia de jumentos cargueiros, pertencentes ao Sr. Júlio Paixão, o qual recebia metade da renda da água vendida (RIBEIRO, s/d, p. 33-34).

Mesmo com as dificuldades, os maniçobeiros da Serra Branca não se deixavam abalar e organizavam momentos de confraternização para a comunidade. Casamentos comunitários e batizados foram realizados acompanhados de grandes festas. A comemoração que permanece na memória até hoje e que, em todas as entrevistas eles fazem questão de contar com muita alegria é a festa de São João, realizada na Toca do João Sabino entre os dias 15 e 23 de junho. Era um dos momentos de união e alegria para a comunidade.

Para os maniçobeiros, que desde a década de 1970 não praticam o ofício e não moram mais na Serra Branca, são essas lembranças que ainda rondam seu imaginário que faz com que o grupo permanece unido. Segundo Halbwachs (2006), as lembranças são frutos "de um processo coletivo", as mesmas servem como elo de ligação entre seus participantes. Essa coesão social, segundo o autor, ocorre através da adesão afetiva do indivíduo ao grupo. Pollak (1992) complementa essa afirmação destacando a importância dessas lembranças para a identidade do grupo e dos indivíduos que o compõem.

[21] RIBEIRO, Manoel Paes. Um menino do mato. Brasília: Horizonte Indústrias Gráficas, S.l.

Uma vez que a memória é algo construído e “negociável”, não podemos tratar a identidade como algo concreto e imutável: ela não pode ser compreendida como essência de uma pessoa ou grupo, mas sim construída em referência ao outro, podendo se transformar com o tempo e em função do outro (POLLAK, 1992).

Capítulo 2 – Reminiscências do tempo da maniçoba

"Um acontecimento vivido é finito, pelo menos encerrado na esfera do vivido, o lembrado é ilimitado, porque apenas é chave para tudo que veio antes e depois dele".

Walter Benjamin

O presente capítulo apresenta uma análise sobre a influência da relação dos maniçobeiros com a Serra Branca e com suas memórias sobre a construção de sua(s) identidade(s).

A discussão se organiza a partir dos relatos dos maniçobeiros, colhidos nas entrevistas individuais e durante as visitas da comunidade à Serra Branca, organizadas dentro do projeto de Educação Patrimonial, promovido em parceria com os órgãos gestores do Parque Nacional Serra da Capivara (FUMDHAM, IPHAN e ICMBio).

Através do compartilhamento de suas histórias e experiências de vida buscou-se discutir as relações de pertencimento dos maniçobeiros da Serra Branca com essa região, com a prática do extrativismo da maniçoba e suas apropriações simbólicas do lugar.

2.1 – Um lugar, vários espaços

Para Pierre Nora (1993), "memória é vida", ela une os "grupos vivos" dos quais faz parte, e por este motivo ela está em permanente evolução e é suscetível de modificações. Assim, os "lugares de memória" são pontos de referência que irão ajudar na estruturação dessas memórias mutáveis, estes vão desde monumentos arquitetônicos e paisagens até o folclore e a música (POLLAK, 1989).

Num mundo onde não existe mais uma memória espontânea ou verdadeira, os lugares de memória existem para acessar uma memória reconstituída. "Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações (...) porque essas operações não são naturais" (NORA, 1993, p. 13).

Assim, os lugares de memória são espaços onde a memória se fixou e servem como um novo modo de compreender a memória inaturalmente. Pode ser um lugar, uma pessoa, uma comemoração ou um objeto, material ou imaterial, algo que um grupo se identifique, isso possibilita a existência do sentimento de identidade e de pertencimento. "São lugares que se estendem uma história regada de cumplicidade, significações, afetividade, pertencimento, ou simplesmente de alma" (ANDRADE, 2008, p. 569).

Segundo Pollak (1992), os lugares servem de apoio da memória, desde as memórias mais particulares à memórias públicas, através deles pode-se lembrar de momentos vividos pessoalmente ou vividos por tabela. “Pode ser, por exemplo, um lugar de férias de infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu” (POLLAK, 1992, p. 201). O lugar também é foco de pesquisas dentro da Geografia, ela fala sobre os valores e as representatividades dos espaços para um indivíduo ou grupo, análise pertinente neste capítulo.

Na Geografia Humanista um espaço “transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN *apud* FERREIRA, 2000, p. 67). Para Edward Relph, citado por Ferreira (2000), o lugar pode ser “onde alguém está e, talvez, os lugares e paisagens de que ele se lembra”. Pode-se usar essa ideia de Relph para a Serra Branca. Esta não é mais o lugar de morada dessas famílias mas, tanto as paisagens – os caminhos, as tocas, as serras – quanto os momentos vividos são recordados e repassados através da oralidade.

Segundo Ferreira, o lugar possui um papel central no campo da Geografia Humanista, “visto que é, através dele que se articulam as experiências e vivências do espaço” (2000, p. 67). O lugar é visto como um “núcleo de valor”, que será formado a partir de experiência e relações entre o eu e o outro. Assim são as relações entre os maniçobeiros com a Serra Branca, existe uma relação entre as pessoas que compõem a comunidade maniçobeira, eles formam laços de parentesco consanguíneos e espirituais que perduraram com o tempo. Também na comunidade Novo Zabelê consegue-se perceber a existência desse vínculo até hoje, são: tios, sobrinhos, primos, avós, netos, cunhados, sogras, padrinhos e afilhados que tiveram a formação de sua família no período da maniçoba.

Muitos são os locais que aguçam as lembranças dos entrevistados, em alguns casos são lugares que transparecem uma importância para o grupo, como a Toca do João Sabino e o Olho d’água da Serra Branca, em outros casos são lugares que demonstram valor para o indivíduo, como a toca onde morava. Em todos os casos, percebe-se a importância que as experiências vividas na Serra Branca ainda têm na vida dessas pessoas.

2.1.1 – Toca do João Sabino

Dentre os momentos de confraternização e diversão dos maniçobeiros a novena de São João se destaca. O novenário acontecia na Toca do João Sabino, iniciava dia 15 de junho e findava na noite de 23 do mesmo mês. Ao final do último dia de reza havia uma grande festa que contava com a participação de pessoas da Serra Branca e de localidades vizinhas. Todos os entrevistados mencionaram essa comemoração e durante as visitas à Serra Branca. Mesmo as gerações mais novas conheciam as histórias das festas contadas por seus avós ou pelos pais e tinham interesse em conhecer esse lugar.

Segundo Ferreira (2000) o lugar estimula a lembrança daqueles que vivenciaram ou compartilharam um passado em comum. No caso da Serra Branca isso se amplia aos componentes do grupo que não vivenciaram, mas, que através da oralidade conheceram as histórias vividas por seus familiares. Essa relação ficou evidente durante as visitações realizadas com a comunidade, um adolescente levou uma caixa de som portátil por que o grupo visitante queria ouvir um forró na Toca do João Sabino, os mais velhos para relembrar e os mais novos para vivenciar esse momento junto aos familiares.

> Aí dançava lá no João Sabino, naquela toca. Era com o tocador Peladinho. Aí nós batia violão e cantava aquela música que o comadre Firmino cantava ali. (...) Lá juntava gente! Ia pra lá e tinha umas festas boa, minino! (Francisco Alves, 14/02/2014)

De acordo com os relatos, a novena começou quando o maniçobeiro João Sabino adoeceu e sua mãe fez uma promessa: se ele melhorasse enquanto ela tivesse vida, realizaria uma novena em homenagem ao santo de mesmo nome do filho. Quando a graça foi alcançada era hora de pagar a promessa, todos os anos ela realizava a novena e após sua morte a esposa do João Sabino, a maniçobeira Ana Rosa da Conceição continuou.

Até hoje a promessa não foi quebrada: atualmente a responsabilidade da organização da novena e da proteção do santo está com a dona Delmira e s. Osvaldo, nora e filho de João Sabino. Passados trinta e cinco anos da saída da Serra Branca, eles ainda guardam o santo e realizam a novena anualmente, mas, a festa, infelizmente, se findou. “Ele [João Sabino] morreu e eu fiquei continuando. Foi eu que continuei e fiquei até agora, direto. Todo ano eu rezo. Os nove dia de novena, do jeito que a veinha rezava eu rezo também” (Delmira Silva, 17/03/2014).



Imagem 10: Quadro de São João com o qual iniciaram a promessa (2014). FOTO: Joseane Pereira

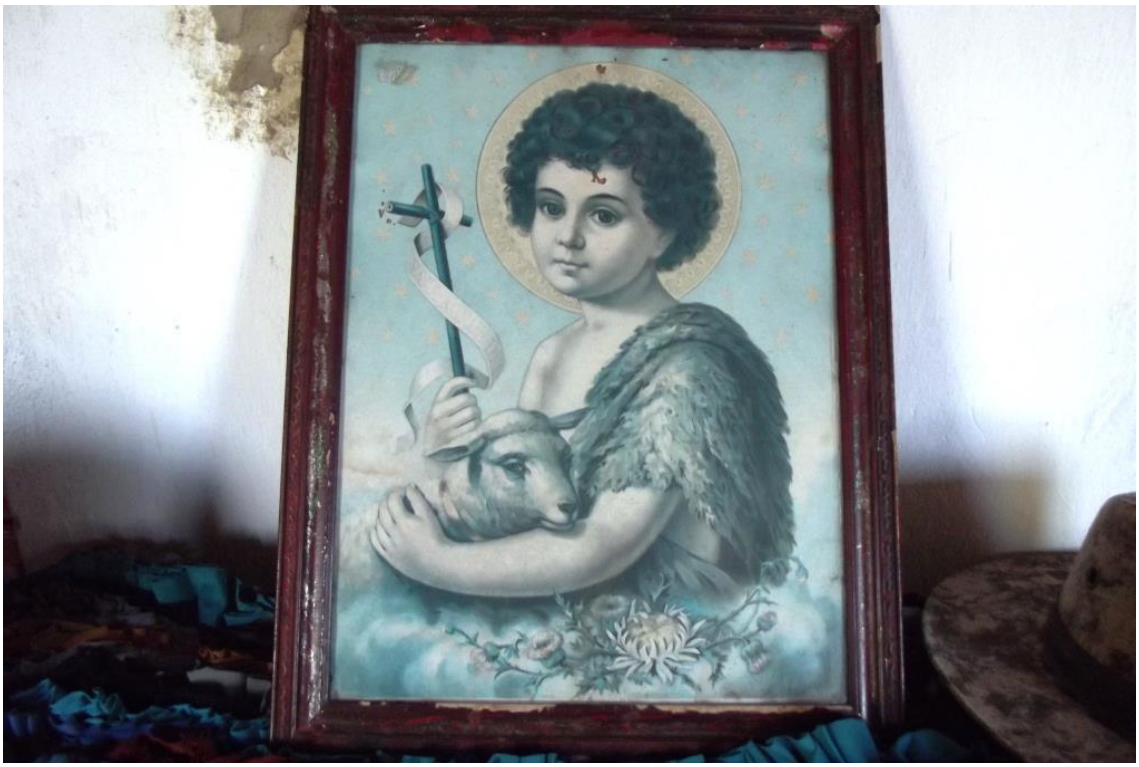


Imagem 11: Devido ao desgaste do primeiro quadro um novo foi providenciado para dar continuidade à promessa (2014). FOTO: Joseane Pereira

Durante os oito primeiro dias de reza a participação era da família e dos "vizinhos" que moravam mais próximos, "agora no derradeiro dia o povo ia. Aí ajuntava muita gente! Aí era fofoca muita! (risos)" (Delmira Silva, 17/03/2014). Segundo os relatos, toda comunidade da Serra Branca e de outros povoados próximos, principalmente Barreirinho[22], Alegre[23] e Zabelê, participavam da festa. Segundo o senhor Francisquinho eles vendiam *"*as maniçoba pra gastar dinheiro na festa, comprava umas calça bonita pra poder ir pra festa" (Francisco Alves, 14/02/2014). Muitos iam caminhando ou no lombo do burro, o importante era chegar e se divertir.

> Oxe! Cansemo de ir lá! Era bonito demais! Tinha uma bandeira e ela botava aquele pombim lá em cima. Rezava nove noite, quando dava as nove noite pra amanhecer nas dez era tinha a novena com festa, com tudo, era assado, tudo fazia! Aí juntava gente de fora ... e era muito lá! E a gente caia de dentro, dançando! Uns três dia antes já tinha movimento do povo ensaiano as cantiga (Laura da Silva, 25/03/2014)!

Era uma experiência muito importante na vida dos maniçobeiros, pois era o momento de encontro e confraternização entre eles, a oportunidade de reencontrar familiares e amigos que moravam em outras localidades. São muitas as lembranças desse evento: eles lembram com muitas risadas, contam histórias com tanto detalhe e empolgação que parece que aconteceu a poucos dias. Dolores Hayden afirma que a memória, seja individual ou coletiva, está intimamente ligada à formação do lugar. Para ela as memórias estão armazenadas "nas paisagens urbanas que seriam, deste modo, verdadeiros armazéns de memória social" (HAYDEN *apud* FERREIRA, 2000, p. 68). No caso dos maniçobeiros suas memórias também estão guardadas nas paisagens e nas tocas da Serra Branca.

A música ficava com os homens que tocavam cavaquinho, violão e sanfona e as mulheres dançavam. "Era bom demais! Um forrozão bom! Era a noite todinha, o pau comia! Era bom demais!*"* (Firmino Rodrigues, 14/02/2014). Os "causos" que aconteciam nas festas são mencionados pelas gerações mais novas que ouviram de seus pais e avós. Em todos os casos, a festa é lembrada com carinho e saudade. Até as músicas que tocavam ainda são reproduzidas pelos antigos tocadores. Durante a entrevista, o S. Firmino se lembrou de duas músicas que, segundo ele, "o pessoal dançava que era uma beleza"!

> "*Eu vou lhe contar um caso que você ri que escangaia/ A mulher do Zé Maria foi dançar e perdeu a saia/ Calangotango do calango da lacraia/ Meu cabrito ta na casa/ E meu cavalo tá na baia (2x)/ Se não fosse carnaúba/ Não tinha chapéu de*

[22] Comunidade localizada no município de Coronel José Dias - PI.
[23] Comunidade localizada no município de João Costa – PI.

> *palha/ É coisa que num 'atulero'/ Desaforo de canalha"*[24](Firmino Rodrigues, 14/02/2014)
>
> *"Meu canarinho, minha beija-flor*
> *Que foi se embora e nunca mais voltou*
> *Meu canarinho, minha beija-flor"*[25](Firmino Rodrigues, 14/02/2014)

2.1.2 – Olho D'água da Serra Branca

A água é necessária para sobrevivência dos seres humanos e num lugar como a Serra Branca, localizada no sertão piauiense era de suma importância morar em locais próximos a pontos de água.

Segundo Godoi (1998), os moradores de algumas localidades do sertão viam a Serra Branca como "oposição ao território conquistado", era um espaço selvagem, morada de seres encantados e índios, porém, necessária em época de seca, pois guardava em suas matas olhos d'água que "nunca secavam". Assim a Serra Branca servia de refúgio em épocas sem chuva.

Com o início da exploração da maniçoba, a Serra Branca começa um processo de ocupação por um novo grupo, pessoas de outros estados e de localidades vizinhas foram trabalhar na extração do látex da maniçoba. Formaram seus carreiros e usaram as tocas como moradias, sempre que possível próximas ao olho d'água.

De acordo com o senhor Nilson Parente, mesmo após os trabalhos nos maniçobais era comum se refugiar dos períodos de seca na Serra Branca: "as vezes faltava água no Zabelê e as pessoas iam pra lá (Serra Branca), pra beber água, que lá no oi d'água tinha água e faltava no Zabelê e eles iam beber água lá" (Nilson Parente, 21/03/2014).

Oliveira (2014) cita exemplos de alguns pontos de água localizados na Serra Branca como: "olho d'aguinha, o Caldeirão Sambaíba, do Urubu, do Felipe, da Canoa e o Tanque do Pio-Honório" (p. 54), porém, o mais importante era o Olho d'água da Serra Branca, lembrado com respeito nas entrevistas.

---

[24] Música "Calango da Lacraia", composição de Luiz Gonzaga e Jeová Portela.
[25] Música "Meu canarinho, minha beija flor", composição Luiz Gonzaga.

Além da importância pela sobrevivência, o Olho d'água da Serra Branca está vinculado às histórias da descoberta do local. Existem três relatos, passados entre as gerações através da oralidade, sobre o momento em que a Serra Branca foi povoada. As três narrativas são conduzidas a partir do momento onde os índios são encontrados no olho d'água e expulsos da Serra Branca por alguém das comunidades vizinhas. Percebe-se que o Olho d'água é o cenário da descoberta da Serra Branca. Mesmo com três história distintas, cada uma percebida como verdade por seus narradores, esse lugar é visto com respeito e carinho, pois simboliza o princípio da comunidade.

A relevância do Olho d'água da Serra Branca foi apresentada por Oliveira (2014) quando analisou um documento de arrendamento de terras de Antônio José da Cruz que a base da demarcação territorial era "um olho d'água que ficará no centro da área, sendo de sul a norte 18 km e de leste a oeste 12 km ao preço de 25000 reis por hectare" (p.32). O pedido gerou polêmica entre os maniçobeiros moradores da Serra Branca. Vendo a importância do corpo d'água para o povo que vivia na região, o Delegado de Terras do 3º Distrito na Vila de São Raimundo Nonato suspendeu o arrendamento. Em seu parecer, o Delegado alegou que o arrendamento afetaria uma zona "fertilíssima e suficientemente habitada por inúmeras famílias, excelentes cultores e extratores de maniçoba, e pelas suas necessidades naturais e ardências do clima e seus próprios ministérios dele precisam como precisam de ar e luz para a vida" (OLIVEIRA, 2014, p.32).

Segundo Pollak (1992) a memória, seja ela individual ou coletiva, é constituída por alguns elementos, entre eles estão os acontecimentos vividos e os acontecimentos vividos por tabela. Este último é analisado por Bosi (1987) como lembranças e ideias que podem não ser originais, podem ser inspiradas em conversas com outros e o indivíduo, com o decorrer do tempo, se apropria da história que ela parece ser sua.

Esses acontecimentos vividos por tabela podem ser exemplificados na própria história de descoberta da Serra Branca. Durante as entrevistas, nos primeiros momentos da história tende-se a imaginar que o entrevistado vivenciou o momento, tamanha é a riqueza de detalhes e a intensidade com a qual a história é narrada, porém, quando questionados sobre o período que isso aconteceu eles advertem que isso aconteceu a "muitos e muitos anos", quando "nem o pai do meu pai era nascido".

Os acontecimentos vividos incluem a representação do Olho d'água para sobrevivência do grupo, como um lugar que concede água o ano todo para a comunidade e,

foi relatado que era comum realizar piqueniques na área do olho d'água. Geralmente nos domingos ou em feriados reuniam grupos de amigos e organizavam os passeios, combinavam num dia que as pessoas que moravam no Zabelê também pudessem participar, faziam lanches e passavam o dia brincando, cantando e contando história embaixo das sombras das árvores.



Imagem 12: Área do Olho d'água da Serra Branca. Local onde realizavam piquenique. FOTO: Joseane Pereira

As lembranças de infância como os piqueniques e o tempo que andavam, às vezes, grandes distâncias para pegar água, são reavivadas quando se menciona o olho d'água ou quando a comunidade o visita. Essa é a característica de outro elemento constitutivo da memória: o lugar. O Olho d'água da Serra Branca é um ponto de apoio para a reminiscência da comunidade maniçobeira.

A importância dada ao Olho d'água pela comunidade pode ser observada nos momentos de preocupação com a manutenção da infraestrutura do mesmo. Tanto nas visitas técnicas quanto nas entrevistas observou-se essa preocupação.

> O povo lá num zela o oi d'água e eu gosto de zelar, chega lá o oi d'água ta entupido as via d'água, as gameleira entope tudo e aí eu vou arranco aquilo tudo pra num deixar entupi. Eu conheço oito oi d'água da Serra Branca e só já tem aquele, os outro tudo a gameleira tomou conta e já entupiu tudo, num dá mais água mais pra ninguém beber, só tem aquele ali. (Nilson Parente, 21/03/2014)

Numa visita realizada com a família do senhor Osvaldo Sabino ele também demonstrou cuidados com o lugar: quando percebeu que as raízes da Gameleira (*Ficus insipida*) estavam entupindo a saída de água, rapidamente ele pegou o facão, começou a limpar e afirmou "Isso aqui era do meu pai e eu num vou deixar acabar não".

2.1.3 – Lugares e valores individuais

Um espaço para se tornar lugar não precisa ter sempre um significado coletivo, ele pode ter uma representatividade apenas individual. Pode ser um lugar que tenha valor para uma pessoa ou família que viveu ou passou por momentos significativos no mesmo. "O lugar se estrutura na relação do 'eu' com o 'outro', o palco de nossa história, em que se encontram as coisas, os outros e a nós mesmos" (MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p. 51).

No artigo, *O lugar como uma construção social* (MOREIRA; HESPANHOL, 2007*)*, há uma discussão sobre a organização social e econômica nos bairros rurais. As autoras abordam a relação de pertencimento existente nos bairros rurais baseando-se, principalmente, nas relações familiares com o "lar" [26], a relação de pertencimento com o bairro e com a vizinhança inicia no lar, com a família. "O lugar seria um centro de significações insubstituíveis para a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade, associando-se, desta forma ao conceito de lar" (RELPH, 1980 *apud* FERREIRA, 2000, p. 68). Segundo o autor a relação do indivíduo com o lar/lugar é tão importante quanto a relação com o outro, sem essas relações a vida não teria tanto significado. Ferreira (2000) fazendo uso de Tuan (1983), ressalta que essa relação tem níveis variados, vai desde "uma poltrona preferida até a totalidade da Terra".

Na Serra Branca além da relação com o todo – as paisagens, os carreiros de maniçoba, o olho d'água e a toca do João Sabino na novena de São João – existem lugares importantes para uma família ou um indivíduo. Esses locais são representados pelas tocas, moradias dos maniçobeiros. Em muitos casos uma toca específica pode não ter uma representatividade coletiva, mas, possui valor para a pessoa que morou naquele local.

[26] O conceito de lar para as autoras vem da reflexão de José Alves: lar é o espaço da casa, é o lugar que abarca tanto a moradia como a identidade da família em relação ao bairro rural.

Um aspecto interessante são as tocas que serviam de rancharia para os maniçobeiros que trabalhavam em outras localidades e passavam pela Serra Branca quando viajavam para São Raimundo com o objetivo de vender o látex da maniçoba. Era um local de descanso e, ao mesmo tempo, servia como ponto de encontro entre os maniçobeiros.

> A Pedra Solta cansei de parar lá mesmo. Parava pra descansar. A hora de "mei dia" passava ali. Aí ia comer o frito, a carne assada, beber água. Ali era uma barraca de maniçobeiro. Ajuntava gente menino! Aí eles fazia aquele sinal na pedra com o cavador, aí fincava o pau no chão e um pau assim p enfincar a rede e escorava naquele coisa de pedra. Era assim (Firmino Rodrigues, 14/02/2014).

De acordo com os entrevistados que frequentavam a Toca da Pedra Solta era um momento de diversão e descanso, jogavam dominó e levavam dados para brincar de "caipira" [27]. Maniçobeiros como o S. Francisquinho e o S. Firmino, que não moravam na Serra Branca tinham nesse momento uma forma de rever os amigos, os compadres, que não viam no cotidiano.

Em algumas tocas como, Toca da Pedra Solta e Toca da Igrejinha, foram encontrados jogos gravados nas pedras. Através de uma pesquisa pelo traçado do "tabuleiro" identificaram-se dois tipos de jogos: *A onça e os cachorros* e a *Trilha* "que eram muito populares entre as famílias dos maniçobeiros" (OLIVEIRA, 2014, p. 84).

A onça e os cachorros é o nome indígena de um jogo de estratégia. A pesquisa sobre os jogos ainda é recente, não se sabe como os maniçobeiros tiveram conhecimento deles, o que se sabe é que é um jogo conhecido mundialmente. "Na Europa é conhecido como uma das variações do Jogo de Alquerque" (OLIVEIRA, 2014, p. 84).

> Isso aí quem ensinou pra nós foi um velho, ele chamava Belarmino, morreu em 1940, não, em 38, eu era menino de três pra quatro ano quando ele brincava com a gente. Ele faltava uma perna e ele gostava muito da gente, aí ele ensinava nós brincar. Ele riscava numa tábua com cauvão e a gente brincava. Ele riscava numa tábua. (Nilson Parente, 21/03/2014)

[27] Jogo de dados atirados sobre um tabuleiro com seis casas numeradas. O jogador fazem apostas, tentando adivinhar a casa onde o dado irá cair. FONTE: aquelesamba.blogspot.com.br/2011/11/o-jogo-caipira-e-o-partido-alto.html. Acesso em 21/11/2014 às 9:31.



Imagem 13: Jogo A onça e os cachorros gravados na Toca da Pedra Solta (2012). FOTO: ACERVO FUMDHAM

Outras tocas tem uma importância mais íntima para seus antigos morados, são os casos das tocas onde ocorreram os partos de muitas crianças. Era comum, nessa época, os partos serem realizados nas tocas ou, em casos mais extremos, nos próprios carreiros de maniçoba. A maniçobeira conhecida como Maria Milô foi uma famosa parteira na região do Zabelê e da Serra Branca. Segundo alguns entrevistados ela fez mais de trezentos partos e "nunca morreu ninguém na mão dela".

A toca que foi moradia da maniçobeira Laura da Silva, atualmente conhecida como Toca do olho d'água da Serra Branca, pode não ter um significado coletivo, porém, é um local importante para a D. Laura, pois foi nesse lugar que ela deu a luz à seu primeiro filho.



Imagem 14: Toca do Olho d'água da Serra Branca. Antiga moradia da maniçobeira Laura da Silva.
FOTO: Lucas Pereira

Outras tocas foram palcos de partos: D. Delmira Silva concebeu treze filhos, os partos ocorreram na Toca do João Sabino, na Toca do Juazeiro da Serra Branca e um de seus filhos nasceu no carreiro de maniçoba, quando ela estava trabalhando. A maniçobeira Maria das Virgens pariu três filhos na Toca do Firmino, entre outros casos.

Momentos como esse são especiais na vida das famílias. Quando a D. Delmira fala sobre esses partos nas tocas percebe-se uma mescla de sentimentos: de como era perigoso ter um filho naquelas condições e as dificuldades, mas, não deixa de ser um lugar especial.

Durante uma visita à Serra Branca acompanhada de membros da comunidade pôde-se observar pessoas emocionadas porque, após muitos anos, estavam de volta à toca onde nasceram. Foi o caso de um dos filhos da maniçobeira Raimunda, esposa do Salustiano e filha da Velha Mulata, após quarenta anos ele estava na toca que um dia foi moradia de seus pais e avós, a emoção foi tamanha que se espalhou pelo grupo.



Imagem 15: Toca da Velha Mulata. Antiga moradia do casal de maniçobeiros: Raimunda e Salustiano, filha e genro da Velha Mulata (2007). FOTO: ACERVO FUMDHAM

A relação que ainda há entre os maniçobeiros e as tocas é percebida quando eles demonstram ainda ter cuidado com o lugar e se preocupar com a manutenção dos mesmo. Isso foi demostrado no olho d'água e também nas tocas. O tipo de cuidado que os maniçobeiros tinham com esse lugar era diferente daqueles adotados pelos órgãos gestores, pois era pautado pela experiência acumulada ao longo de suas vidas como agricultores, maniçobeiros.

Deve-se lembrar que essas tocas, que atualmente são sítios arqueológicos, foram antes as casas dessas pessoas e eles ainda às enxergam como tal. Por esse motivo, a relação deles não é a mesma que a de um turista que visita o parque e acha o local interessante e bonito. Onde o turista enxerga sítio arqueológico ou um parque nacional, os maniçobeiros veem suas antigas casas.

Tuan (*apud* MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p. 51) afirma que a percepção é uma das marcas do lugar. Segundo Bettanini (1982), nossa percepção vai além do que sentimos com os órgãos sensoriais. Ela pode ser determinada pelos ensinamentos adquiridos através das gerações ou outros fatores como "nosso desenvolvimento mental, pela nossa biografia, pela origem e distribuição social do saber, pelas classes e pelos estratos sociais a que pertencemos, pelo horizonte cultural em que vivemos" (p. 129).

Pode-se observar essa diferença de percepções com um exemplo muito marcante: o trato dos terrenos onde ficavam as tocas. Uma das características das casas rurais da região nordeste é a limpeza do terreiro[28], mesmo quando há uma árvore no local o terreno em volta permanece limpo, sem folhas. Varrer o terreiro faz parte das atividades domésticas do dia. Um visitante sabe se uma casa é bem cuidada a partir da impressão que ele terá do terreiro.



Imagem 16: Típica casa do sertão nordestino (2009).[29]

No caso das tocas, como estão dentro de uma área preservada, o seu terreno está repleto de mata. A mata, após muitos anos de desmatamento para formação das roças e dos carreiros de maniçoba, está se restituindo. Tem muitas árvores de grande e pequeno porte, além das folhas caídas no chão.

Na Toca do João Sabino, antiga moradia de D. Delmira, o local que era seu terreiro está repleto de xique-xique (*Pilocereus gounellei)* e matos. Na percepção dos órgãos gestores é um avanço na preservação ecológica do parque, mas a percepção de D. Delmira é diferente. Quando ela visitou a toca, logo comentou que estava largada, que não cuidavam dela direito e completou "Onde é que eu a deixar esses bicho (xique-xique) aqui. Eu limpava bem

[28] Área de terra na frente da casa.

[29] Imagem retirada do site https://www.flickr.com/photos/fredjordao/3492954038/. Acesso em 07/11/2014 às 23:14h.

limpinho!”. Essa distinção do modo de perceber o mundo ocorre, segundo Bettanini (1982), pela diferença de formação cultural e das experiências de vida que cada indivíduo ou grupo carrega consigo.



Imagem 17: Frente da Toca do João Sabino (2013). ACERVO: IPHAN

O mesmo ocorreu quando a comunidade do Novo Zabelê visitou o Olho d’água da Serra Branca. A reação de ver o lugar com a mata mais fechada, muitas camadas de folhas no chão e, principalmente, com as raízes da Gameleira na saída de água gerou um comentário na maioria dos componentes do grupo: as instituições não estavam cuidando do olho d’água. Logo aparecia alguém dizendo que o lugar estava diferente, outros questionavam se era necessário ficar daquele jeito, outros diziam que quando moravam na Serra Branca eles nunca deixavam ficar “largado” assim.

Após conhecer essas percepções distintas dos antigos moradores da Serra Branca é necessário analisar como proceder diante disso. Como lidar com essa visão diferente, sem menosprezar os conceitos que eles já possuem e deixar a Serra Branca mais próxima deles.

2.2 – Narrativas e Livosias

Nas narrativas apresentadas pelos maniçobeiros sobre sua história de vida onde eles tratam assuntos como as primeiras habitações da Serra Branca e encontramos outras cheias de mistérios, como a lenda do Gritador,. São estórias que falam sobre a formação da Serra Branca e através delas percebe-se o vínculo ainda existente entre os maniçobeiros e sua antiga moradia. São histórias que são relatadas naturalmente pelos seus narradores em rodas de conversa.



Imagem 18: Olho d'água da Serra Branca (2014). FOTO: Joseane Pereira

Mombelli (2009), ao estudar a comunidade quilombola "*Invernada dos Negros*", localizada em Santa Catarina, analisa as diversas histórias de assombrações, conhecidas localmente como visagens ou encantes. Segundo a autora essas narrativas "acessam e atualizam os vínculos produzidos entre o tempo passado, com o presente"[30] (p. 100). Um passado que não foi vivido pelos narradores, é conhecido através da oralidade.

[30] As aparições das visagens estão relacionadas com a época da escravidão, quando fazendeiros enterravam ouro e matavam um animal ou um escravo para cuidar do bem e não deixar ninguém pegar. Segundo os moradores

Através das narrativas dos maniçobeiros buscamos compreender como a transmissão delas está ligada ao sentimento do grupo pela Serra Branca e como as mesmas fazem ligação com o que "supostamente estaria separado".

Nas entrevistas conseguimos obter três histórias que explicam a descoberta da Serra Branca e do olho d'água – uma espécie de mito fundador da Serra Branca –, que diferem em alguns pontos e se assemelham em outros. Em todos os casos, a descoberta do olho d'água significa a descoberta da Serra Branca, pois é a partir do conhecimento da fonte de água que "nunca seca"[31] que as pessoas passam a frequentar esse espaço.

> Os índio mataram um filho do Vitorino lá na Serra Nova e lá teve luta. Eles correram pra Serra Branca e o Vitorino foi pra Serra Branca e lá acharam esse oi d'água. Foram escondido pra lá e esperaram os índio. Aí os índio vinham pra beber água no oi d'água e eles fizeram fogo neles. Foi quando foi descoberto o oi d'água. Nem o pai do meu pai era nascido nesse tempo. (...) São esses índio novato, num são esses índio que a Niède escavoca não![risos] (Nilson Parente, 21/03/14)

Essa história, contada pelo senhor Nilson Alves Parente, possui dois pontos interessantes que merecem atenção: a presença do "véi Vitorino", figura emblemática da região e a presença dos indígenas.

O personagem Vitorino aparece em outra história apresentada no artigo, "*O sistema do lugar*", de Godoi (1998). Ela trata da formação de povoados do sertão piauiense[32] e analisa "as práticas e concepções dos sertanejos com relação aos direitos acordados sobre suas terras, informados que são por um discurso genealógico e por uma memória social em estreita relação com seu suporte espacial" (p. 97).

De acordo com os relatos apresentados pela autora, o Vitorino aparece como patriarca do grupo, quem deu origem à grande família, foi ele que "situou" o lugar e baniu os índios. Nesses povoados, a posse do território está baseada nessa ancestralidade de Vitorino. A história explanada por Godoi se assemelha à narração do S. Nilson: o mesmo personagem inicia um povoamento, após banir os indígenas.

Como as pessoas que moravam nas localidades citadas por Godoi também trabalharam na Serra Branca durante as duas fases da maniçoba, talvez a figura do Vitorino tenha se

---

onde o ouro foi enterrado aparece as visagens, as almas dos escravos ou dos animais. Se alguém, que não seja o dono, pegar o ouro receberá má sorte e até a morte como punição.

[31] Os moradores se referem ao assim ao olho d´água, pois, segundo eles, "cai água o ano todo".

[32] Limoeiro, São Pedro, Barreiro Grande e Barreirinho, todos localizados no atual município de Coronel José Dias no Sudeste do Piauí.

mesclado às histórias locais, aparecendo tanto na história de povoação do atual município de Coronel José Dias quanto na história de descoberta da Serra Branca.

A segunda história sobre a descoberta do olho d'água foi contada pelo S. Francisquinho, morador da comunidade Alegre, localizada no município de João Costa. É outra interpretação do acontecido na qual a presença dos indígenas permanece.

> E água como lhe contei, foi o Zé Tatu que achou aquele olho d'água, caçador, ele era do Santa Luzia. Disse que ia caçar... foi caçando, entrando, procurando rolinha. Foi pras toca e encostou, chegou lá disse que os índio tava lá. Acho que ele deu uns dois tiro pra cima e os índio abriram tudinho. Acho que eles tinha muito medo de tiro e eles correram. Aí ele tomou de conta da água, achou essa água aí e o povo foram encostano para escapar da fome ali, pra beber água...iam encostando ... caçava tatu e morava ali nas tocas. Saia daqui pra ir beber água lá, porque num tinha água em canto nenhum, num tinha caldeirão, num tinha nada. Assim quando chegaram né? Aí foram pra Serra Branca pra escapar. (Francisco Alves, 14/02/2014)

Na versão do S. Francisquinho, há a alteração do personagem principal, aqui apresentado como o caçador Zé Tatu, que encontrou o olho d'água durante uma caçada onde se deparou com um grupo de índios e os afastou do local. Percebem-se também fatos que não coincidem cronologicamente com o período do povoamento da região, como o fato do caçador morar no bairro Santa Luzia, quando esse bairro surge em meados do século XX. Para Walter Benjamin essas variações são normais dentro das narrativas uma vez que são passadas oralmente e isso não às desmerece, pois, o acesso ao passado histórico desaparecido e esquecido é feito em "termos de intensidade e não de cronologia" (BENJAMIN *apud* MOBELLI, 2009, p. 100).

> A narração prescinde de explicações, deixando ao interlocutor a liberdade de interpretação, e sua exatidão não tem a ver com a plausibilidade, uma vez que na origem de muitas narrações se encontra o miraculoso como o mais exato. (QUEVEDO, 2008, p. 106)

O terceiro conto foi narrado pelo senhor Osvaldo Sabino. Nessa história, há o envolvimento de sua família. Segundo o entrevistado, seu bisavô é o responsável pela descoberta da Serra Branca.

> Meu bisavô mais meus avós foi quem descobriu a Serra Branca. Isso foi a muitos e muitos anos atrás (risos). Quando eles chegaram pra lá eu num era nascido ainda não. Meus pais é quem contava a chegada deles pra lá.
> Eles foram daqui do Zabelê pra lá fazendo uma pinicada, até que saíram lá. E as águas acabavam no meio da chapada, uns voltava pra pegar água e os outro ia seguindo a pinicada até que chegaram lá. Quando eles chegaram lá que desceram lá pras toca, que é a toca do João Sabino, que era do Zé Biscoito, eu sou da família dos Biscoito (risos). O Zé Biscoito era pai do Zé Sabino, pai do João Sabino, que é meu pai. Zé Biscoito é meu bisavô.

> Aí quando eles chegaram lá na Toca do João Sabino, que hoje é conhecida como toca do João Sabino, eles iam descendo de cima da chapada, os índio ia descendo com uma onça. Aí eles fizeram fogo nos índio, os índios correram e deixaram a onça e eles pegaram a onça. Foi daí pra frente que foi o descobrimento da Serra Branca (Osvaldo Sabino, 14/03/2014).

Assim como S. Nilson, o S. Osvaldo alerta que se trata de uma história antiga, "foi a muitos e muitos anos*",* num tempo que ele não havia nascido. Aqui, novamente, a figura do indígena aparece sendo expulsa do seu local. A diferença é a mudança do personagem que "faz fogo". Nesse relato, a descoberta do local foi feita pela família do entrevistado: é o seu bisavô, Zé Biscoito, quem descobre a Serra Branca. Na continuação de sua história, S. Osvaldo afirma que os índios, como vingança, "taparam 32 oi d'água", uma tática para afastar invasores de suas terras através da falta de água.

Dentro desse relato do senhor Osvaldo Sabino, observa-se táticas de resistência utilizadas por povos indígenas que aproveitam seus conhecimentos da natureza e do território para dificultar o contato com o colonizador. Buscavam aproveitar a ocasião propícia para tornar difícil o acesso à água.

Sousa (2003) faz uma análise do conceito de estratégia e de tática elaboradas por Michel de Certeau em *A Invenção do Cotidiano*:

> Chamo de 'estratégia' o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável em um 'ambiente'. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. (…) Denomino, ao contrário, 'tática' um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro (CERTEAU *apud* SOUSA, 2003, p. 5 - 6).

Na tese de Oliveira (2007), a autora faz uma abordagem das táticas indígenas utilizadas pelos *Pimenteiras*, povos indígenas que viveram no Sudeste do Piauí no início do século XIX e enumera outras formas de resistência como: realizar emboscadas no meio da mata, apagar vestígios de caminhos que eles usavam para fuga, usar cachorros e abertura de fossos na entrada da aldeia, entre outros. Podemos perceber que os maniçobeiros utilizam e adaptam fatos históricos em suas narrativas, mesmo que sejam míticas.

As três narrativas relatam de formas distintas o mesmo fato, a figura dos indígenas se repete, mas, pode-se perceber que ocorrem em épocas diferentes. Do mesmo modo, o "colonizador" (ou "fundador") do local difere entre os contos e os motivos aos quais os levaram para Serra Branca também não coincidem. Tais alterações ocorreram, provavelmente, pela oralidade ao qual é transmitida, passadas de geração em geração, contadas pelos

familiares ou amigos em rodas de conversa. Segundo Mombelli (2009), as narrativas passam por um "eterno processo de atualização e recepção, incorpora os sentimentos, a memória coletiva da comunidade, incorpora informações e experiências com outros moradores ou narradores" (p. 103).

Para Benjamin, as recordações traduzidas em narrativas se caracterizam como um "trabalho de salvação do passado através de sua atualização." Não é recuperar, mas, "produzir uma experiência em que seja possível ao homem a apropriação da atualidade" (QUEVEDO, 2008).

A importância dessas narrativas para os maniçobeiros e seus familiares está na ligação que essas histórias ajudam a manter entre o presente e o passado. São narrativas imbuídas de sentimentos e as mudanças recorrentes nesses relatos são essas atualizações faladas por Mombelli, que ajudam o passado a permanecer vivo na mente dos maniçobeiros. As pessoas se apropriam dessas narrativas como suas, cada um tem sua versão como verdadeira e as repassam para os conhecidos e para os mais novos.

Um local como a Serra Branca, onde não havia cultivo, considerada terra de uso comum, oposta ao território já povoado, sem habitações fixas, ficava conhecida e era visto como uma terra de índio, de bicho, almas penadas e de seres sobrenaturais como o gritador e a dona do mato (GODOI, 1998). Durante a pesquisa, algumas histórias sobre essas livosias[33] foram narradas.

Mesmo após a ocupação da Serra Branca pelos maniçobeiros, as aparições desses seres continuaram a acontecer e foram contadas tanto pelas pessoas que passaram por alguma experiência com essas aparições, como pelas pessoas que apenas ouviram falar e as repassaram adiante. Não se pretende aqui apresentar esses relatos apenas como casos imaginados ou histórias fictícias, e sim como uma maneira desse povo se expressar, como "um plano discursivo singular, de um modo de pensar presente no imaginário coletivo que se reconhecem como do lugar" (MOMBELLI, 2009, p. 96).

As aparições de almas penadas ocorrem geralmente à noite. As assombrações aparecem porque eles deixaram algo pendente enquanto estavam vivas. No caso da *Invernada dos Negros*, apresentada por Mombelli (2009), as almas são de escravos ou bichos que foram

[33] Livosias também conhecidas como visagens, são narrativas sobre assombrações ou seres sobrenaturais transmitidas entre gerações (MOMBELLI, 2009).

mortos para cuidar do ouro enterrado por fazendeiros. No caso da Serra Branca, também há histórias de aparições em lugares onde havia dinheiro enterrado, por uma dívida que ficou pendente, uma promessa não cumprida, qualquer assunto que não fora resolvido em vida.

Segundo Godoi (1998), "a mensagem dos mortos destina-se sobretudo às suas famílias, pois as obrigações entre parentes não acabam com a morte. Os vivos têm ao seu encargo o cumprimento dos 'negócios' daqueles que os deixaram" (p. 106).

Muitas são as histórias de panelas caindo, luzes e bichos estranhos no meio do mato, dizem que "mato é lugar pra ter livosia". O senhor Osvaldo Sabino relatou que algumas pessoas já comentaram que viram sua mãe falecida sentada no túmulo.

A mãe dele, dona Ana Rosa da Conceição, foi sepultada no cemitério da Serra Branca, onde há mais de 20 pessoas enterradas, entre crianças e adultos, porém, somente o túmulo de Ana Rosa, único feito de pedra, permaneceu. Os outros sepulcros eram simples, apenas com cruzes de madeira como identificação e com o tempo se perderam dificultando a localização das covas.



Imagem 19: Túmulo da maniçobeira Ana Rosa da Conceição (2014) – FOTO: ACERVO IPHAN

Uma história que chamou a atenção durante as entrevistas foi o "calundu"[34] de um morto narrado pelo senhor Osvaldo Sabino:

> Que a Velha Mulata já era viúva e casou com o véi Sérgio, pai dela Elisa. Aí depois o véi morreu. Foi furar maniçoba e lá a cachorra acuou um tatu, ele foi, cavou o tatu, matou o tatu e jogou pra riba da terra, aí saiu e deitou ... ele morreu assim (posição fetal) ... também num sei o que é que ele tava sentindo ... sei que ele morreu e a cachorrinha ficou, quando foi de tarde e cachorrinha veio na casa ... andou, festejou na toca lá ... ela arrudiou a toca todinha, grunhiu, e tornou voltar (...) quando chegou no carreiro de maniçoba do véi ela entrou e entrou no carreiro que tinha acuado o tatu. Passou de um dia pro outro e ela foi três vezes cá na casa grunhindo e voltava pro carreiro. Aí mandaram chamar nós cá nas toca, eu num tava mas, quem foi foi meu pai. A cachorra viajava na frente e quando adiantava um pouco esperava por eles, quando chegou no carreiro ela entrou, quando chegaram lá ele tava morto. Aí também ninguém sabe de que foi que ele morreu. Aí eles pegaram ele, fizeram uma pinicado pro carreiro e do carreiro trouxeram ele pra estrada que descia pra casa. Aí quando chegou lá onde é pra entrar pra casa (Toca da Velha Mulata), teve uns que queria levar ele lá pra casa, mas, a véa tava passano mal lá, morreno e viveno e meu pai falou – *Não, num leva pra lá não! Se levar pra lá a véa acaba de morrer*. E levaram ele de novo na estrada, até ali disse que ele vinha muito bem... tava maneiro.. quando viraram que não levaram ele lá na casa cadê poder carregar o véi? Era numa rede, nuns varão carregano.. quando num carregaram ele pra casa o véi (morto) disse – *Eu num vou não*! Aí meu pai pegou o cipó e meteu no cabo dele, bateno. Ele viajou uma légua, toda vida, no cipó pra poder ir pro cemitério na Serra Branca. Se num bater num tem quem guente levar, pesa demais! Um cabra tava encalunduzado e meu pai sabia dessa simpatia. A rede era branca chegou lá verdinha! (Osvaldo Sabino, 17/03/2014)

Histórias sobre os seres sobrenaturais moradores da Serra Branca são comuns nas rodas de conversa, durante o cafezinho da tarde e até mesmo nas escolas do povoado Novo Zabelê e o ser que predomina nas lembranças e causa calafrios quando mencionado é o gritador, "um bicho parecido com homem, peludo, negro, com um grande peito musculoso e uma longa cabeleira" (GODOI, 1998, p. 103). Segundo os relatos ele não faz mal a ninguém, as pessoas apenas escutam seus gritos estrondosos, "e quem escuta nunca esquece".

> O Gritador eu topei com ele foi de cara, um de cara com o outro ... eu vi o que era o gritador. Eu topei foi de cara lá na Serra Branca. E ele num andou só lá não, andou nessas rebeira de serra toda ele andou, pela Serra dos Gringa, Jurubeba, Zabelê, assombrou foi muita gente. Eu vi de dia, num foi de noite não, foi de dia (...) Agora, eu conto a história e o povo num acredita por que eu tava sozinho. Outra vez ele fez um medo a mim e a outro rapaz que mora bem ali perto, ele também conta a mesma história. Esse eu lhe conto o dia, foi 1964 no dia 04 de novembro de 1964. Até o dia eu gravei porque eu num esqueço o medo que eu passei, num esqueço nunca na minha vida. (Nilson Parente, 21/03/2014)

O senhor Nilson foi a única pessoa que diz ter visto o gritador, as outras histórias são de pessoas que ouviram os gritos. Há quem não acredite que o ser visto pelo S. Nilson seja o gritador, dizem que, na verdade, ele é um "trem invisível".

[34] Gesto ou trejeito de mau humor (Dicionário Aurélio).

> Mas esse trem é um trem invisível! Um dia o compadre Louro, que é meu irmão, tava vindo de um casamento lá no São João Vermelho, chegou ali na entrada dos Vermelho, ali na Serra da Capivara, decidiram dormir, esperar o dia amanhecer pra continuar. Quando foi cedinho, no amanhecer do dia o cabra arrochou o grito lá pra dentro do mato. Ele gritou e responderam cá, foi até um cunhado meu ... respondeu cá e o bicho veio de lá pra cá e ligeiro .. iê iê iê iê ... aí o Zé Roberto falou – *Num grita mais não*. Disse que o bicho já vinha perto, mas aí param de gritar pra ver se pegava o bicho. Disse que ele veio até perto assim e parou de gritar e foi desviano assim pra outro lado. Por isso que eu digo, dona Maria, esse bicho é um trem invisível (Osvaldo Sabino, 17/03/2014).

Quando as pessoas que vêem o Gritador são caçadores, sempre comentam que quando os cachorros sentem a presença do "bicho" ou escuta seu urro não acuam mais animal algum, ficam quietos e não saem de perto de seus donos. Segundo o S. Osvaldo, quando o gritador apareceu na Toca do João Sabino "os cachorro só fizeram se acocar e ficaram bem quietinho, num deram um latido nem nada". Segundo Godoi (1998), esses seres são protetores da natureza e perseguem alguns caçadores.

A Dona do Mato também faz papel de defensora da natureza, não é um ser que se possa ver, ela é sentida e, da mesma forma que o gritador, quando se manifesta os cachorros não acuam mais nenhuma caça. Sobre a dona do mato, não houve nenhum relato durante as entrevistas – foi na pesquisa de Godoi (1998) que a encontramos. Segundo a pesquisadora, essa lenda é encontrada em outras partes do país, como a Amazônia, assim como há aparições do Gritador também em toda região de São Raimundo Nonato e em outros estados. Houve um entrevistado que afirmou ouvir histórias do gritador quando ele morava no Pará. Não sabemos se ele ouviu uma história de um ser que gritava e nunca era visto e a assimilou à história do Gritador ou se contaram a história para ele já como o Gritador.

Numa pesquisa realizada em 2000[35], IPHAN/FUMDHAM efetuaram o levantamento da cultural imaterial na região do Parque Nacional Serra da Capivara, reunindo informações sobre o saber fazer de remédios caseiros, artesanatos de palha e cerâmicas, comidas típicas, festas folclóricas e lendas. Nesse último caso, o único personagem tipicamente da região sudeste do Piauí foi o Gritador. Os outros são figuras comuns em todo território brasileiro.

Outra questão interessante sobre essas livosias, principalmente sobre o Gritador, é como ele acompanha o local onde a comunidade se encontra. Antes ele era visto pelos maniçobeiros na Serra Branca ou no antigo Zabelê, porém, até hoje existe gente que diz ouvir os urros estrondosos do Gritador. Durante as atividades na escola do Novo Zabelê houve

[35] Ver FUMDHAM. Levantamento da Cultura Imaterial em São Raimundo Nonato – PI e Macro região. MINC. 2000.

pessoas que disseram saber de aparições dele em 2013. A lenda do Gritador seguiu a comunidade e, uma vez que as livosias – ou visagens – são narrativas, que, por sua vez, são uma representação de mundo, pode-se entender a duração dessa lenda como algo coletivo que demonstra como o grupo interpreta seu lugar e, também, como ele mantém vínculos com o passado.

A continuidade das aparições do Gritador indica que o grupo ainda se mantém ligado ao período vivido na Serra Branca. É uma forma de "permanecer interligando o que supostamente estaria separado" (MOMBELLI, 2009, p. 100). Com o fim da extração da maniçoba e a criação do parque, o grupo muda do seu antigo local de morada e trabalho e é assentado num novo local, mas suas lembranças permaneceram atreladas ao seu lugar de origem. São as reminiscências que mantêm o grupo unido: tanto as recordações do ofício da maniçoba como da convivência do grupo na Serra Branca e dos laços afetivos formados enquanto uma comunidade.

2.3 – Memória e Identidade

Para Halbwachs (2006), a memória, apesar de parecer algo íntimo do indivíduo, ela também deve ser compreendida como um "fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes" (*apud* POLLAK, 1992, p. 201).

A memória coletiva é o alicerce da identidade dos grupos sociais, é através dela que cada indivíduo do grupo consegue o sentimento de unidade, continuidade e coerência. Segundo Halbwachs (2006), as lembranças são frutos "de um processo coletivo", as mesmas servem como elo de ligação entre seus participantes. *"*A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo*"* (BOSI, 1994, p. 54). As lembranças compartilhadas pelo grupo auxiliam na ligação entre os participantes e na certeza de uma precisão das mesmas.

> Se nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas, também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas (HALBWACHS, 2006, p. 25).

As memórias dos maniçobeiros sobre suas vidas na Serra Branca são lembranças de uma época que não existe mais, de um lugar onde eles não moram e nem visitam com frequência. A única maneira do grupo se manter unido, findo o ofício em comum que exerciam, são as recordações do passado. Partindo de concepções desenvolvidas por Halbwachs (2006) e Bosi (1994), segundo as quais a memória é algo coletivo e precisa do relacionamento com o grupo para se manter viva; ou ainda segundo Nora (1993), que "a memória emerge de um grupo que ela une" (p. 9), percebe-se que se a memória ainda se faz presente na comunidade, como na lenda do Gritador ou nas narrativas de povoamento da Serra Branca, ainda há uma relação de grupo, há laços afetivos entre as famílias formados no "tempo da maniçoba", pois sem isso a memória provavelmente já estivesse se esvaído com o tempo.

Para manter o grupo unido, as memórias devem ser perpetuadas através das gerações: é uma das formas de mantê-las vivas. Quem seriam os responsáveis pelo lembrar? Quem possui a responsabilidade social de transmitir esse conhecimento? Para Bosi (1994), os idosos seriam esses responsáveis. De acordo com a autora, "a memória dos velhos" traz mais desenvolvimento em sua história social que as lembranças dos mais jovens ou de adultos, pois estes estão absorvidos "nas lutas diárias e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade" (p. 60).

Segundo Halbwachs (2006), quando uma pessoa em fase adulta se ocupa em lembrar-se do passado, é um momento de "relaxamento da alma", as lembranças chegam em forma de sonho, durante um momento que esteja afastado das lidas diárias. As pessoas idosas, que já cumpriram com suas obrigações de trabalhos na vida, não tem a memória como um pequeno momento de contemplação, elas estão conscientes, lembrando atento dos momentos que passaram.

Segundo Bosi, eis a função social dos velhos em muitas comunidades, desde tribos primitivas até a comunidade moderna: lembrar.

> O momento que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente de seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. (BOSI, 1994, p.61)

Essa obrigação dada aos mais velhos tem intensidade variada de acordo com a sociedade em que se vive. Os maniçobeiros entrevistados, pessoas entre 70 e 80 anos, são os detentores da memória de seu grupo, sua função social dentro da comunidade é lembrar do

passado e transmitir essas memórias para as futuras gerações. Observa-se que as narrativas são transmitidas nas recentes aparições do Gritador e também no conhecimento dos mais novos sobre as festas na Toca do João Sabino. Em alguns momentos, nota-se que nem sempre os jovens têm o conhecimento desse passado. Em recente experiência na escola da comunidade Novo Zabelê, muitos alunos não sabiam que familiares haviam participado do período da maniçoba, mas, após explicações superficiais, a curiosidade foi aguçada e muitos se interessaram em saber mais sobre esse momento da história do grupo. Observa-se novamente a importância dos idosos para transmitir suas memórias: são os mais velhos procurados pelos mais jovens para sanar suas dúvidas, são os componentes do grupo com mais idade que ajudam a memória a permanecer viva de geração em geração.

Porém, Halbwachs alerta para as mudanças que podem ocorrer nas lembranças de acordo com o tempo e com as modificações dos ideais atuais e remanejamento das ideias pelas pessoas idosas. A memória e as narrativas podem sofrer alterações com o tempo devido à interferências do meio para seguir "padrões e valores" compatíveis com o tempo em que são reproduzidas. No caso das narrativas transmitidas pelos maniçobeiros percebe-se mudanças nos detalhes de histórias sobre o mesmo fato, como no caso do povoamento da Serra Branca, muitas vezes justificados devido aos "muitos e muitos anos" que se passaram. Nora (1993) compartilha dessa ideia de mudanças e analisa que isso ocorre uma vez que a memória é "carregada por grupos vivos" e assim "ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações" (p. 9).

2.4 – Planto, coleto, vaquejo e festejo: sou maniçobeiro

Segundo Pollak (1992), memória e identidade estão intimamente ligadas. Ele apresenta o sentimento de identidade, de forma superficial, no sentido da "imagem de si, para si e para os outros" (p. 204). É a imagem que a pessoa constrói de si, para si e a imagem que ela quer passar para o grupo ao qual faz parte. Nessa construção a memória tem uma estreita ligação fenomenológica com o sentido de identidade, ela é uma de seus constituintes.

Outro constituinte do sentimento de identidade é a relação individual ou grupal com o lugar. Segundo Buttimer:

> a identidade cultural está intrinsicamente relacionada à identidade com o lugar. As dimensões culturais, emocionais, políticas e biológicas permitem ao indivíduo possuir redes de interação baseadas no lugar. Mesmo diante de transformações no lugar, para o indivíduo e para a comunidade, a sensação de que as características antigas permanecem, reforçam a identidade com o lugar (BUTTIMER 1982, *apud* MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p. 52).

A relação do maniçobeiro com a Serra Branca foi importante para a formação da identidade do grupo. Observando a Serra Branca desde o período que ela era um lugar de apoio em épocas de seca até a segunda fase do cultivo da maniçoba, percebe-se uma modificação da paisagem em prol da organização da comunidade.

Uma outra maneira pela qual percebe-se a importância da formação dessa identidade dos maniçobeiros está a questão dos casamentos. Segundo Godoi (1998), a prática do casamento em família era comum nas comunidades estudadas por ela, principalmente no núcleo da família do Vitorino. Eram os mais velhos que escolhiam os casamentos entre os componentes da família, baseados na continuidade da mesma, sem a inserção de "gente de fora". A autora analisa que essa atitude "está ligada à construção da identidade do grupo em oposição aos 'de fora' da família" (p. 110). Porém, a partir das duas primeiras décadas do século XX, com o início da exploração da maniçoba, houve a incorporação da "gente de fora" nas famílias da região. Os entrevistados de Godoi deixam claro que no início houve rejeição pela ideia, eles não queriam pessoas de fora ocupando as terras, muito menos casando com parentes. Em casos mais extremos usava-se da violência para evitar que pessoas de fora ocupassem terras. É comum, em relatos da primeira fase, os entrevistados mencionarem sobre violência e morte de maniçobeiros de fora que não respeitavam as regras de convivência, o "sistema do lugar" [36].

Segundo Oliveira (2014), a violência ocorrida na primeira fase da maniçoba ocorreu devido a relação entre a gente de fora e a gente do lugar. "Aos forasteiros, tanto o governo, como os viajantes e os moradores da cidade atribuíam as características de: malfeitores, baderneiros, cangaceiros, violentos, turbulentos, aventureiros disfarçados de maniçobeiros" (OLIVEIRA, 2014, p. 119).

[36] Segundo Godoi, o sistema do lugar significa a porção do ambiente transformada pela ocupação, pelo uso e, sobretudo, prenhe de significação social, que indica quem e em que situações pode estar ali. (1998, p. 97)

Essas regras de convivência eram estabelecidas pelos próprios moradores, uma vez que a Serra Branca estava distante de São Raimundo Nonato, o acesso era difícil e a intervenção da lei não era comum. Seguir as regras da comunidade significava aceitação pela mesma. Assim, os casamentos com as pessoas que se habituavam às regras foram se tornando comum. Na segunda fase da maniçoba não se encontram muitos relatos sobre preconceito ou exclusão de alguém por ser "forasteiro".

Segundo o S. Francisquinho, no início houve casos de maniçobeiros de fora que foram mortos, para outro ficar com o carreiro ou por que não obedeciam às regras. Com o tempo, essa prática se acabou: "Era, quando chegou, depois o povo foi se educando mais. Aí chegou a polícia, a polícia chegou a gente num pode mais. Se a gente sair mais um tem que dá conta. Antes saia mais outro aí, matava e deixava no mato mesmo". A preocupação com a violência na região levou o governo a tomar medidas como melhorias nas cadeias de União, Valença, Barras, Picos e Floriano. E a nomeação de Cirilo Osório Porfírio da Mota como juiz de direito da comarca de São Raimundo Nonato (OLIVEIRA, 2014).

Com o tempo as relações familiares com a "gente de fora" foram se estreitando e laços afetivos foram formados. Não é difícil encontrar maniçobeiros que possuem raízes em outros estados. Dentre os entrevistados temos exemplos como do senhor Júlio Macêdo que nasceu no município de João Costa e seus pais vieram do Ceará. A família de Dona Delmira Silva é da Bahia. Senhor Francisquinho também nasceu no município de João Costa, mas, a família de sua mãe veio de Pernambuco e seu pai era piauiense.

Além das relações estabelecidas com o grupo, os maniçobeiros possuíam vínculo com a natureza e as paisagens da Serra Branca. De acordo com pesquisas arqueológicas realizadas pela Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), a Serra Branca foi habitada por povos anteriores ao contato com o colonizador. Existem vestígios, como pinturas rupestres e artefatos líticos desse período. Provavelmente esses povos fizeram uso dos mesmos pontos (tocas) posteriormente utilizados pelos maniçobeiros, a diferença está na adaptação desses locais feita por eles.

De acordo com Buco (2012), as formações areníticas do Vale da Serra Branca são as responsáveis pelos abrigos que formam paredes verticais e "no contato de duas camadas de resistência levemente diferente ou, em locais onde os planos de estratificação foram aumentados pela erosão fluvial, cavaram-se abrigos, locais privilegiados para abrigar sítios arqueológicos com pinturas rupestres" (p. 32). Esses abrigos utilizados em sua naturalidade

pelos povos anteriores sofreram modificações no período da maniçoba para melhor comodidade das famílias.

Geralmente usando a técnica de taipa, com algumas variações, os maniçobeiros construíram suas moradias se aproveitando dos benefícios que a natureza tinha lhe concedido: as paredes rochosas resistentes e a proteção contra sol e chuva. Os materiais utilizados para construção das casas também eram encontrados na natureza: madeira, barro e em alguns casos pedras.

Em sua pesquisa, Oliveira (2014), constatou "duas espécies de moradias: abrigos sob rochas e casas de taipa que podiam ser cobertas de três formas: como pau de casca (*Tabebuia spongiosa*), com terra e folhas ou com capim" (p. 57).

A técnica mudava de acordo com a necessidade e possibilidade de cada família. A construção era um processo familiar, dividia-se as tarefas entre os componentes, alguns buscavam o barro, outros as pedras ou a madeira, tudo encontrado na natureza, depois do material recolhido iniciava-se a construção das paredes. Dona Delmira relata que era ela que fazia as "reformas" nas paredes da Toca do João Sabino e na Toca do Juazeiro da Serra Branca.



Imagem 20: Toca da Igrejinha – Detalhe da parede com barro e pedra.
FOTO – Lucas Pereira



Imagem 21: Toca do João Sabino – Detalhe da parede com madeira, barro e pedra (2001). FOTO: Ana Stela de Negreiros Oliveira

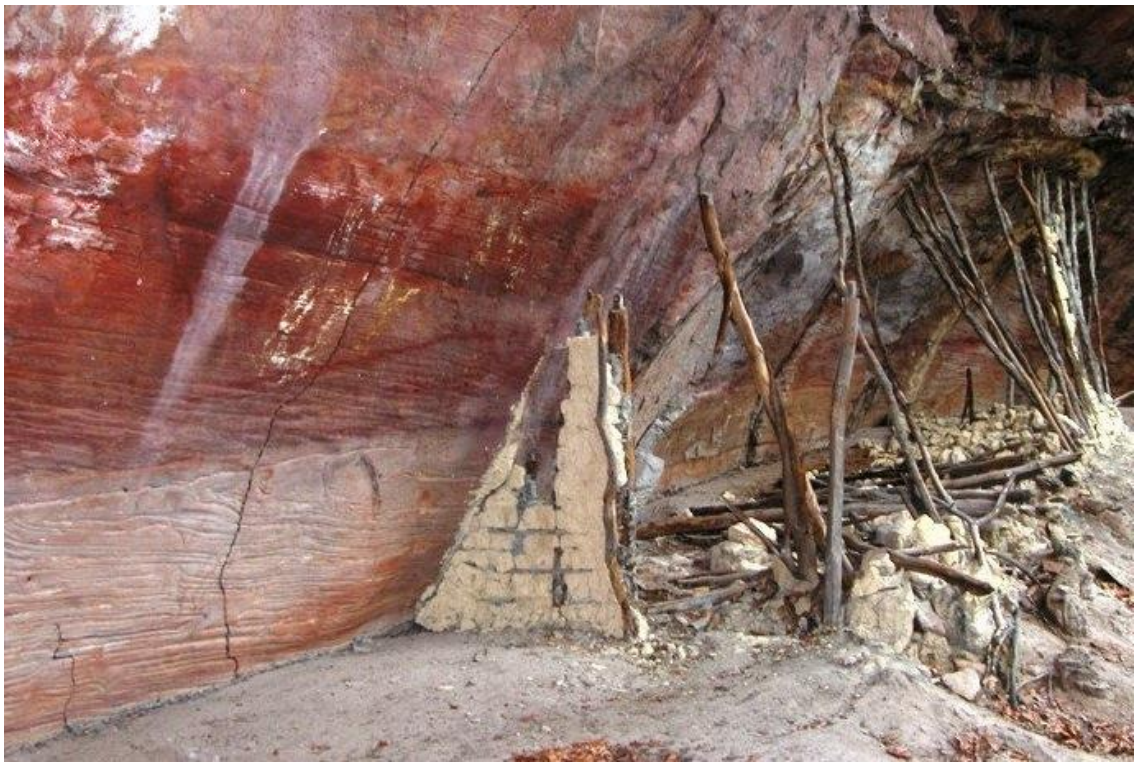


Imagem 22: Toca da Casa de Barro – Detalhe da parede com barro e madeira. Em 2004 a estrutura foi retirada para realização de uma escavação. FOTO: ACERVO FUMDHAM

Segundo o Senhor Inácio Ribeiro, as casas feitas com o teto de casca de pau possui nas paredes a técnica da taipa, mudando apenas o telhado:

> Era cobertura de casca, num tem melhor, coisa que se tiver bem feita num vaza. Faz a casa do mesmo jeito, a armação é do mesmo jeito (do jeito da taipa). O teto, pega a casca, dobra a casca e coloca uma por cima e outra por baixo. Na comunidade que eu morava tinha mais era casa de casca. (Inácio Ribeiro, 23/04/2013)

Essas mudanças na paisagem realizadas pelos maniçobeiros, juntamente com as relações familiares e suas regras de convivência foram moldando a organização social local, criando uma rede de sentimentos e referências, transformando terras antes "selvagens" em um *lugar* e a partir disso formando a identidade do grupo.

> O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pelas histórias e cultura civilizadora, produzindo identidade. (CARLOS *apud* MOREIRA; HESPANHOL, 2007, P. 57)

Portanto, o lugar se constitui através dos sentimentos e da relação de pertencimento do indivíduo ou do grupo com ele. Esse vínculo formado entre o "eu" e o "outro" tendo como palco dessa história o lugar, gera memórias e afetividades que ligam o grupo e instituem o sentimento de identidade do mesmo.

O fato de ser maniçobeiro não está vinculado apenas ao ofício de extrair o látex da maniçoba, de lavá-lo ou no processo de compra e venda. Sua identidade vai além disso, ela se forma a partir de relações que se estabeleceram junto com a organização da sociedade na Serra Branca.

Pollak (1992) concorda que a identidade é, além de constituída pela memória, construída em referência ao outro e acrescenta que a mesma é mutável, negociável e pode ser transformada em função do outro. Nora (1993) corrobora com essa afirmação e coloca a memória como algo volúvel, aberto ao esquecimento e vulnerável à manipulações. O que esses autores propõem está vinculado ao conceito de que a "memória é viva", que ela se mantem viva enquanto há sentimento e vínculo entre os componentes do grupo.

Se, tanto a identidade quanto a memória, estão sujeitas ao relacionamento com o grupo e o meio, e podem sofrer alterações com o tempo, elas não podem ser entendidas como essência de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992).

De acordo com Stuart Hall (2004), vivemos num período de fragmentação ou descentralização da identidade. O indivíduo antes visto como um sujeito centrado, unificado e

dotado de razão, hoje é tido como fragmentado em várias identidades, muitas vezes contraditórias, que se adaptam ao momento vivido. Essa crise da identidade "é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social" (p. 7).

O indivíduo assume identidades diferentes de acordo com o momento vivido e essas identidades são formadas a partir da relação com o outro e com o meio. Um sujeito não possui uma identidade única no momento de sua existência: é a partir das experiências vividas ao longo dos anos que há uma formação de sua identificação, o que, segundo Hall (2004), é um processo que está sempre em desenvolvimento. "A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia" (p. 13).

Partindo das concepções de Hall (2004) e Pollak (1992) sobre as mudanças na identidade e inferindo que a comunidade da Serra Branca não está parada no tempo e os maniçobeiros vivem na chamada "modernidade tardia", pode-se supor que eles sofreram modificações em seu processo de identificação ao longo tempo. Portanto eles não são portadores de uma identidade centrada e completa, mas se *identificam* de acordo com suas vivências e com a relação do 'eu' com o 'outro'.

Em algumas entrevistas foi comum notar que entre os maniçobeiros ouvidos havia momentos em que outras identidades eram evidenciadas, principalmente quando vinculadas aos ofícios mais específicos.

O senhor Nilson, além de ser maniçobeiro, é conhecido por muitos, principalmente por pesquisadores, como um "ótimo guia" para andar na Serra Branca. Essa reputação lhe foi dada pelo trabalho como guia local durante a Missão Franco-Brasileira e por seu conhecimento do lugar como antigo morador. Em Agosto de 2013, no período das comemorações do padroeiro de São Raimundo Nonato, ele foi homenageado por seu trabalho como vaqueiro.

Em suas falas, pôde-se observar que em determinados momentos, ele faz uso de toda sua experiência em seus diferentes trabalhos, não somente como maniçobeiro. Numa mesma entrevista, distinguimos o Nilson maniçobeiro, vaqueiro, caçador e guia local. Ele deixa transparecer como sua experiência de vida lhe deu diferentes formas de se identificar.

No caso do senhor Inácio Ribeiro, faz mais de trinta anos que ele trabalha como cabeleireiro. Na cidade ele é conhecido como “Inácio, cabeleireiro”. Porém no momento que soube de uma pesquisa sobre o período da maniçoba ele se prontificou a ceder uma entrevista, pois, queria compartilhar sua experiência sobre esse ciclo econômico, mesmo após tanto tempo sem viver no meio ou praticar o ofício.

Essas intercalações de identidades vinculadas aos ofícios e a demonstração das mesmas foram as formas encontradas para se moldar às novas estruturas sociais que lhe foram estabelecidos com o tempo. Uma vez que a produção da borracha com o látex da maniçoba findou eles precisaram encontrar novas fontes de renda. Se tornaram vaqueiros, agricultores, cabeleireiros, mas continuam se identificando também como maniçobeiros.

Passados mais de cinquenta anos do fim da economia maniçobeira e mais de trinta anos da criação do Parque Nacional Serra da Capivara muita coisa aconteceu na vida dessas pessoas. Parte do grupo mudou de cidade, ou em outros casos mudaram de estado, tiveram que se adaptar a serviços urbanos, foram reassentados em outra localidade, passaram por outras modificações da paisagem para transformar o Novo Zabelê em seu lar e houve uma nova inserção da “gente de fora” no assentamento. Com tantas mudanças externas é evidente que houve mudanças internas e isso faz parte de sua complexa identidade social.

Capítulo III – Olhares e valores institucionais sobre o Patrimônio Cultural dos Maniçobeiros

Ao se considerar um bem como bem cultural, ao lado de seu valor utilitário e econômico (valor de uso enquanto habitação, local de culto, ornamento etc; e valor de troca, determinado pelo mercado), enfatiza-se seu valor simbólico, enquanto referência a significações da ordem da cultura. Na seleção e no uso dos materiais, no seu agenciamento, nas técnicas de construção e de elaboração nos motivos, são apreendidas referências ao modo e às condições de produção desses bens a um tempo, a um espaço, a uma organização social, a sistemas simbólicos. No caso dos bens patrimoniais selecionados por uma instituição estatal, considera-se que esse valor simbólico refere-se fundamentalmente a uma identidade coletiva, cuja definição tem em vista unidades políticas.

Cecília Londres

Após o fim da extração do látex da maniçoba houve grandes mudanças na vida dos maniçobeiros. Além de se moldar a novas atividades de trabalho, passaram pela experiência de ver seu lugar se transformar numa área de preservação: o Parque Nacional Serra da Capivara.

A criação do Parque tinha como objetivo proteger sítios arqueológicos que possuem registros rupestres e preservar fauna e flora do bioma caatinga. Na mesma área estavam as tocas que, por quase cem anos, serviram de moradia para os maniçobeiros.

O processo de instituição do Parque foi tenso devido à retirada dos moradores que estavam dentro da área protegida. Essa situação gerou uma complexa relação entre as comunidades retiradas e os órgãos gestores (FUMDHAM e IBAMA), que perdura até hoje. Com o tombamento, em 1993, o IPHAN passou a atuar na administração do Parque e a ótica institucional sofreu algumas modificações quanto aos sítios com vestígios de ocupação histórica recente, principalmente com relação aos maniçobeiros.

O presente capítulo investiga a maneira pela qual os gestores do Parque lidaram com os vestígios da presença dos maniçobeiros, desde sua criação em 1979, a partir da discussão dos distintos valores atribuídos à Serra da Capivara.

3.1 – Fim da maniçoba e criação do Parque Nacional Serra da Capivara

Nas pesquisas históricas, o ciclo econômico da maniçoba na segunda fase, finda na década de 1960 e está relacionado “ao fim do controle da produção asiática pelos japoneses” (OLIVEIRA, 2014, p. 127). Porém, para alguns maniçobeiros o fim da maniçoba ocorreu devido à má qualidade do látex vendido. Segundo Oliveira (2014), o Piauí e a Bahia eram vistos como produtores de borracha "suja". O fato da venda da maniçoba ser baseada na quantidade do produto e não na qualidade do mesmo, fazia com que alguns maniçobeiros misturassem ao látex terra e pedras para aumentar o peso.

> Inicialmente o produto do Piauí era considerado de boa qualidade, mas alguns maniçobeiros começaram a misturar terra e pedras, as conhecidas buchas na maniçoba, acarretando dificuldades para a venda, pois as mesmas quebravam as máquinas (OLIVEIRA, 2014, p. 127).

Dentre os entrevistados foi comum atribuírem o fim da economia maniçobeira aos trabalhadores que colocavam terra na lapa.

> O pior de tudo foi isso! O que acabou com a maniçoba foi os maniçobeiro mesmo. Botava pedra, botava terra de todo jeito (...) foi o maior prejuízo que deu! Ai apareceu a xiringa (*seringa*) pra lá e eles descobriram que era melhor que ficar levando a maniçoba cheia de terra daqui (Júlio Macêdo, 24/03/2014).

Essa visão é compartilhada por outros maniçobeiros, como senhor Inácio Ribeiro, que atribui o fim do comércio da borracha porque "as pessoas não souberam aproveitar". Segundo ele havia muita reclamação de máquinas que quebravam com pedras inseridas no látex: "Deram uma de esperto e acabaram com tudo".

Outro motivo para o fim da comercialização da maniçoba foi o desgaste das plantas. Segundo Oliveira (2014), "era necessário cuidado especial para não explorar mais do que a planta pudesse oferecer, quando isso ocorria, ela parava de produzir o látex" (p. 129).

A preocupação com a devastação da mata e a exploração dos maniçobais levou o governo estadual a emitir a Lei 643/1911 que vedava "a extração de látex da maniçoba, no território do estado, nos meses de dezembro a março". Em São Raimundo Nonato houve fiscalização do trabalho dos maniçobeiros através de empresas americanas na intenção de conter as impurezas e "prevenir contra um possível bloqueio do fornecimento da borracha dos países asiáticos" (OLIVEIRA, 2014).

No período de queda da economia maniçobeira, os trabalhadores complementavam a renda através da resina de trapucá[37]. Na região de São Raimundo Nonato a resina era comercializada pelos mesmos comerciantes da maniçoba.

> Ali quando o povo levantava o barracão que vinha embora em Agosto ou Setembro a gente ia caçar trapucá. Ia um bucado pro mato e lá arranchava embaixo de um pé de pau e espatifava no mato panhando aquela resina de trapucá. Ia chegar uma hora dessa assim (16:00h) no barraco. Numa fome! Com sede! (...) Era baratinho também, mas, como num tinha outro meio pra gente lá. Aquele tempo num tinha emprego nenhum. Aí o cara tinha que se virar (Osvaldo Sabino, 17/03/2014).

Segundo Oliveira (2014), o lucro era menor, porém, ajudava na complementação da renda dos maniçobeiros. Nas entrevistas, os maniçobeiros dizem que a resina tinha pontos positivos e negativos: não dava trabalho para pegar e não precisava preparar carreiro, porém, não tinha sempre.

> Ah! Num falei da resina de trapucá! O povo pegava a resina. Olha, o pé de trapucá chora aquela resina, ia juntando e ficava só os monte. Meu pai mesmo chegou num pé um dia e pegou um monte. Pensava que era só pedra mas, só era resina. Pegou e chegou aqui deu 15 quilo. Era uma beleza! Dava dinheiro e sem trabalho! Você

[37] Espécie de Jatobá, cuja resina era utilizada para fabricação de cola para embarcações (OLIVEIRA, 2014, p. 130).

> quando achava um pé que desce 15 quilos . Ô! Era sem trabalho! Mas, num era hoje e amanhã não, era só uma vez! (Firmino Rodrigues, 14/02/2014)

Com o objetivo de incentivar a produção de borracha natural no país e diminuir a importação foi lançado, entre as décadas de 1970 e 1980, o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR). Esse projeto financiaria e atuaria nas regiões Norte e Nordeste do Brasil:

> Visava o incentivo ao desenvolvimento da borracha de maniçoba e da mangabeira, oferecia ao produtor e aos comerciantes financiamento para custeio de safra feitos pelos Banco do Estado do Piauí e da Bahia, preços mínimos garantidos de acordo com a tabela e com os preços das demais borrachas e assistência a produtores e comerciantes através dos escritórios nos municípios de São Raimundo Nonato – PI, Jequié – BA e Barreiras – BA (OLIVEIRA, 2014, p. 131).

Alguns maniçobeiros relataram que ainda tentaram trabalhar novamente, refizeram alguns carreiros, mas, o programa não funcionou, provavelmente por falta de incentivo governamental.

> No começo ainda, o velho Constantino bem aqui em São João falou com o tio dele – Rapaz, manda furar maniçoba que parece q vai começar de novo. Eu ainda fiz um carreiro de maniçoba, bem ali onde era a guarita do caminho do Angical e era boa de leite, mas, num cheguei a furar nem três veis. Furei duas. Aí ele mandou parar, mas, era boa de leite (Firmino Rodrigues, 14/02/2014).

Com o fim do ciclo da maniçoba, a maioria dos maniçobeiros que residia na Serra Branca saiu das tocas e se mudou para a comunidade Zabelê. Esta localidade está entre as fundações mais antigas da região, provavelmente no século XIX, e era composta por pessoas que, assim como os povoados estudados por Godoi (1998), faziam parte da "grande família do véi Vitorino".

Durante as duas fases existiam maniçobeiros que moravam no Zabelê e passavam de 15 a 30 dias trabalhando na Serra Branca. Essa prática era comum, principalmente, entre os maniçobeiros que não possuíam carreiros próprios, que trabalhavam para os barraquistas. Ao final da extração do látex a população fixa da Serra Branca foi diminuindo, muitos maniçobeiros construíram casas no Zabelê, se mudaram e passaram a utilizar a Serra Branca como lugar de plantio e caça. As tocas passaram de moradias a locais de apoio no período da colheita ou da farinhada[38].

Na década de 1970 havia esse movimento transitório entre o Zabelê e a Serra Branca. Nesse período começaram as expedições científicas da Missão Franco-Brasileira.

[38] Processo artesanal de fabricação de farinha.

Pesquisadores de diversas áreas – arqueólogos, ecologistas, zoólogos, botânicos, entre outros – apareceram na região interessados pelos "desenhos de caboclos", os registros rupestres. A missão tinha como principal objetivo o levantamento e estudo de sítios arqueológicos analisando sua formação geológica, meio ambiente ao qual estavam inseridos e a presença humana nesses abrigos.

Muitos maniçobeiros trabalharam como guias locais. Através de seu conhecimento sobre o lugar, eles mostravam para os pesquisadores onde havia tocas com pinturas. Segundo a Drª. Niède Guidon, sempre contratavam os serviços dos moradores do local, pois, "eram pessoas honestas e trabalhadoras".

> Eles sempre foram muito gentis com a gente. Sabiam de outras tocas. Eles mostraram muitas tocas com desenhos prá a gente, serviam de guia pra gente. As mulheres faziam comida pra gente. Tudo isso né? Quer dizer, cada vez que a gente chegava eles trabalhavam junto com a gente (Niède Guidon, 18/12/2013).

Alguns entrevistados relataram sobre seus trabalhos com os pesquisadores da Missão Franco-Brasileira. Muitos deles ganhavam dinheiro levando os arqueólogos em tocas que possuíam os "retratos de índios":

> Com o parque já começou a melhorar mais um pouco, foi dando emprego pras pessoas, quem conhecia essas tocas aí . Ela (Dra. Niede) ia nas toca e quem conhecia levava ela pra mostrar os retrato dos índio, porque ela não conhecia. Aí ela pagava a gente. Ela veio, ela me deu 500 conto pra mostrar as tocas. Aí quando ela ia embora ela dizia 'olha, vá caçar mais tocas que quando eu chegar nós ir oiar (Francisco Alves, 14/02/2014).

Através do resultado das pesquisas da década de 70, a equipe da cooperação científica franco-brasileira solicitou a criação de uma unidade de conservação, visando a proteção do meio ambiente e a preservação dos sítios arqueológicos de arte rupestre (GUIDON, 2007).

O Projeto de Criação e Instalação do Parque Estadual[39] da Capivara, de autoria de Waldemar Rodrigues[40], é justificado pela necessidade de proteção do bioma caatinga e para preservação dos achados arqueológicos pesquisados pela missão franco-brasileira, – na época estava na quarta expedição. E adverte que "a ação humana constitui o maior perigo às pinturas rupestres. Queimadas, fogueiras e uso de abrigos para moradia destrói o imenso celeiro arqueológico que constitui a região de São Raimundo Nonato" (Projeto de criação do Parque, processo 2110400018079-32)**.** Pensar na ação humana, dentro das áreas de preservação, como algo destrutivo e ter como solução do problema a retirada das comunidades desses espaços era

[39] A proposta inicial era da criação de um parque estadual, porém, durante o processo houve a possibilidade de uma unidade de âmbito federal.
[40] Na época era professor do departamento de Biologia da Universidade Federal do Piauí.

comum na época: de acordo com a Lei 4.771/65 de instituição do Código Florestal e com o Decreto nº 84.017/79 de Regulamentação dos Parques Nacionais Brasileiros era proibido habitação ou trabalho humano em áreas de parques nacionais.

Em 05 de junho de 1979, o então presidente da República João Figueiredo, assina o Decreto nº 83.548, criando o Parque Nacional Serra da Capivara, numa área de 129.140.000 ha. Atualmente a área preservada localiza-se em quatro municípios: São Raimundo Nonato, João Costa, Coronel José Dias e Brejo do Piauí.

Durante o processo de criação do parque o principal problema foi a situação das comunidades que estavam localizadas na área de preservação. O Zabelê era o único povoado que estava totalmente dentro do parque.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) propunha a indenização e o reassentamento dessas famílias. Porém, o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), responsável pela doação de terras alegou que, pelo fato de não haver um cadastramento completo das terras devolutas da região era impossível organizar um processo de reassentamento naquele momento.

Apesar da legislação ser clara quanto ao impedimento da ocupação humana dentro da Unidade de Conservação, houve uma proposta da FUMDHAM e do IPARJ[41] de implantar:

> Um projeto de acompanhamento educacional ecológico, proporcionando assim a permanência dos grupos humanos na área do PARNA, constituindo assim um projeto piloto no que tange a salvaguarda dos Parques no Brasil, porém o Código Florestal e Ambiental e o Regulamento dos Parques impedem (RODRIGUES, 2009, p. 20).

No final, a solução foi apenas indenizar e a retirada das famílias. O processo de desocupação durou de 1979 a 1986 e nem todos conseguiram receber a indenização. Como a maioria dos ocupantes eram posseiros, não possuindo documento das terras, o dinheiro recebido foi apenas nas benfeitorias das terras como: roças e casas humildes.

A retirada das pessoas que ocupavam a comunidade Zabelê gerou uma complexa situação fundiária que até hoje causa conflitos entre comunidades e os órgãos gestores do parque. Essa situação não é exclusiva do Parque Nacional Serra da Capivara. É a mesma situação de dezenas de parques nacionais brasileiros:

[41] Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro, responsável na época de realizar a delimitação, o levantamento fundiário e a avaliação do número de habitantes do interior do PARNA.

> Grande parte deles nasceu com graves pendências fundiárias, que se acumularam e mesmo se agravaram ao longo dos anos. Como consequência, grandes prejuízos vêm sendo causados à política conservacionista e ao erário e ao patrimônio público (ROCHA; DRUMMOND; GANEM, 2010).

Dentro do processo de criação do parque as instituições envolvidas descrevem a situação dos "produtores rurais" ou dos "agricultores" que habitavam a área. Fala-se da preocupação da continuidade da tradição oral sertaneja, e da preservação dos usos e costumes da comunidade. Mas, nenhuma referência é feita sobre a tradição oral dos maniçobeiros.

Ao se deparar com famílias inteiras morando em tocas, Drª Niède Guidon, ficou espantada em encontrar moradores atuais em abrigos que outrora serviram de moradia para povos pré-históricos.

> Foi só aqui que eu vi. Quer dizer, aqui nessa região, que eu vi morando desta maneira. Nesses sítios que são sítios que têm pinturas e que eles usavam porque, justamente esses sítios com pinturas sempre ficam perto de fontes de água e eles também precisavam de água então eles se instalavam ali não é? (Niède Guidon, 18/12/2013)

Segundo Guidon, a forma de vida peculiar dessas pessoas lhe chamou a atenção e desde o primeiro momento sabia que aquilo fazia parte da história da região. Quando questionada sobre a possibilidade de destruir as estruturas de taipa das tocas, para trabalhos de conservação de registros rupestres, uma vez que em alguns casos os registros foram danificados pelas paredes de barro ou pela fuligem, ela afirma que isso não foi cogitado.

Decidir manter as estruturas das tocas foi uma forma de preservação da cultura desse grupo, porém, nesse primeiro momento de pesquisa e criação do parque, os meios de preservação não passaram disso.

Desde os primeiros documentos do processo de criação do parque nacional os motivos alegados são a proteção do meio ambiente e dos sítios arqueológicos com pinturas rupestres, consequentemente, é atribuída maior importância às descobertas de ocupações anteriores à colonização.

No processo de desapropriação das terras, os maniçobeiros foram incluídos no grupo dos "produtores rurais" do Zabelê. Na relação nominal de proprietários de terras no Parque Nacional Serra da Capivara e na carta de moradores do Zabelê, ambas anexadas ao processo de criação do parque, consta o nome de alguns maniçobeiros entrevistados nessa pesquisa. A preocupação das instituições era resolver a situação fundiária dessas pessoas.

Nos anos 90, o parque foi reconhecido pela importância mundial de suas pinturas rupestres. Em 1991 ele foi inscrito na Lista de Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO, e em 1993 foi tombado como patrimônio nacional pelo IPHAN, estando inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

No Plano de Manejo[42] do parque, elaborado pela equipe da FUMDHAM e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 1990, afirma-se que as características que pesaram na criação do parque são diversas: ambientais, turísticas e culturais. Esta última se refere à "maior concentração de sítios arqueológicos atualmente conhecida nas Américas, a maioria com pinturas e gravuras rupestres, nos quais se encontram vestígios extremamente antigos da presença do homem – entre 50.000 e 60.000 anos antes do presente" (Processo 1322 – T – 92, vol. 1, folha 27).

Percebe-se que o conceito de patrimônio cultural está vinculado exclusivamente aos registros rupestres contidos nas tocas. No Plano de Manejo de 1991, as características se repetem e expõe-se, em poucas palavras, a importância da preservação do saber da população rural adquirido através da tradição oral, afirmando que a mesmo precisaria ser documentada antes que se perdesse. Não há, porém, uma especificação detalhada sobre o saber popular ao qual se refere – citando novamente a população local, de maneira genérica, como "produtores rurais".

No mesmo plano, no tópico sobre "ocupações históricas", há uma descrição sobre o período de colonização do Piauí, relatando os conflitos entre indígenas e colonizadores, tratando ainda da economia pecuarista e da agricultura de subsistência. Não há relatos sobre a economia maniçobeira. Sobre a cidade de São Raimundo Nonato houve a organização de "um estudo destinado a levantar o máximo de dados sobre o período inicial da cidade. Uma pesquisa foi feita nos cartórios, na sede do Bispado e no fórum local, assim como nos arquivos de Teresina" (Processo 1322 – T – 92, Vol. 3, Folha 159). Mesmo com essa preocupação de um levantamento completo sobre a história da cidade o ciclo da maniçoba não é relatado.

O parecer técnico nº 12/92, elaborado pela arqueóloga Maria Lúcia Franco Pardi Oliveira, foca na importância do tombamento para a proteção tanto da área já delimitada

[42] A documentação analisada nesse tópico consta do Processo 1322 – T – 92, referente à solicitação de tombamento do Parque Nacional Serra da Capivara.

quanto a área dos serrotes calcários, que na época era usada na fabricação de cal e produção de caieiras[43]. No parecer, o tombamento é justificado pelo trabalho desenvolvido pelas instituições que administram o Parque em prol da preservação da memória e da identidade local; pela excepcionalidade dos resultados científicos; pela extensa bibliografia produzida; e pela divulgação da mídia dando retorno global (Processo 1322 – T – 92, vol. IV, folhas 50 e 51).

O primeiro item é o que chama a atenção, não há maior explicação de como as instituições trabalhavam nesse período de início das pesquisas, na década de 1970, até o processo de tombamento, em 1992, com a preservação da memória e da identidade local. A partir dos demais documentos, entende-se que esse trabalho é realizado através das pesquisas sobre os registros rupestres e da pesquisa sobre a história local existente no plano de manejo. Porém, em nenhuma parte da documentação há menção sobre a cultura dos maniçobeiros. Existe uma lacuna na história da região.

O parecer é finalizado salientando a urgência do tombamento diante a possibilidade de destruição dos sítios arqueológicos próximos às minas de cal. E afirma que:

> Apesar do panorama, desconhecemos qualquer iniciativa tomada pelo SPHAN (extinta em março de 1990) ou pelo IBPC (criado em março de 1990). Nunca houve um embargo na região. Urge, portanto tomar providências concretas para resgatar essa dívida histórica (Processo 1322 – T – 92, vol. IV, folha 54).

A ata da reunião do Conselho Consultivo é vaga sobre a decisão unânime pelo tombamento do Parque. O relator do processo foi o conselheiro Arnaldo Coelho, que discorreu sobre a importância do tombamento para "maior proteção dos acervos culturais ali existentes" e evidenciou a "relevância das descobertas arqueológicas e paleontológicas que propiciam a inscrição do sítio, como bem cultural, na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO". Por fim, o conselheiro concluiu que o tombamento do Parque Nacional Serra da Capivara deveria privilegiar, "tanto quanto possível, os aspectos histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, paleontológico e ecológico". Porém, a principal questão do tombamento que era o acréscimo de proteção aos serrotes calcários, aumentando o perímetro do Parque foi descartada, por "insuficiência de elementos para sua apreciação" (Processo 1322 – T – 92, vol. IV, folha 93).

[43] Forno onde se calcina o calcário para a fabricação da cal (Dicionário Aurélio).

Os documentos anexados no processo de tombamento são, em sua maioria, os mesmos do processo de inscrição na Lista de Patrimônio Mundial pela UNESCO, havendo o acréscimo de elementos mais recentes como atualização de dados e a inclusão da área de serrotes, que foi negada. Toda essa documentação constrói uma narrativa sobre a importância da preservação dos sítios arqueológicos e do meio ambiente ao qual estão inseridos e não menciona, em momento algum, sobre o patrimônio cultural dos maniçobeiros, sobre sua importância para a história da região ou mesmo sobre a necessidade de pesquisa dessa história. Excluindo os maniçobeiros desses primeiros anos de trabalho.

Compreende-se que o foco de estudo da Missão Franco-brasileira, quando chegou na região do Sudeste do Piauí, tenha sido os grafismos rupestres existentes nos abrigos. Esse foi o motivo pelo qual as expedições foram organizadas. Dada a situação dos sítios arqueológicos, localizados próximos a núcleos de ocupação humana, e o perigo de depredação dos mesmos, devido, principalmente, a ações antrópicas, como o desmatamento e a mineração para fabricação de cal, as primeiras providências tomadas pelo grupo de pesquisadores foi a proteção e preservação da área.

Uma vez que o objetivo da criação do parque era conseguir, por vias legais, uma forma de proteger esses sítios arqueológicos enquanto patrimônio cultural, a cultura maniçobeira ficou em segundo plano, não aparecendo no processo de criação ou mesmo no processo de tombamento.

A resolução da situação fundiária das pessoas que habitavam a área do parque também foi colocada como prioridade durante a criação do parque. Nesse momento, os maniçobeiros são vistos como agricultores que estavam fixados no limite estipulado para o parque. Os próprios maniçobeiros foram apresentados e – de acordo com a carta de moradores do Zabelê – se apresentaram como ocupantes da localidade, a proteção que a legislação previa para os agricultores fez, provavelmente, com que os maniçobeiros renegassem sua identidade que é, novamente, colocada em segundo plano.

Entende-se que a situação da época e as prioridades fizessem com que a cultura dos maniçobeiros tivesse um papel secundário. Uma vez que o processo de tombamento cita a importância da preservação da memória e identidade local, poderia ter sido solicitada uma pesquisa sobre a história recente, no caso o grupo que também habitou as tocas. Lembrando que os pesquisadores sabiam da existência dos maniçobeiros, uma vez que, durante a missão de 1978, eles os encontraram ainda habitando nas tocas e os mesmos maniçobeiros serviram

como guias locais para os mesmo pesquisadores. Porém, o que fizeram na época foi impedir a destruição das estruturas de moradia, deixando a pesquisa científica para ações posteriores.

3.2 – Novos olhares sobre o patrimônio cultural dos maniçobeiros

Após o tombamento do parque como patrimônio nacional pelo IPHAN, este órgão ganhou maiores responsabilidades sobre a preservação da área. De acordo com a Lei 3.924/61, "os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram, ficam sob a guarda e proteção do Poder Público" (Artigo 1º). Em instância federal o órgão responsável pela proteção dos bens arqueológicos é o IPHAN e para que os sítios sejam reconhecidos pela instituição é necessário que os dados dos mesmos estejam no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA).

Entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000 a FUMDHAM realiza uma avaliação do arquivo de fichas relativas aos sítios arqueológicos cadastrados nas décadas de 1970 e 1980. O foco principal eram os sítios que, após o cadastro, não foram visitados novamente, em geral por motivos de dificuldade no acesso. Além de revisar as fichas dos sítios esse projeto serviu para abertura de estradas que facilitaram o transporte dentro do parque. Na época, a responsável pela revisão dos cadastros dos sítios foi a arqueóloga Cristiane Buco.

No mesmo período desse processo de recadastramento dos sítios a 1ª Sub-Regional II, vinculada a São Luís – MA, atual superintendência do IPHAN no Piauí, solicitou que os dados dos sítios não ficassem armazenados somente no arquivo da FUMDHAM, mas, que suas informações fossem colocadas de acordo com as fichas do CNA e as mesmas enviadas para a Sub-regional. A justificativa para esse trabalho, segundo Cristiane, foi que o cadastro dos sítios era a única maneira de dizer que os mesmo eram bens da União e precisavam de proteção. Seria mais uma forma de assegurar a preservação dos vestígios arqueológicos.

Outra solicitação, feita por Diva Figueiredo, ex-superintendente do IPHAN no Piauí, foi o cadastro dos sítios históricos, em especial os sítios com vestígios de ocupação dos maniçobeiros. Em sua entrevista Diva afirma que, "o interesse era exatamente deixar registrada a presença dos maniçobeiros na região antes da criação do Parque".

Uma vez que a ocupação das tocas pelos maniçobeiros se sobrepõe à ocupação por povos mais antigos, em muitos casos o uso dos abrigos para moradia gerou danos às pinturas rupestres. Com a utilização do fogão a lenha, a fuligem nas paredes cobriu algumas pinturas, ou a própria estrutura das moradias, as paredes de barro, em alguns casos, passaram em cima dos registros existentes. O receio do IPHAN era que para a realização dos trabalhos de conservação dos registros rupestres, a FUMDHAM precisasse retirar as estruturas.

> Na época, a preocupação mais imediata, como você pode perceber, era a de evitar o desaparecimento destes vestígios importantes para a história da região dentro do Parque pelas próprias intervenções de conservação que tinham como foco as pinturas rupestres (Diva Figueiredo, 04/11/2014).

Segundo Drª Niède Guidon, mesmo no início das pesquisas não houve a intenção de destruir os vestígios da ocupação recente em prol da conservação dos registros rupestres. Quando questionada sobre o tema, a arqueóloga falou que preservou por que era importante para a história da região e "o que nós temos a guardar não é só a pré-história, é tudo aquilo que pode trazer informações sobre tudo que aconteceu aqui desde que o homem chegou" (Niède Guidon, 18/12/2013).

Após a solicitação do IPHAN foi dado início ao processo de recadastramentos dos sítios tendo como objetivos: atualizar e acrescentar as informações dos sítios históricos, cadastrá-los no IPHAN e conseguir uma melhor estrutura de acesso aos sítios.

> O quê que a gente fez: no momento do recadastramento a gente observou esses sítios também desse ponto de vista, quer dizer, quando tinham fornos, quando tinham estrutura, quando tinham marcas de queima, muitas vezes abrigos que tinham marcas de fumaça na parede. Então, nós começamos a olhar o sítio como um todo, até pra ver essa questão multicomponencial. Foi quando surgiu a necessidade de cadastrar alguns sítios só como sítios históricos. Conhecia-se porque eles são quase que do lado um do outro, as pessoas andavam por ali, sabiam dos sítios, mas, era muito mais as histórias do que os sítios cadastrados. Daí a gente resolveu cadastrar (Cristiane Buco, 21/03/2014).

Muitos sítios que já eram conhecidos e que estavam documentados nas fichas cadastrais da FUMDHAM foram registrados como sítios históricos no final da década de 90. Durante os trabalhos, novamente, houve a participação de guias locais para auxiliar na localização dos sítios já existentes e de novos sítios. Através dos guias, muitos sítios foram conhecidos e muitas informações adquiridas.

> É grande a importância dos guias locais, das pessoas que viveram nessa região. No caso, ali na região da Serra Branca era muito o Zé Lima, o Chico, que é o Chico que o pessoal brinca que chama "Chico Mentiroso", que gosta de contar história e era também o Nilson. Quem mais contava história da Serra Branca era o S. Nilson. Histórias do Gritador, histórias do Pé de Garrafa. Eu lembro que nos vimos uma pegadas do "Pé de Garrafa" na zona do Chaves [*risos*] (Cristiane Buco, 21/03/2014).

Durante o período de recadastramento dos sítios a pesquisa de mestrado de Ana Stela de Negreiros Oliveira, *Catingueiros da borracha: vida de maniçobeiro no Sudeste do Piauí* contribuiu para o levantamento de dados sobre os sítios arqueológicos ocupados pelos maniçobeiros. Esse tema foi sugerido pela Drª Niède Guidon, para "conservar e registrar esse modo de vida", e foi o primeiro trabalho sobre o patrimônio cultural dos maniçobeiros na região de São Raimundo Nonato.

Com o desenvolvimento da pesquisa, o trabalho da FUMDHAM e o conhecimento dos guias locais, as fichas foram modificadas: muitas informações novas foram coletadas e sobre os sítios, em cujos dados constatavam somente informações sobre os registros rupestres, acrescentaram-se elementos da história recente.

Vários foram os sítios que passaram por esse recadastramento: a Toca da Pedra Solta, Toca da Extrema II, Toca do Vento, Toca do Mulungú, Toca do Zé Ferreira, entre outros. Como exemplo, para uma análise mais detalhada, vamos usar as fichas da Toca do Vento, um sítio descoberto em 1973 com muitas pinturas rupestres em seus paredões.



Imagem 23: Vista geral da Toca do Vento (2012). FOTO: ACERVO FUMDHAM



Imagem 24: Pintura rupestre na Toca do Vento (2012). FOTO – ACERVO FUMDHAM

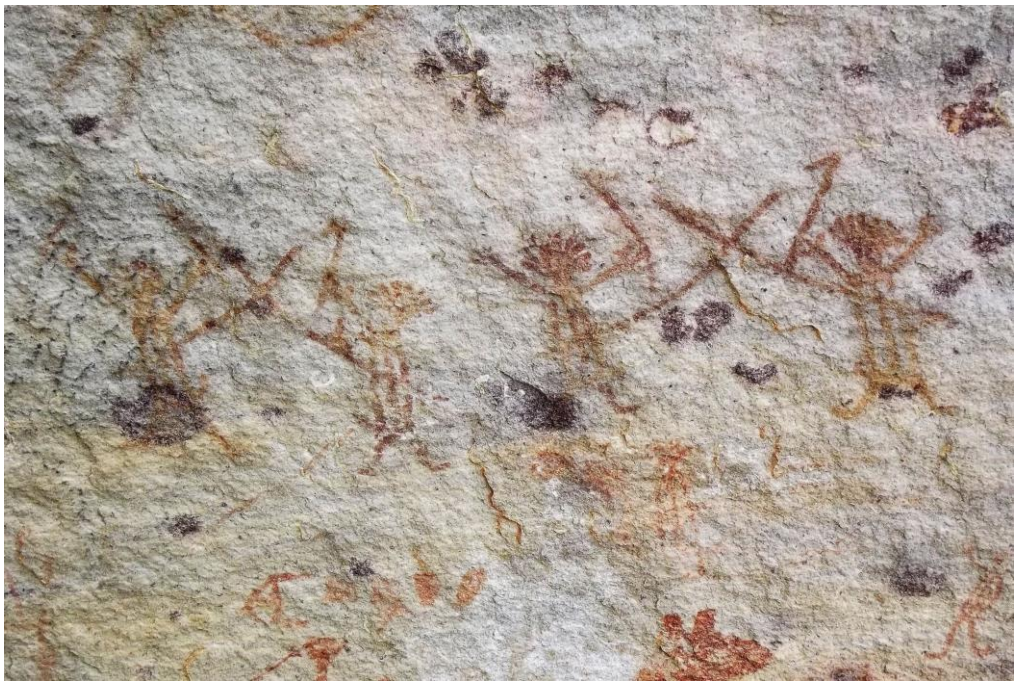


Imagem 25: Pintura rupestre na Toca do Vento (2012). FOTO – Joseane Pereira

ANEXO XIV-A

FICHA DE SITIO

Nome: **Toca do Vento**
Localização: **Serra Branca-PARNA**
Mapa: Serra do Congo

Foto índice: Q 1417/0 138
Latitude:
Tipo sítio: Abrigo
Situação no relevo: Fundo de vale
Rocha: Arenito
Direção:
Arte rupestre: Sim
Sub-tradição: Várzea Grande
estado de conservação:
Pré-escavação:
Ficha topográfica n°:
Planos:
Datações:
Nível XIII: 2950 ± 110 BP (GIF-4923)
Nível XVII: 2790 ±110 BP (GIF-4924)
Nível XX: 2880 ± 90 BP (GIF-4624)
Publicações:
Micro-edição: R 73 039 148 / 76 01 48
Diapositivos: 244
Branco e preto:
Filmes: Sim
Vídeo:
Tratamento informático da imagem:
Observações:

N° código: **26**
Ano descoberta: 27/4/1973
Guia: **Nilson Parente**
José Lima
Foto aérea n°: 13635
Longitude:

Vegetação:Caatinga arbórea/arbustiva
Abertura: Sul e leste
Tradição: Nordeste/Agreste
Estilo: Serra Branca

Escavação:
Cota do sítio:
Escala:

Imagem 26: Ficha do sítio arqueológico Toca do Vento no início da década de 1990. FONTE: Processo de Tombamento 1322 – T – 92, folha 280.

Nessa primeira ficha de cadastro, as informações sobre a Toca do Vento estão relacionadas às pinturas rupestres e às ocupações mais antigas. É uma ficha resumida, com poucos dados, como: datações de quase três mil anos conseguidas de materiais retirados de escavações e sobre a presença de muitas pinturas. Observa-se que, entre os guias que localizaram a toca, está um maniçobeiro entrevistado para esta pesquisa – Nilson Parente – e mesmo assim, não havia nenhuma informação sobre ocupações recentes.

Em 2002 foi elaborada uma nova ficha (Ver anexo IV). Dessa vez foi utilizado o modelo do IPHAN, sendo a responsável pelo preenchimento da ficha foi a arqueóloga Cristiane Buco. É uma ficha mais completa, com maior quantidade de informações, elaborada durante a pesquisa de Ana Stela Oliveira e na qual já aparecem informações sobre os maniçobeiros.

Segundo Oliveira (2014) a Toca do Vento "serviu principalmente como ponto de secagem de maniçoba": nela foi encontrado um pilão de pisar tabatinga.



Imagem 27: Pilão para pisar tabatinga, encontrado na Toca do Vento (2002). FOTO: ACERVO FUMDHAM

Esse é um exemplo dos diversos sítios recadastrados. No início dos anos 2000, outras tocas de maniçobeiros foram localizadas, como: a Toca da Velha Mulata, a Toca do Salustiano e a Toca do Garrancho. Com essa reavaliação dos dados dos sítios, atualmente, de

um universo de 1.339 sítios arqueológicos cadastrados dentro e no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara há 90 sítios históricos, sendo 46 com vestígios de provável ocupação maniçobeira (Ver anexos II e III).

Além da preocupação com a conservação dos registros rupestres havia a dúvida sobre como preservar as estruturas de taipa. Na década de 1990, deu-se início ao curso formativo para auxiliares técnicos em conservação, que tinha como objetivo formar uma equipe para auxiliar tais trabalhos, ministrado pela professora Drª. Maria Conceição Meneses Lage[44].

O curso ensinava as ações de conservação dos sítios arqueológicos como: limpeza dos sítios; instalação de pingadeiras para desviar a água das chuvas; consolidação de placas de pinturas e recobrimento de pichações recentes (LAGE, 2007). A partir desses cursos os trabalhos foram executados por uma equipe local.

Entre 1998 e 1999 uma das atividades do curso foi a elaboração de técnicas de restauração das estruturas de taipa dos sítios históricos. A Toca do Juazeiro da Serra Branca e a Toca do João Sabino foram utilizadas como sítio escola para essas atividades. Foi a primeira atividade de restauração para o patrimônio material dos maniçobeiros. Ao longo dos anos seguintes, outros projetos para preservação dos sítios foram executados, sendo o último realizado nesse ano de 2014.

3.3 – Projeto: Trilha Caminho dos Maniçobeiros

Nesses dez anos após o último projeto de conservação das tocas, outras pesquisas foram realizadas sobre a história dos maniçobeiros e outros projetos foram realizados como tentativa de diálogo com as comunidades que foram retiradas do parque, os órgãos gestores da Serra da Capivara juntamente com outras instituições, principalmente as universidades realizaram, esporadicamente, atividades nas comunidades mais impactadas. Em sua maioria, esses trabalhos estavam voltados para a questão da desapropriação dos grupos de "produtores rurais", principalmente para a comunidade remanescente do Antigo Zabelê. A esporadicidade dos projetos traz dificuldades para alcançar o objetivo completamente. Tem atividades em um

[44] Professora da Graduação e do Mestrado em Arqueologia na Universidade Federal do Piauí – UFPI.

ano e no ano seguinte nem sempre há a continuidade das ações, o que quebra o diálogo conquistado durante o tempo de trabalho.

O escritório técnico do IPHAN em São Raimundo Nonato, a FUMDHAM, o ICMBio e as universidades procuram trabalhar com atividades educativas na região da Serra da Capivara. Nem sempre os projetos ocorrem com parceria entre todas as instituições. Quando isso ocorre, são ações maiores que envolvem uma quantidade mais significativa de atividades.

Como a prioridade são as comunidades de entorno, para as atividades do biênio 2013/2014, pensou-se em trabalhar novamente com o Novo Zabelê, mas, dessa vez precisava ser uma coisa diferente, então, surgiu a ideia de trabalhar não com os "produtores rurais" que foram retirados do parque e sim com o grupo de trabalhadores que passou boa parte de sua vida entre os carreiros e as paisagens da Serra Branca: os maniçobeiros. Para ajudar na elaboração e realização das atividades em 2012, o Escritório Técnico, solicitou uma vaga para mestrando do PEP/MP, direcionada para Educação Patrimonial.

Segundo Rodrigues (2009), o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades de seu patrimônio cultural são importantes para efetivar sua proteção, sustentabilidade, e, sobretudo fortalecer os laços afetivos e de identidades.

Para os órgãos gestores é um desafio manter uma boa relação com as comunidades de entorno do parque e proporcionar uma aproximação entre o grupo e o bem tombado. Para o IPHAN o vínculo com o patrimônio é formado a partir do sentimento de pertencimento que a sociedade possui com o bem. Dentro desta instituição uma das formas de conseguir promover essa relação é através da Educação Patrimonial.

> A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO *et al*, 2014, p. 19)

O projeto *Trilha Caminho dos Maniçobeiros*, foi elaborado juntamente com a ex-coordenadora do Pró – Arte/FUMDHAM, Rosa Maria Gonçalves. Pensou-se num projeto que contemplasse o patrimônio cultural dos maniçobeiros e trabalhasse diretamente com esse grupo. Como a maioria dos maniçobeiros e seus descendentes moram no Novo Zabelê, e sua escola abarca alunos de outras duas comunidades, o local foi escolhido para participar das

atividades nesse primeiro momento. O projeto foi elaborado em 2012 e foi concluído em Agosto de 2014. Segundo Rosa Maria Gonçalves:

> A ideia de criar uma trilha interpretativa que levasse o nome do grupo social que se estabeleceu ao longo de quase cem anos nas terras que hoje pertencem ao Parque Nacional Serra da Capivara, surgiu da percepção da relevância dos maniçobeiros na formação populacional e histórica dos municípios de entorno dessa unidade de conservação e da importante coleção de vestígios materiais, notadamente, as habitações justapostas aos sítios arqueológicos pré-históricos da Serra Branca, região Noroeste do Parque Nacional (Rosa Maria Gonçalves, 12/11/2014).

A pesquisa da historiadora Ana Stela de Negreiros Oliveira, sobre o patrimônio cultural dos maniçobeiros, foi a base para o processo de elaboração teórica. O projeto contempla o turismo por meio da criação de uma nova trilha interpretativa dentro do parque centrada na preservação do patrimônio cultural dos maniçobeiros. Dentro do projeto, além da conservação das estruturas de moradia, foram ainda realizadas entrevistas com os maniçobeiros sobre suas lembranças do período que moravam na Serra Branca, além de diversas atividade como oficinas, palestras e visitas ao parque foram realizadas com os alunos e a comunidade. A participação dos maniçobeiros foi intensa durante parte do projeto.

> O Projeto Trilha Caminhos dos Maniçobeiros contemplou ações de conservação das estruturas habitacionais reminiscentes do período de ocupação maniçobeira, a contextualização histórica e sinalização dos sítios integrantes da Trilha, a capacitação dos condutores de visitantes para sua adequação às visitas guiadas e, sobretudo, a inserção e envolvimento daqueles indivíduos atores desta atividade econômica e seus descendentes nas ações de Educação Patrimonial (Rosa Maria, 12/11/2014).

Para início das atividades, a Fundação Museu do Homem Americano, proponente do projeto, elegeu dezessete sítios para fazer parte da trilha, de um total de quarente e seis sítios arqueológicos com vestígios de provável habitação maniçobeira. Nessa etapa, já poderia haver participação dos maniçobeiros, pois, uma vez que o projeto foi destinado à aproximação com esse grupo, deveriam ser levados em consideração os sítios significativos para o mesmo. Porém, como também faz parte do projeto a elaboração de uma nova trilha para o turismo, a equipe escolheu sítios que abarcassem as duas ideias: sítios que tivessem significados percebidos em pesquisas anteriores e que possuíssem vestígios das diversas ocupações.

> São sítios representativos de sua multicomponencialidade, nomeados com topônimos singulares, com significativa presença na memória de reminiscentes e descendentes dos maniçobeiros. São sítios com jogos de tabuleiro inscritos em rochas, inscrições de datas, paredes em taipa que conformam habitações nos abrigos sob rocha e localidades chave para a sobrevivência e manutenção da vida daquelas pessoas (Rosa Maria, 12/11/2014).

Assim, uma parceria entre a equipe técnica da FUMDHAM e o Escritório Técnico do IPHAN em São Raimundo Nonato elaborou o projeto e o mesmo foi aprovado pelo Edital da Petrobrás Cultural edição 2013.

Como produtos finais do projeto houve a publicação de quinhentos livros: *Catingueiros da Borracha: vida de maniçobeiro no Sudeste do Piauí (1920 – 1960)*, atualização da pesquisa de Ana Stela de Negreiros; a fabricação de quinhentas camisetas comemorativas; a publicação de mil folders e de mil exemplares do jogo "*A onça e os Cachorros*". Todo material deverá ser distribuído nas escolas da região de São Raimundo Nonato, principalmente, na comunidade Novo Zabelê durante o ano letivo de 2015.

As narrativas relatadas pelos maniçobeiros durante as entrevistas e as visitas feitas pela comunidade à Serra Branca foram de suma importância para o sucesso do projeto. Trabalhou-se com os relatos de duas formas: a primeira, com a nova geração da comunidade, levando aos alunos o conhecimento dos mais velhos através de rodas de conversa e visitas ao parque; a segunda utilizando as informações para produção de placas interpretativas inseridas em pontos específicos da trilha. A intenção foi deixar a comunidade contar sua própria história.

A escolha dos sítios sofreu algumas alterações. Durante as entrevistas e nos passeios com a comunidade os maniçobeiros manifestaram o desejo que outras tocas fossem incluídas na trilha, como a Toca do Garrancho. Esta não estava incluída e não se sabia muita coisa sobre ela, durante uma visita da comunidade, eles informaram que era a moradia da maniçobeira Josefa, conhecida como Velha Mulata. Não entendiam porque colocaram aquele nome, pediram até por sua substituição. Para tentar sanar o problema o sítio foi incluso na trilha e recebeu uma placa explicativa com a história do lugar. A questão foi resolvida, mas, poderia ser evitada se a opinião do grupo fosse ouvida desde o início, na escolha dos sítios. Outras tocas foram encontradas no decorrer dos trabalhos, como a Toca do Firmino, localizada na visita com a família do senhor Osvaldo Sabino, organizada pelo IPHAN.



Imagem 28: Toca do Firmino (2014). FOTO: ACERVO IPHAN

Foi no convívio com os maniçobeiros que se observou a diferença entre as percepções das instituições e da comunidade. Segundo Tuan, a percepção é uma forma de exteriorização de sentimentos e pontos de vista internos dos humanos (*apud* STEFENON, 2002). Dentro dessa perspectiva, a apuração das expressões dos membros da comunidade foi importante para se alcançar as percepções desse grupo.

Um dos comentários que mais chamaram a atenção durante as entrevistas foi o desconforto notado entre aqueles que, desde a criação do parque não haviam voltado à Serra Branca, quando se depararam com as modificações da paisagem. Alguns se incomodaram com as árvores crescidas, as folhas no chão, alguns carreiros fechados pela mata e a quantidade de cactos. As reclamações – "Tiraram a gente daqui para deixar largado desse jeito" – ou os questionamentos apresentados – "Porque tem que ficar assim*"?* – demonstram o descompasso entre as práticas de preservação no Parque e as expectativas dos maniçobeiros, servindo assim de reflexão para os órgãos gestores do parque para ouvir o que a comunidade pensa e sente e, a partir disso, determinar novas formas de atuação, que contemplem essas informações e sentimentos.

As diversas ações do projeto foram acontecendo simultaneamente: ao mesmo tempo em que havia o trabalho de conservação das tocas e limpeza das trilhas, realizavam-se as entrevistas e as atividades com os alunos.

A escola do povoado Novo Zabelê, Unidade Escolar Elzair Rodrigues de Castro, é uma escola pública municipal que atende alunos dos outros dois assentamentos próximos: Nova Jerusalém e Sítio Novo da Serra Branca. Durante o ano letivo de 2014 várias palestras, visitas ao parque e oficinas foram realizadas (Ver anexo V), todas voltadas para o patrimônio cultural dos maniçobeiros. Foi uma maneira de trocar conhecimentos com a comunidade e aproximá-la das práticas escolares.

As ações foram concluídas no dia 30 de Agosto de 2014 com a abertura da Trilha para a comunidade e o turismo. Houve, então, um evento com a participação da comunidade e dos órgãos gestores.

> Concluída a execução do projeto, avalia-se que este contribui para legitimar o grupo social que ocupava as terras do Parque Nacional Serra da Capivara, compondo uma série de iniciativas que reinscrevem na história local aquelas pessoas que foram alijadas de seu modo de vida singular, adaptado social e culturalmente à rusticidade do ambiente do semiárido piauiense, pelo processo de implementação do Parque Nacional, unidade de conservação criada por Decreto-Lei ainda no período ditatorial brasileiro. Colateralmente, o reconhecimento da ocupação humana histórica sobreposta à ocupação humana pré-histórica potencializa o interesse pelo Parque Nacional Serra da Capivara como destino turístico para todos aqueles e aquelas que se aventuram numa atuação ampliada pela rica experiência proporcionada pelos vestígios do amplo arco da presença humana na região (Rosa Maria, 12/11/2014).

Percebe-se que esse foi o primeiro projeto que abarcou a cultura maniçobeira como um todo. Nos projetos anteriores houve a participação da comunidade através dos guias locais, principalmente durante a localização dos sítios arqueológicos. A *Trilha: Caminho dos Maniçobeiros* foi uma primeira ação de reconhecimento do valor cultural dos maniçobeiros, promovendo uma maior participação dos mesmos e uma tentativa de diálogo e aproximação com a comunidade. Foi uma ação complicada devido aos longos anos com pouco diálogo, ou quase nenhum entre instituições e maniçobeiros. O que não pode acontecer é que a aproximação conseguida seja prejudicada pela esporadicidade comum nos projetos. Deve-se procurar formas de manter e aumentar as conversar para que o trabalho não se perca com o tempo e trilha seja apenas mais uma atração turística.

Conclusão

Com o início da República, o Piauí, assim como outros estados brasileiros, passou por uma crise econômica que ocasionou o êxodo de trabalhadores para outros estados em busca de emprego. O principal destino era a Amazônia, nos seringais, para trabalhar na produção da borracha que estava em alta nos mercados internacionais. O crescimento econômico do látex levou o governo piauiense a pesquisar uma alternativa para também produzir borracha. Para os estados do Nordeste, como Ceará e Piauí, a maniçoba e a mangabeira foram as melhores opções de plantas que produziam látex para fabricar borracha.

A economia maniçobeira trouxe, para a região Sudeste do Piauí, trabalhadores de diversos estados. Tratava-se de homens, mulheres e crianças que adentraram nas chapadas e serras sertanejas para extrair látex da maniçoba. O ofício e a mescla de culturas entre os indivíduos, formaram um grupo social peculiar: os maniçobeiros.

O grupo de maniçobeiros estudados nesta pesquisa habitou e/ou trabalhou na Serra Branca. Este local antes do período da maniçoba era terra de uso comum utilizada para caça, extração de mel e madeira e como refúgio no período de seca. Com o início do extrativismo da maniçoba os trabalhadores passaram a habitar a Serra Branca, morando nos abrigos sob rochas, as tocas, que antes foram utilizadas por povos pré-históricos. Nesses locais houve uma sobreposição dos vestígios de ocupação.

Verificou-se, através das entrevistas e das visitas à Serra Branca com a comunidade que os maniçobeiros possuem um vínculo com a paisagem e com as tocas, que antes foram sua moradias. A Serra Branca ainda tem significado para esse grupo: os maniçobeiros atribuem valor sentimental aos lugares que fizeram parte de suas vidas no passado. Eles estão imbuídos de simbolismo e sentimento. Essa relação pode ser percebida através das narrativas, sempre detalhadas, sobre os momentos vividos; a emoção do grupo durante os passeios; e a transmissão das lendas, principalmente a estória do Gritador, repassada pelas gerações. O fato do Gritador continuar aparecendo na área do Novo Zabelê pode ser encarado como um tipo de vínculo com o passado, mesmo para aqueles que não viveram esse tempo, pois a história/estória contada e escutada é tão importante quanto a história/estória vivida, pois permite a perpetuação através da memória, da lembrança e do conhecimento do passado.

Entre os carreiros, as serras e a chapada existem lugares significativos para os maniçobeiros, tanto como espaços coletivos quanto individuais. O Olho d'água da Serra Branca e a Toca do João Sabino são lugares sempre mencionados nas entrevistas com muito carinho e respeito. O primeiro, além da importância para a sobrevivência, percebe-se, nas

narrativas apresentadas que ele está vinculado ao mito de fundação da comunidade. O segundo, é lembrado pelos mais velhos como um local de confraternização e diversão. No período da novena de São João servia como ponto de encontro de familiares e amigos que não se viam com frequência. Essas lembranças são transmitidas através da oralidade para as novas gerações que se sentem curiosas em conhecer o palco de tantas histórias.

Outras tocas se tornam significativas individualmente, principalmente, para os que moraram naqueles lugares. Elas eram o lar dessas pessoas, que passaram muitos anos de suas vidas morando nelas, vivendo nelas momentos de alegria e tristeza. Assim, em cada toca há uma história, uma lembrança de momentos importantes para cada um.

Constatou-se que as relações com a Serra Branca e com as pessoas que fizeram parte da comunidade formam a identidade do maniçobeiro. Assim, esta não está vinculada apenas ao ofício de produzir borracha do látex da maniçoba. A identidade social do maniçobeiro foi formada ao longo do tempo com as relações entre o grupo, sua forma de vida peculiar e sua relação com o meio. Com o passar dos anos o processo de identificação continuou sendo reelaborado: o trabalho na maniçoba acabou, tiveram que procurar outros meios de vida, houve a criação do parque, foram reassentados, passaram por muitas mudanças. E como a identidade é algo mutável e fragmentada, atualmente eles são vaqueiros, agricultores, cabeleireiros, moradores do Antigo Zabelê e do Novo Zabelê, mas também são ainda maniçobeiros, sujeitos de sua própria história.

Dentre as principais mudanças ocorridas na vida dos maniçobeiros, houve o fim do ciclo econômico da maniçoba e a criação do Parque Nacional Serra da Capivara. Nesse período, a comunidade do Zabelê estava inteiramente dentro dos limites da área de preservação e, pela legislação da época, eles não podiam permanecer no local. Foram retirados da área e até hoje nem todas as pessoas receberam a indenização, o que gerou um grande ressentimento. A instituição do Parque ocasionou uma ressignificação das tocas, antes como moradias, cheias de dinâmica e agora como sítios arqueológicos, vazios e “parados” na visão dos maniçobeiros e aguardando os turistas.

Dentro desses trinta e cinco anos (1979 – 2014), houve uma evolução na ótica institucional para com o patrimônio cultural dos maniçobeiros. No primeiro momento o grupo é visto como composto por agricultores – produtores rurais – que habitavam a área de preservação. Após a criação do parque e o tombamento do mesmo, quando o IPHAN se tornou um dos seus gestores, houve uma preocupação em cadastrar os sítios como históricos

para conservar e proteger o patrimônio material dos maniçobeiros. Com o tempo, outros projetos foram executados, em geral remetendo à comunidade retirada da área do parque, não como maniçobeiros.

O projeto mais recente e com maior quantidade de ações de conservação e educação patrimonial, foi realizado este ano (2014), denominado Trilha Caminho dos Maniçobeiros. Foi um trabalho que envolveu a restauração das tocas, com o início de um envolvimento da comunidade durante o processo de atividades educativas na escola e para os moradores do Novo Zabelê. O projeto da trilha tenta retomar o significado que as tocas possuíam no período da maniçoba, buscando diminuir a distância entre os maniçobeiros e o Parque.

Para que a Serra Branca não se torne apenas mais uma atração turística é imprescindível uma continuidade das ações iniciadas no projeto, para que não ocorra mais uma frustração da comunidade, decorrente de ações que apenas enfatizam eventos. É, portanto fundamental evitar a esporadicidade presente em projetos que já foram realizadas em outros momentos.

Conter uma trilha turística sobre a história dos maniçobeiros dentro do Parque Nacional Serra da Capivara é importante, porém, o projeto Trilha Caminhos dos Maniçobeiros precisa ir além disso. Para se firmar como projeto cultural e social a continuidade das ações e do diálogo com a comunidade é indispensável equilibrando os objetivos voltados ao turismo com a valorização do patrimônio dos maniçobeiros para o próprio grupo.

Para uma próxima fase do projeto pode-se avaliar os resultados obtidos e, se for preciso, repensar a ideologia inicial, deve-se também priorizar novas ações que visem à continuidade de aproximação entre os maniçobeiros e o Parque e prolongar o diálogo.

Foi comum durante as visitas à Serra Branca o questionamento dos maniçobeiros sobre a escolha dos sítios preparados para o turismo. Futuras decisões conjuntas devem ser priorizadas equilibrando a participação dos maniçobeiros, resultando num produto verídico para o turista e principalmente numa satisfação e sensação de pertencimento dos maniçobeiros, que devem auxiliar tanto na escolha dos sítios, na restauração das tocas quanto na formação dos condutores de turistas, visando uma troca de conhecimento e o estabelecimento de uma relação com os maniçobeiros, não de grupo estudado, mas como colaboradores que se sentem parte de todo o processo.

Nos últimos dois anos houve outras formas de reconhecimento da importância dos maniçobeiros para a região de São Raimundo Nonato: em 2012, no centenário da cidade, o maniçobeiro Dedício Paes foi condecorado como representante dos maniçobeiros, pela importância do grupo na história da cidade. Em 2014, no IX Mostra de Extensão Universitária da UNIVASF, o senhor Pedro Alcântara, conhecido como S. Nôca, foi convidado a participar do evento como representante dos maniçobeiros para apresentar suas expectativas sobre a relação com a universidade. Após um longo tempo sem serem considerados, os maniçobeiros se afirmam como grupo e inicia-se um processo de reconhecimento de sua cultura.

Mesmo após todas as ações, esse ainda é apenas o começo de um diálogo entre os órgãos gestores do parque e a comunidade de remanescentes dos maniçobeiros. Muita coisa ainda precisa ser feita como outros projetos com a participação do grupo e ações que, quando possível, sejam feitas através da percepção que eles têm dos lugares. É necessário lembrar que eles vêem a Serra Branca como seu antigo lar ou lar de seus familiares e não como parte de um bem tombado ou como Patrimônio Cultural da Humanidade, e isso precisa ser respeitado.

Durante as entrevistas, quando se questionava sobre o que eles achavam das pesquisas que eram feitas sobre a maniçoba, todos disseram que ficavam felizes com o reconhecimento por que foi um tempo sofrido que não podia cair no esquecimento. "*O que eu acho é que eu fazia isso aí por achar bonito e bom, e eles achavam que eu era um herói pra isso né? Mas, eu achava que eu num era ninguém, mas, eles me deram valor e eu fiquei contente*" (Nilson Parente, 21/03/2014).

Referências

DOCUMENTOS

Processo nº 1322 – T – 92 referente ao tombamento do Parque Nacional Serra da Capivara.

Processo nº 2110400018079-32 referente à criação do Parque Nacional Serra da Capivara.

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, Tainã Moura. **A ocupação maniçobeira dos abrigos sob rocha no Parque Nacional Serra da Capivara: uma abordagem arqueológica**. Monografia (Graduação em Arqueologia). UNIVASF: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2009.

ALENCAR, Carolina Pena de. **Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira – Mamoré**. Dissertação (Mestrado). IPHAN, 2012.

ANDRADE, Cyntia. Lugares de memória ... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA. **Revista Passos**, vol. 6, 2008, pags: 569 – 590.

ARÉVALO, Maria Conceição da Massena. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto**. I Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais. MG, 2004.

BETTANINI, Tonino. **Espaço e Ciências Humanas**. Tradução de Liliana laganá Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2ª Ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BUCO, Cristiane de A. **Arqueologia do Movimento: Relações entre a Arte Rupestre, Arqueologia e Meio Ambiente da Pré-história aos dias atuais, no Vale da Serra Branca. Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil**. Tese (Doutorado). Universidade de Trás – Os – Montes e Alto Douro Vila Real, 2012.

BUCO, Elizabete. **Turismo Arqueológico Região do Parque Nacional Serra da Capivara**. FUMDHAM: Fundação Museu do Homem Americano, 2011.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O conceito de sociedade em antropologia. In: **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. UFRGS. Rio Grande do Sul. 2002. Págs: 297 – 316.

COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

FRANCO, José Patrício. **O Município no Piauí; 1761-1961**. Teresina: COMEPI, s.d.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. In: **Território**. Rio de Janeiro, UFRJ, ano V, n. 9 (jul/dez), 2000. p. 65-83.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da história oral**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo (orgs.). **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processo. Brasília – DF: Iphan/DAF/ Cogedip/Ceduc, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londre. **Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio**. Boletim de Políticas Setoriais. Brasília: IPEA, n. 02, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p.03-21.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O Trabalho da Memória: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí**. Campinas. UNICAMP, 1993. (Dissertação de Mestrado)

_____. O sistema do lugar. In: NIEMEYER, Ana Maria de; GODOI, Emília Pietradesa de. (orgs.) **Além dos territórios: um diálogo entre a antropologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas, SP; Mercado das Letras, 1998.

GUIDON, Niède. Parque Nacional Serra da Capivara: modelo de preservação do patrimônio arqueológico ameaçado. IN: **Revista do Patrimônio** nº 33. 2007. págs.: 75 – 94.

HALL, S. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLZER, Werther. **O conceito de lugar na geografia cultural – humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea**. In: GEOgrafia, ano 5, nº 10. 2003.

_____. **O lugar na Geografia Humanista**. In: Revista Território. Rio de Janeiro, ano 4, nº7, p. 67 – 78. 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. V. XV, Rio de Janeiro, 1959.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **São Raimundo Nonato**: História e Patrimônio – Serra da Capivara. Teresina: IPHAN, 2007.

LAGE, Maria Conceição S. M. A conservação de sítios de arte rupestre. IN: **Revista do Patrimônio** nº 33. 2007. págs.: 95 – 107.

LANDIM, Joseane Pereira Paes. **As Representações da Família Escrava nos Sertões do Sul Piauiense (1836 – 1888)**. Monografia (Graduação em História). UESPI – Universidade Estadual do Piauí, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. 17 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**; tradução Bernardo Leitão – 5ª Ed – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LUZ, Carolina Francisca Machiori. **Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre: O Modelo da Gestão Compartilhada e as Ações de Preservação do Iphan no Parque Nacional Serra da Capivara e entorno - Piauí, Brasil**. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). IPHAN, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Rev. Inst. Est. Bras**., SP. 1992, p. 9-24. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/revista/revista034%5Crev034ulpianomenezes.pdf>. Acesso em: 21 de Agosto de 2014.

MOMBELLI, Raquel. **Visagens e Profecias: ecos da territorialidade quilombola**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2009.

MOREIRA, Erika Vanessa. HESPANHOL, Rosângela A. de Medeiros. **O lugar com uma construção social**. In: Revista Formação, nº14, volume 2, 2007, p. 48 – 60.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí Colonial – População, Economia e Sociedade**. Teresina: Projeto Petronio Portella, 1985.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. **Pesquisas para a História do Piauí**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, n° 10.1993.

O PIAUÍ NO CENTENÁRIO DE SUA INDEPENDÊNCIA – 1823 – 1923. IV Volume (parte especial). Teresina: Papelaria Piauiense, 1923.

OLIVEIRA, Ana Stela de N. **O povoamento colonial no sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência**. Tese (Doutorado). Recife: Universidade Federal do Pernambuco – UFPE, 2007.

_____. **Catingueiros da Borracha: Vida de Maniçobeiro no Sudeste do Piauí 1900/1960**. São Raimundo Nonato: FUMDHAM/PETROBRÁS, 2014.

PELEGRINI, Sandra C. A; FUNARI, Pedro Paulo A. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

PENA, Belisário; NEIVA, Artur. "**Viagem Científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte ao Sul de Goiás"**. In: Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 1916.

PESSIS, A. M. (Coord.). **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara**. Brasília: FUMDHAM/IBAMA, 1991.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

QUEIROZ, Teresinha. **A Importância da Borracha de Maniçoba na Economia do Piauí: 1900 – 1920**. Teresina: UFPI /APL, 1994.

QUEVEDO, Wagner de Avila. **Notas sobre narração e experiência em Walter Benjamin**. In: Anuário de Literatura. Vol. 13, n. 2, 2008, p. 98 – 117.

REBELLO, José Pires de Lima. **A indústria da Borracha do Estado do Piauhy**. Rio de Janeiro: Superintendência da Defesa da Borracha, 1913.

RIBEIRO, Manoel Paes. **Um menino do mato**. Brasília: Horizonte Indústrias Gráficas, S.l.

RIBEIRO, Rafael Winter. Possibilidades e limites da categoria de paisagem cultural para a formação de políticas e patrimônio. In: Cureau, Sandra; et al (orgs.), **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 254 – 267.

ROCHA, Leonardo G. M. da; DRUMMOND, José Augusto; GANEM, Roseli Senna. Parques Nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para sua resolução. In: **Revista de Sociologia e Política**. Vol. 18. Nº 36. Curitiba, 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200013. Acessado em 16 de novembro de 2014 às 21:33.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. **A Temática do patrimônio cultural no currículo escolar: Unidade Escolar Elzair Rodrigues de Oliveira Parque Nacional Serra da Capivara - São Raimundo Nonato – PI**. Monografia (Especialização). PEP/MP IPHAN, 2009.

SALVADOR, Diego Salmão C. de O; MOREIRA, Aglene de Arruda; BRITO, Bruno Lima de. **Espaço geográfico e percepções: compreensão de um deficiente visual**. In: Revista Holos. Anos 22, 2006, págs: 45 – 58.

SANTANA, R. N. Monteiro (Org.). **Piauí: Formação, Desenvolvimento, Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995.

_____. **Evolução Histórica da Economia Piauiense**. Teresina: Cultura, 1964.

SOUSA, Mônica Hellen Mesquita. **Missão da Ibiapaba: Estratégia e táticas na Colônia dos séculos XVII e XVIII**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará – UFC, 2003.

STEFENON, Daniel Luiz. O conceito de espaço de representação: fundamentos para a compreensão da cultura na escola. In: **Ateliê Geográfico** – GO. Vol. 06. Nº 04, 2002, pags: 158 – 174.

VIANNA, Hermano. Tradição da mudança: a rede das festas populares brasileiras. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 32, p.302-315, 2005.

ENTREVISTAS

Cristiane de Andrade Buco. **Entrevista concedida à Joseane Pereira Paes Landim**. São Raimundo Nonato em 21/03/2014.

Dedício Paes Landim. **Entrevista concedida à Joseane Pereira Paes Landim**. Na Comunidade Lagoa de Fora em São Raimundo Nonato em 18/02/2014.

Delmira Paes da Silva. **Entrevista concedida à Joseane Pereira Paes Landim**. Na comunidade Novo Zabelê em São Raimundo Nonato em 17/03/2014.

Diva Maria Freira Figueiredo. **Entrevista concedida via e-mail à Joseane Pereira Paes Landim**. São Raimundo Nonato em 04/11/2014

Elisa Dias Pindaíba de Sousa. **Entrevista concedida à Joseane Pereira Paes Landim**. São Raimundo Nonato em 15/04/2013.

Firmino Cirino Rodrigues. **Entrevista concedida à Joseane Pereira Paes Landim**. Na comunidade Alegre em João Costa em 14/02/2014.

Francisco Ferreira Alves. **Entrevista concedida à Joseane Pereira Paes Landim**. Na comunidade Alegre em João Costa em 14/02/2014.

Inácio Paes Ribeiro. **Entrevista concedida à Joseane Pereira Paes Landim**. São Raimundo Nonato em 23/04/2013.

Júlio José de Macêdo. **Entrevista concedida à Joseane Pereira Paes Landim**. Na comunidade Novo Zabelê em São Raimundo Nonato em 24/03/14.

Laura Maria da Silva. **Entrevista concedida à Joseane Pereira Paes Landim**. Na comunidade Novo Zabelê em São Raimundo Nonato em 25/03/2014.

Niède Guidon. **Entrevista concedida à Joseane Pereira Paes Landim**. São Raimundo Nonato em 18/12/2013.

Nilson Alves Parente. **Entrevista concedida à Joseane Pereira Paes Landim**. Na comunidade Novo Zabelê em São Raimundo Nonato em 21/03/2014.

Osvaldo Sabino da Silva. **Entrevista concedida à Joseane Pereira Paes Landim**. Na comunidade Novo Zabelê em São Raimundo Nonato em 14/03/2014.

Osvaldo Sabino da Silva. **Entrevista concedida à Joseane Pereira Paes Landim**. Na comunidade Novo Zabelê em São Raimundo Nonato em 17/03/2014.

Rosa Maria Gonçalves. **Entrevista concedida via e-mail à Joseane Pereira Paes Landim**. São Raimundo Nonato em 12/11/2014.

Anexos

ANEXO I

Ficha Técnica – Entrevista

Nome:	Cristiane de Andrade Buco
Razão da Entrevista	Arte educadora e Arqueóloga, trabalhou vários anos na FUMDHAM, foi chefe do Escritório Técnico de SRN desde seu início em 2004 até 2007. Antes desse período já trabalhava em contato com o IPHAN fazendo um novo cadastro de sítios arqueológicos baseado na ficha do CNSA a pedido da superintendente do Piauí da época, Diva Maria Freire Figueiredo. Atualmente trabalha no IPHAN do Ceará como arqueóloga temporária.
Data	21 de março de 2014
Local	Escritório Técnico do IPHAN em São Raimundo Nonato
Duração	1:05:22
Suporte	Câmera fotográfica FUNJIFILM e gravador Handy Recorder H4
Entrevistador	Joseane Pereira Paes Landim
Imagens	Joseane Pereira Paes Landim
Sumário	Cadastramento dos sítios históricos do Parque Nacional Serra da Capivara; Participação de guias locais nos projetos de conservação das tocas relacionadas à ocupação maniçobeira; Parceria entre FUMDHAM e IPHAN.

Ficha Técnica – Entrevista

Nome:	Delmira Paes da Silva
Razão da Entrevista	Maniçobeira da segunda fase, é casada com o Senhor Osvaldo Sabino. Trabalhou e morou na Serra Branca até o final da década de 1970. É responsável pela continuidade da Novena de São João.
Data	17 de março de 2014
Local	Localidade Novo Zabelê – São Raimundo Nonato
Duração	1:09:45
Suporte	Gravador Handy Recorder H4; Máquina Fotográfica Fujifilm; Filmadora digital Sony Handycam.
Entrevistador	Joseane Pereira Paes Landim
Imagens	Lucas Pereira e Michelle Cheibub
Sumário	O extrativismo da maniçoba; A tradição da novena de São João, desde o início da promessa até os dias atuais; Componentes da única foto dos maniçobeiros na Toca do Juazeiro da Serra Branca; Casamento comunitário na Toca do Mulungú; Lenda do gritador; Saudades do passado.

Ficha Técnica – Entrevista

Nome:	Diva Maria Freire Figueiredo
Razão da Entrevista	Graduada em Arquitetura e Urbanismo e mestre em Desenvolvimento Urbano. Foi superintendente do IPHAN no Piauí até 2010. Responsável pelo pedido de cadastramento dos sítios históricos da Serra Branca. Atualmente é superintendente do IPHAN no Espírito Santo.
Data	04 de novembro de 2014
Local	E-mail
Duração	-
Suporte	-
Entrevistador	Joseane Pereira Paes Landim
Imagens	Sem imagens
Sumário	O pedido e processo de cadastramento dos sítios históricos da Serra Branca que possuíam vestígios de ocupação maniçobeira.

Ficha Técnica – Entrevista

Nome:	Elisa Dias Pindaíba de Sousa
Razão da Entrevista	Maniçobeira da segunda fase morou na Serra Branca e no Novo Zabelê. Seu pai casou com a maniçobeira Velha Mulata num casamento comunitário na Toca do Mulungú. Após a criação do parque passou a morar em São Raimundo Nonato, porém, ainda mantém vínculo com os moradores do Novo Zabelê.
Data	15 de abril de 2013
Local	São Raimundo Nonato
Duração	58:21 min
Suporte	Gravador Handy Recorder H4; Máquina fotográfica Fujifilm
Entrevistador	Joseane Pereira Paes Landim e Maria Aparecida Pereira
Imagens	Maria Aparecida Pereira
Sumário	Início do trabalho como maniçobeira; Técnicas de extração do látex da maniçoba; Compra e venda; Casamento na Toca do Mulungú; Saudades do passado.

Ficha Técnica – Entrevista

Nome:	Firmino Cirino Rodrigues
Razão da Entrevista	Maniçobeiro da segunda fase, possuía carreiros de maniçoba na comunidade Angical, mas, sempre frequentava a Serra Branca. Sustentou os quinze irmãos e de seus filhos através do trabalho na maniçoba e na roça.
Data	14 de fevereiro de 2014
Local	Localidade Alegre – João Costa
Duração	1:07:21
Suporte	Gravador Handy Recorder H4; Filmadora digital Sony Handycam; Máquina fotográfica Fujifilm
Entrevistador	Joseane Pereira Paes Landim e Maria Aparecida Pereira
Imagens	Maria Aparecida Pereira e Marcos Diones Sousa de Oliveira
Sumário	Início do trabalho como maniçobeira; Técnicas de extração do látex da maniçoba; Compra e venda do látex em São Raimundo Nonato; Pagamento da maniçoba; Festa no João Sabino; Saudades do passado.

Ficha Técnica – Entrevista

Nome:	Francisco Ferreira Alves
Razão da Entrevista	Maniçobeiro da segunda fase, possuía carreiros de maniçoba na comunidade Angical, mas, sempre frequentava a Serra Branca. Sustentou os irmãos através do trabalho na maniçoba e na roça. Trabalhou como guia local durante a Missão Franco – Brasileira.
Data	14 de fevereiro de 2014
Local	Localidade Alegre – João Costa
Duração	1:17:58
Suporte	Gravador Handy Recorder H4; Filmadora digital Sony Handycam; Máquina fotográfica Fujifilm
Entrevistador	Joseane Pereira Paes Landim e Maria Aparecida Pereira
Imagens	Maria Aparecida Pereira e Marcos Diones de Oliveira
Sumário	Início do trabalho como maniçobeira; Técnicas de extração do látex da maniçoba; Compra e venda do látex em São Raimundo Nonato; Pagamento da maniçoba; Festa no João Sabino; Trabalho como gruía local durante a Missão Franco-Brasileira; História do povoamento da Serra Branca; Saudades do passado.

Ficha Técnica – Entrevista

Nome:	Inácio Paes Ribeiro
Razão da Entrevista	Maniçobeiro da segunda fase, trabalhou nos maniçobais da Fazenda Lagoa dos Padres, atual Novo Zabelê. A forma de trabalho era diferente da Serra Branca, para trabalho na fazenda precisava para o dízimo para os padres da ordem mercedária, proprietários do local.
Data	23 de abril de 2013
Local	São Raimundo Nonato
Duração	59:47min
Suporte	Gravador Handy Recorder H4;
Entrevistador	Joseane Pereira Paes Landim e Maria Aparecida Pereira
Imagens	Sem imagens
Sumário	Início do trabalho como maniçobeira; Técnicas de extração do látex da maniçoba e de construção de uma casa de casca de pau; Compra e venda do látex em São Raimundo Nonato; Pagamento da maniçoba; Formas de confraternização; Saudades do passado.

Ficha Técnica – Entrevista

Nome:	Júlio José de Macêdo
Razão da Entrevista	Maniçobeiro da segunda fase, morou e trabalhou na Serra Branca desde criança até o fim da economia maniçobeira. É filho da maniçobeira Velha Mulata. Fui um dos entrevistados que ouviu os urros do Gritador.
Data	24 de março de 2014
Local	Localidade Novo Zabelê – São Raimundo Nonato
Duração	42:44 min
Suporte	Gravador Handy Recorder H4; Câmera Fotográfica Fujifilm; Filmadora digital Sony Handycan
Entrevistador	Joseane Pereira Paes Landim
Imagens	Lucas Pereira
Sumário	Início do trabalho como maniçobeira; Técnicas de extração do látex da maniçoba; Compra e venda do látex em São Raimundo Nonato; Pagamento da maniçoba; Povoamento da Serra Branca no período entre as duas fases; História do Gritador; Saudades do passado.

Ficha Técnica – Entrevista

Nome:	Laura Maria da Silva
Razão da Entrevista	Maniçobeira da segunda fase, começou a trabalhar na adolescência, após seu casamento. O parto de seu primeiro filho ocorreu na toca em que morava, atualmente conhecida como Toca da Laura.
Data	25 de março de 2014
Local	Localidade Novo Zabelê – São Raimundo Nonato
Duração	51:46min
Suporte	Gravador Handy Recorder H4; Filmadora digital Sony Handycam; Máquina fotográfica Fujifilm
Entrevistador	Joseane Pereira Paes Landim
Imagens	Lucas Pereira
Sumário	Início do trabalho como maniçobeira; Técnicas de extração do látex da maniçoba; Compra e venda do látex em São Raimundo Nonato; Pagamento da maniçoba; Festa no João Sabino; Saudades do passado.

Ficha Técnica – Entrevista

Nome:	Niède Guidon
Razão da Entrevista	Arqueóloga presidente da Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM. Chefe da Missão Franco-Brasileira em suas primeiras intervenções. Solicitou a pesquisa sobre a cultura dos maniçobeiros.
Data	18 de dezembro de 2013
Local	Museu do Homem Americano – São Raimundo Nonato
Duração	15:27 min
Suporte	Gravador Handy Recorder H4; Máquina Fotográfica Fujifilm
Entrevistador	Joseane Pereira Paes Landim
Imagens	Sem imagens
Sumário	Primeiras ações da Missão Franco-Brasileira sobre os maniçobeiros; Pedido de pesquisa sobre a cultura dos mesmos; Trabalhos de conservação das tocas e cuidados com as mesma quando há escavações no local;

Ficha Técnica – Entrevista

Nome:	Nilson Alves Parente
Razão da Entrevista	Maniçobeiro da segunda fase, foi morador do Zabelê e trabalhou na Serra Branca. Trabalhou como guia local durante as primeiras expedições da Missão Franco-Brasileira e por trinta e dois anos foi funcionário da FUMDHAM. É conhecido como o único homem que viu o Gritador.
Data	21 de março de 2014
Local	Localidade Novo Zabelê – São Raimundo Nonato
Duração	54:48min
Suporte	Gravador Handy Recorder H4; Filmadora digital Sony Handycam; Máquina fotográfica Fujifilm
Entrevistador	Joseane Pereira Paes Landim
Imagens	Lucas Pereira
Sumário	Início do trabalho como maniçobeira; Técnicas de extração do látex da maniçoba; Compra e venda do látex em São Raimundo Nonato; Pagamento da maniçoba; Festa no João Sabino; história do Gritador; História do povoamento da Serra Branca; Saudades do passado.

Ficha Técnica – Entrevista

Nome:	Osvaldo Sabino da Silva
Razão da Entrevista	Maniçobeiro da segunda fase, filho de João Sabino e Ana Rosa da Conceição. Morou na Toca do João Sabino e na Toca do Juazeiro da Serra Branca. Junto com sua esposa, Delmira Silva, é responsável pela continuidade da Novena de São João.
Data	14 de março de 2014
Local	Localidade Novo Zabelê – São Raimundo Nonato
Duração	1:05:49
Suporte	Gravador Handy Recorder H4; Filmadora digital Sony Handycam; Máquina fotográfica Fujifilm
Entrevistador	Joseane Pereira Paes Landim
Imagens	Lucas Pereira e Michelle Cheibub
Sumário	Início do trabalho como maniçobeira; Técnicas de extração do látex da maniçoba; Compra e venda do látex em São Raimundo Nonato; Pagamento da maniçoba; Festa no João Sabino; História do povoamento da Serra Branca; Saudades do passado.

Ficha Técnica – Entrevista

Nome:	Rosa Maria Gonçalves
Razão da Entrevista	Licenciada e Artes Plásticas, foi coordenadora do projeto Pró-Arte/FUMDHAM entre 2008 e 2012. No ano seguinte se tornou coordenadora do setor educativo do Museu do Homem Americano, nesse período idealizou o projeto Trilha Caminho dos Maniçobeiros. Atualmente é mestranda em Museologia e Patrimônio na UNIRIO.
Data	12 de novembro de 2014
Local	E-mail
Duração	-
Suporte	-
Entrevistador	Joseane Pereira Paes Landim
Imagens	Sem imagens
Sumário	Elaboração e execução do projeto: Trilha Caminhos dos Maniçobeiros.

ANEXO II

Lista de Sítios históricos do Parque Nacional Serra da Capivara

COD	NOME	MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO
01	Vento (Toca do)	Brejo do Piauí	Serra Branca
02	Caboclo da Serra Branca (Toca do)	João Costa	Serra Branca
03	Mulungu I (Toca do)	Brejo do Piauí	Serra Branca
04	Caboclinho (Toca do)	Brejo do Piauí	Serra Branca
05	José Ferreira (Toca do)	João Costa	Serra Branca
06	Extrema I (Toca da)	João Costa	Serra Branca
07	Extrema II (Toca da)	João Costa	Serra Branca
08	Povo da Extrema I (Toca do)	João Costa	Serra Branca
09	Arapuá da Serra Branca I (Toca do)	João Costa	Serra Branca
10	Roça do Sítio do Bras I (Toca da)	São Raimundo Nonato	Jurubeba - Oitenta - Baixa Grande
11	Morcego (Toca do)	Brejo do Piauí	Serra do Angical
12	João Arsena (Toca do)	João Costa	Serra Branca
13	Fundo do Baixão da Pedra Furada (Toca do)	Coronel José Dias	Serra Talhada
14	Forno da Serra Branca (Toca do)	João Costa	Serra Branca
15	Loirinho (Toca do)	João Costa	Serra Branca
16	Engenho (Toca do)	João Costa	Serra Talhada
17	Forno da Oficina (Toca do)	João Costa	Serra do Gongo
18	Pedra Solta da Serra Branca (Toca da)	João Costa	Serra Branca
19	Olho D'Agua da Serra Branca (Toca do)	João Costa	Serra Branca
20	Josue II (Toca do)	São Raimundo Nonato	Chapada
21	Perna IX (Toca do)	São Raimundo Nonato	Chapada
22	Aldeia da Lagoa da Porta	Coronel José Dias	
23	Passagem do Cavaleiro	Coronel José Dias	
24	Casa Velha da Esperança	Coronel José Dias	Esperança
25	Moagem da Esperança	Coronel José Dias	Esperança
26	Cruzeiro (Toca do)	Coronel José Dias	Serra Talhada
27	Serra do Bojo II (Toca da)	Coronel José Dias	Mocó-Rouge
28	Mulungu II (Toca do)	Brejo do Piauí	Serra Branca
29	Mulungu III (Toca do)	Brejo do Piauí	Serra Branca
30	Mulungu IV (Toca do)	Brejo do Piauí	Serra Branca
31	Povo da Extrema II (Toca do)	João Costa	Serra Branca
32	Ema do Sítio do Bras II (Toca da)	São Raimundo Nonato	Jurubeba
33	Roça do Sítio do Bras II (Toca da)	São Raimundo Nonato	Jurubeba
34	Entrada da Baixa Verde II (Toca da)	Coronel José Dias	Serra do Grotão

35	Subida da Ladeira do Zeca (Sítio da)	Coronel José Dias	Barreirinho
36	Lucia do Bongedor (Toca da)	Coronel José Dias	Chapada
37	Emparedado das Almas	Coronel José Dias	
38	Igrejinha (Toca da)	Brejo do Piauí	Serra Branca
39	Morro do Tanque de São João Vermelho (Sítio no)	João Costa	Veredão - São João Vermelho
40	Cima dos Coqueiros (Sítio de)	Coronel José Dias	Serra Talhada
41	Juazeiro da Serra Branca (Toca do)	João Costa	Serra Branca
42	Zé Paes (Toca do)	João Costa	Serra Branca
43	Alexandre (Toca do)	São Raimundo Nonato	Jurubeba - Oitenta - Baixa Grande
44	Gancho II (Toca do)	São Raimundo Nonato	Jurubeba - Oitenta - Baixa Grande
45	João Sabino (Toca do)	João Costa	Serra Branca
46	Oficina Lítica do Lajedo Escrito	São Raimundo Nonato	Jurubeba - Oitenta - Baixa Grande
47	Alto do Lajedo Escrito (Sítio do)	São Raimundo Nonato	Jurubeba - Oitenta - Baixa Grande
48	Pequena dos Oitenta (Toca)	São Raimundo Nonato	Jurubeba - Oitenta - Baixa Grande
49	Mangueira do João Paulo (Toca da)	Brejo do Piauí	Serra Branca
50	Marco (Toca do)	João Costa	Serra Branca
51	Velha Mulata (Toca da)	Brejo do Piauí	Serra Branca
52	Salustiano (Toca do)	Brejo do Piauí	Serra Branca
53	Júlio I (Toca do)	João Costa	Serra do Angical
54	Pau Doia (Toca do)	João Costa	Serra Branca
55	Casa do Neco Coelho (Sítio da)	São Raimundo Nonato	Jurubeba - Oitenta - Baixa Grande
56	Peba I (Toca do)	João Costa	Serra Branca
57	Valente I (Toca do)	Brejo do Piauí	Serra do Angical
58	Passagem (Toca da)	Brejo do Piauí	Serra Branca
59	Garrancho (Toca do)	Brejo do Piauí	Serra Branca
60	Casa de Barro (Toca da)	Brejo do Piauí	Serra Branca
61	Canafístula (Toca da)	Brejo do Piauí	Serra Branca
62	Pilão Manicobeiro (Toca do)	Brejo do Piauí	Serra Branca
63	Forno (Toca do)	Brejo do Piauí	Serra Branca
64	Raimundinho (Toca do)	Brejo do Piauí	Serra Branca
65	Pau de Arara(Toca do)	Brejo do Piauí	Serra Branca
66	Nomes (Toca dos)	Brejo do Piauí	Serra Branca
67	Cera (Toca da)	Brejo do Piauí	Serra Branca
68	Dedos (Toca dos)	Brejo do Piauí	Serra Branca
69	Casa Velha da Jurubeba	São Raimundo Nonato	Jurubeba - Oitenta - Baixa Grande
70	Casa do Dr Isaias	São Raimundo Nonato	Jurubeba - Oitenta - Baixa Grande
71	Muro Histórico	São Raimundo Nonato	Jurubeba - Oitenta - Baixa Grande
72	Boqueirão do Cícero IV (Toca do)	Brejo do Piauí	Serra do Angical
73	Muro Histórico das Caraibas	São Lourenço	

74	Sítio Umbuzeiro do Muro Histórico	Coronel José Dias	
75	Gamela (Toca da)	Brejo do Piauí	Serra Branca
76	Legas (Toca das)	Brejo do Piauí	Serra Branca
77	Cerca da Serra dos Gringos (Toca da)	São Raimundo Nonato	Serra Vermelha
78	Baixão do Caixa Prego I (Toca do)	São Raimundo Nonato	Caixa-Prego
79	Baixão do Caixa Prego II (Toca do)	João Costa	Caixa-Prego
80	Baixão do Caixa Prego IV (Toca do)	São Raimundo Nonato	Caixa-Prego
81	Baixão do Caixa Prego XII (Toca do)	São Raimundo Nonato	Caixa-Prego
82	Baixão dos Batentes I (Toca do)	João Costa	Serra do Gongo
83	Aldeia do Carlos	João Costa	Serra do Gongo
84	Forno do Perna (Toca do)	São Raimundo Nonato	Chapada
85	Rancharia do Luiz (Toca da)	João Costa	Serra do Grotão - Baixa Verde
86	Forno do Olho d'àgua do Grotão (Toca do)	Coronel José Dias	Serra do Grotão - Baixa Verde
87	Forno do Olho d'água (Toca do)	Coronel José Dias	Serra do Grotão - Baixa Verde
88	Mulatinha (Toca da)	Coronel José Dias	Serra do Grotão - Baixa Verde
89	Baixão do Lulu (Toca do)	Coronel José Dias	Serra do Grotão - Baixa Verde
90	Vandalismo do Benaber (Toca da)	João Costa	João Costa

ANEXO III

Lista de sítios com vestígios de provável habitação maniçobeira na Serra Branca

N°	COD	NOME	LOCALIZAÇÃO
1	26	Vento (Toca do)	Serra Branca
2	27	Caboclo da Serra Branca (Toca do)	Serra Branca
3	28	Mulungu I (Toca do)	Serra Branca
4	29	Caboclinho (Toca do)	Serra Branca
5	30	José Ferreira (Toca do)	Serra Branca
6	33	Extrema II (Toca da)	Serra Branca
7	34	Povo da Extrema I (Toca do)	Serra Branca
8	47	Roça do Sítio do Bras I (Toca da)	Jurubeba - Oitenta - Baixa Grande
9	49	Morcego (Toca do)	Serra do Angical
10	51	João Arsena (Toca do)	Serra Branca
11	83	Forno da Serra Branca (Toca do)	Serra Branca
12	88	Forno da Oficina (Toca do)	Serra do Gongo
13	100	Pedra Solta da Serra Branca (Toca da)	Serra Branca
14	133	Olho D'Agua da Serra Branca (Toca do)	Serra Branca
15	261	Mulungu II (Toca do)	Serra Branca
16	262	Mulungu III (Toca do)	Serra Branca
17	263	Mulungu IV (Toca do)	Serra Branca
18	264	Povo da Extrema II (Toca do)	Serra Branca
19	267	Ema do Sítio do Bras II (Toca da)	Jurubeba
20	416	Juazeiro da Serra Branca (Toca do)	Serra Branca
21	417	Zé Paes (Toca do)	Serra Branca
22	420	Alexandre (Toca do)	Jurubeba - Oitenta - Baixa Grande
23	425	João Sabino (Toca do)	Serra Branca
24	551	Mangueira do João Paulo (Toca da)	Serra Branca
25	552	Marco (Toca do)	Serra Branca
26	553	Velha Mulata (Toca da)	Serra Branca
27	554	Salustiano (Toca do)	Serra Branca
28	556	Júlio I (Toca do)	Serra do Angical
29	608	Valente I (Toca do)	Serra do Angical
30	614	Garrancho (Toca do)	Serra Branca
31	615	Casa de Barro (Toca da)	Serra Branca
32	618	Canafístula (Toca da)	Serra Branca
33	630	Pilão Manicobeiro (Toca do)	Serra Branca
34	633	Forno (Toca do)	Serra Branca
35	635	Raimundinho (Toca do)	Serra Branca
36	639	Pau de Arara(Toca do)	Serra Branca
37	640	Nomes (Toca dos)	Serra Branca
38	641	Cera (Toca da)	Serra Branca
39	642	Dedos (Toca dos)	Serra Branca

40	732	Boqueirão do Cícero IV (Toca do)	Serra do Angical
41	802	Gamela (Toca da)	Serra Branca
42	810	Legas (Toca das)	Serra Branca
43	897	Baixão do Caixa Prego I (Toca do)	Caixa-Prego
44	898	Baixão do Caixa Prego II (Toca do)	Caixa-Prego
45	900	Baixão do Caixa Prego IV (Toca do)	Caixa-Prego
46	908	Baixão do Caixa Prego XII (Toca do)	Caixa-Prego

ANEXO IV

MINISTÉRIO DA CULTURA
Sist. Nac. de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*
- CNSA -

IPHAN
Depto. de Identificação e Documentação - DID

Nome do sítio: Vento (Toca do)
Outras designações e siglas 026
Município: São Raimundo Nonato
Localidade Serra Branca
Outras designações da localidade
Descrição sumária do sítio: Sítio arqueológico repleto de grafismo da Tradição Nordeste, nas cores vermelha, amarela e branca. Foi realizada uma sondagem em 1978, e em 2004, foi realizado outra escravação. Serviu como principal ponto de secagem da maniçoba.
Sítios relacionados:

CNSA:
UF: PI

Nome do proprietário do terreno: Parque Nacional Serra da Capivara - Co-gestão IBAMA/FUMDHAM
Endereço: Centro Cultural Sérgio Motta
CEP: 64770-000 **Cidade:** São Raimundo Nonato **UF:** PI
E-mail: fumdham@fumdham.org.br **Fone/Fax:** (0xx89) 3582-1612/1293
Ocupante atual:

Acesso ao sítio: Pela PI - 140
Comprimento: 89 m **Largura:** 10 m **Altura máxima:** m (a partir do nível do solo)
Área: m² **Medição:** ○ Estimada ○ Passo ○ Mapa ○ Instrumento
Nome e sigla do documento cartográfico Serra do Gongo - SUDENE SC - 23 - X - B - V
Ano de edição: 1974 **Órgão:** ◉ IBGE ○ DSG ○ Outro **Escala:** 1:100.000
Delimitação da área / Coordenadas UTM:

Ponto central:	Zona:	E:750271	N:9041779
Perímetro:	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:

◉ GPS **DATUM:** Córrego Alegre
○ Em mapa **Margem de erro:** m

Unidade geomorfológica Serra
Compartimento topográfico Base de vertente
Altitude: 425 m (com relação ao nível do mar)
Água mais próxima: Caldeirão
Distância: 800 m
Rio: Piauí
Bacia: Rio Parnaíba

Outras referências de localização Foto Aérea - 13635
Orientação N - S L - W
Abertura SE

Vegetação atual:
☐ Floresta ombrófila ☐ Savana (cerrado)
☐ Floresta estacional ☑ Savana-estépica (caatinga)
☐ Campinarana ☐ Estepe
☐ Capoeira
Outra: Caatinga arbórea e arbustiva

Uso atual do terreno:
☐ Atividade urbana ☐ Pasto
☐ Via pública ☐ Plantio
☐ Estrutura de fazenda ☐ Área não utilizada
Outro: Parque Nacional Serra da Capivara

Propriedade da terra: ☐ Área pública ☐ Área privada ☐ Área militar ☐ Área indígena
Outra: Parque Nacional Serra da Capivara
Proteção legal: ☑ Unid. de conservação ambiental
Em área tombada: ☐ Municipal ☐ Estadual ☑ Federal ☑ Patrim. da humanidade

Categoria:
○ Unicomponencial ◉ Multicomponencial
☑ Pré-colonial ☐ De contato ☑ Histórico

Tipo de sítio: Arte rupestre
Forma:
Tipo de solo: Arenito

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos 00204

1

ANEXO V

Atividades educativas realizadas durante o Projeto *Trilha: Caminhos dos Maniçobeiros* com a comunidade Novo Zabelê

- Oficina de Literatura de Cordel – 28/03/2014

A oficina foi promovida para a turma do 9º ano vespertino, com quinze alunos. A intenção era que os participantes se tornassem multiplicadores e ministrassem a mesma oficina nas outras classes. Marlene Costa, ex-professora do projeto Pró-Arte FUMDHAM, pedagoga e aluna de arqueologia, ministrou o curso. Contou-se também com a participação das professoras, Marinelda da Silva Ribeiro, Sirlene da Silva Damasceno, Irinete de Miranda Parente e Marinez Ribeiro de Sousa Sá.

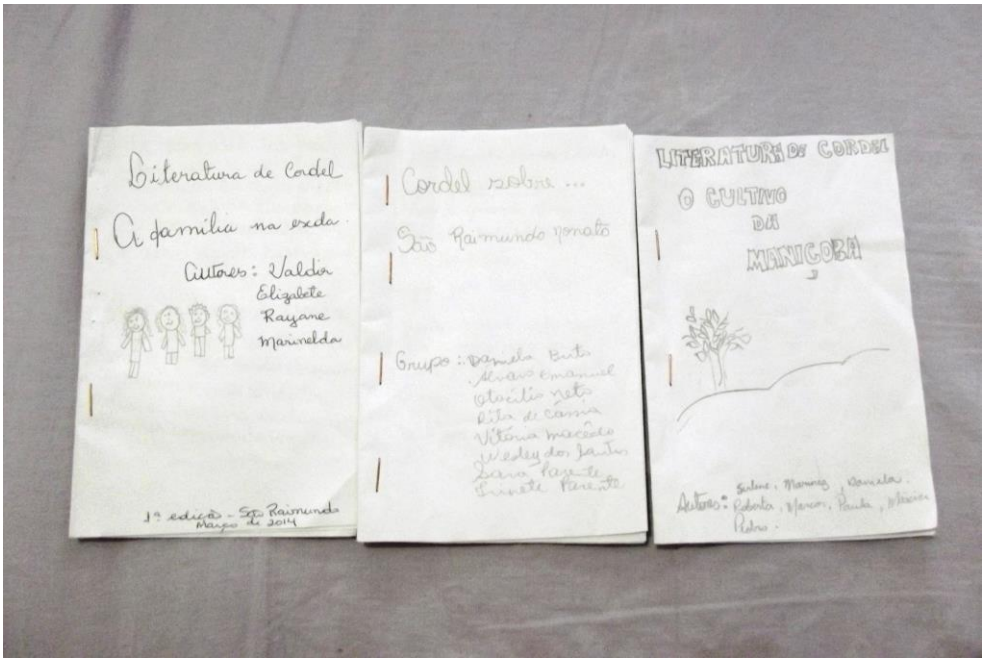
Ao final da oficina a sala foi dividida em três grupos, cada estava livre para escolher uma temática para elaborar um cordel. O resultado foi um cordel falando da participação da família na escola; outro sobre os problemas de infraestrutura da cidade de São Raimundo Nonato; e outro sobre os maniçobeiros.



Oficina de Cordel – alunos 9º ano (2014)
FOTO: Lucas Pereira



Oficina de Cordel – Ministrantes: Joseane e Marlene
FOTO: Lucas Pereira



Cordéis produzidos durante a oficina (2014). FOTO: Joseane Pereira

- Oficina de Arqueologia Experimental – 28 de Abril à 05 de Maio de 2014

O curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF possui a disciplina "Arqueologia Experimental" onde os alunos passam pela experiência de confeccionar cerâmica, artefatos líticos, tintas naturais e fogo através de técnicas que, provavelmente, eram utilizadas pelos povos que antes habitaram essa região. Organizou-se a oficina acreditando na importância de levar essa experiência aos alunos, pois, a partir dessa atividade eles terão conhecimento da profissão do arqueólogo, da função do IPHAN, terão contato com o curso de arqueologia – possível escolha de alguns no futuro – e serviu de apoio às aulas de história que já tiveram.

A oficina foi realizada em todas as turmas da escola nos turnos matutino e vespertino com a participação de Roberto Costa de Oliveira, arqueólogo do IPHAN; Joseane Pereira, mestranda do PEP/MP; Romulo Timóteo Macêdo Barbosa, Sarah Araújo, Marlene dos Santos Costa e Aline Reinaldo, alunos do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial.



Oficina de Arqueologia experimental (2014). FOTO: Marlene Costa



Cerâmica produzida durante a oficina de Arqueologia Experimental. (2014)
FOTO: Joseane Pereira



Oficina de Arqueologia experimental (2014). FOTO: Joseane Pereira

- Visita ao Parque Nacional Serra da Capivara com as mães dos alunos da Unidade Escolar Elzair Rodrigues de Castro – 10/05/2014

A diretora da U. E. Elzair Rodrigues de Castro procurou o IPHAN informando que as mães da escola tinham escolhido como presente de "Dia das Mães" uma visita ao Parque Nacional Serra da Capivara. Imediatamente procuramos nossos parceiros para promover esse evento.

O passeio foi realizado dia 10 de maio e só foi possível através das parcerias. O ICMBio isentou o grupo da taxa de entrada do parque; as associações de condutores turísticos disponibilizaram voluntários; a prefeitura forneceu dois ônibus; a Fábrica de Cerâmica Serra da Capivara forneceu o espaço para o lanche e doou brindes para sortear e a escola organizou um lanche e lembrancinhas.



Visita do Dia das Mães ao Parque Nacional Serra da Capivara (2014). FOTO: Cida Pereira



Visita do Dia das Mães aos Parque Nacional Serra da Capivara (2014). FOTO: Cida Pereira



Visita do Dia das Mães ao Parque Nacional Serra da Capivara (2014). FOTO: Cida Pereira

- Visita ao Boqueirão da Pedra Furada com os alunos da Unidade Escolar Elzair Rodrigues de Castro – 19 e 20/05/2014

Como a infraestrutura da Trilha Caminhos da Maniçoba ainda não está pronta, levamos os alunos para outra parte do PARNA Serra da Capivara, o Boqueirão da Pedra Furada. Cada dia de visita foi para um turno: dia 19 para o turno matutino, com crianças da creche ao 5º ano, num total de 68 alunos e dia 20 para o turno vespertino, alunos de 5ª à 8ª série, num total de 67 participantes.

Os sítios visitados foram: Pedra Furada e Boqueirão da Pedra Furada. Ao fim da visita dos sítios os alunos conheceram a Fábrica de Cerâmica Serra da Capivara onde aconteceu o lanche.

Essa atividade contou com a parceria do ICMBio – dando a isenção da taxa de entrada do parque, FUMDHAM – fornecendo os ônibus e a ACOVESC – com condutores voluntários.



Visita doa dia 19/05 com os alunos do turno matutino (2014). FOTO: Cida Pereira



Visita doa dia 19/05 com os alunos do turno matutino (2014). FOTO: Cida Pereira



Visita doa dia 20/05 com os alunos do turno vespertino (2014). FOTO: Joseane Pereira

- Visita à Serra Branca com os maniçobeiros e familiares – 18/05/2014

O objetivo era trazer a comunidade para mais próximo do parque e tentar facilitar seu diálogo com os órgãos gestores. A visita técnica foi organizada para que os próprios maniçobeiros e/ou seus familiares participassem do projeto contando histórias e curiosidades sobre as tocas, além de informações sobre a estrutura das moradias. A participação da comunidade foi de suma importância para o trabalho de restauração das tocas, a elaboração das placas explicativas e preparação dos condutores que irão transmitir essas informações aos visitantes.

Participaram sessenta e oito pessoas, com idades entre seis e oitenta anos. Para realização dessa visita contou-se com a parceria do ICMBio, FUMDHAM, IPHAN e todas as associações de condutores de turistas da região. Os sítios visitados foram: Toca da Igrejinha, Toca da Velha Mulata, Toca do Salustiano, Toca do João Sabino e Toca do Juazeiro da Serra Branca. O passeio terminou com um piquenique no Olho D'água da Serra Branca.



Comunidade do Novo Zabelê em visita à Serra Branca (2014)
FOTO: Anna Carolina Borges



Comunidade do Novo Zabelê em visita à Serra Branca (2014). FOTO: Cida Pereira



Comunidade do Novo Zabelê em visita à Serra Branca (2014). FOTO: Joseane Pereira